

Júlia Adão Bernardes & Catia Antonia da Silva
(organização)

Entre o passado e o presente do Norte Fluminense

Modernização e território



Júlia Adão Bernardes é doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona; professora permanente do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ; pesquisadora do CNPQ e da FAPERJ; e coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da UFRJ e da Rede Nacional de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI).

julia.rlk@gmail.com

Cátia Antonia da Silva é professora do programa de Pós-Graduação em História Social, do programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), estando no cargo de professora associada. Coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC-FFP-UERJ). Também é pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Atualmente, é procientista – UERJ.

catia.antonio@gmail.com

Modernização e território

Júlia Adão Bernardes & Catia Antonia da Silva
(organização)

Modernização e território

Entre o passado e o presente do Norte Fluminense



Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense

© Lamparina editora

Organização

Júlia Adão Bernardes & Catia Antonia da Silva

Preparação e revisão do texto

Mariana Bard

Projeto gráfico

Fernando Rodrigues

Proibida a reprodução, total ou parcial, por qualquer meio ou processo, seja reprográfico, fotográfico, gráfico, microfilmagem etc. Estas proibições aplicam-se também às características gráficas e/ou editoriais.

Catálogo na fonte do Sindicato Nacional dos Editores de Livros

M694

Modernização e território: entre o passado e o presente do Norte Fluminense

Júlia Adão Bernardes et al.; organização Júlia Adão Bernardes, Catia Antonia da Silva

1ª edição, Rio de Janeiro, Lamparina, CAPES, 2014

1.000 exemplares

96p.; il.; 17,2 × 24 cm

Inclui bibliografia

ISBN 978 85 8316 004 5

1 Territorialidade humana

2 Geografia humana

I Bernardes, Júlia Adão

II Silva, Catia Antonia da

13-07985 CDD 307.76

CDU 316.334.56(81)

Lamparina editora

Rua Joaquim Silva 98 2º andar sala 201 Lapa

CEP 20241 110 Rio de Janeiro RJ Brasil

Tel./fax 21 2252 0247 21 2232 1768

www.lamparina.com.br lamparina@lamparina.com.br

Prefácio 7

Paulo Roberto Raposo Alentejano

Apresentação 9

Júlia Adão Bernardes & Catia Antonia da Silva
(organização)

Parte 1

História e modernização:

a produção socioespacial do Norte Fluminense 11

Reescrevendo a história do Norte Fluminense sucroalcooleiro
no contexto da última modernidade 12

Júlia Adão Bernardes

Setor sucroenergético e os novos empreendimentos no Norte Fluminense:
um novo cenário regional 23

Florinda de Souza Torreira Pose & Wanderson Rosa Zacarias da Silva

A produção social do espaço e do tempo da modernização:
desafios analíticos para a compreensão do município de Campos dos Goytacazes 42

Catia Antonia da Silva & Felipe Andrade Rainha

Parte 2

Reprodução social em um território em mudanças 56

Educação e mercado de trabalho no Norte Fluminense 57

Denizart da Silva Fortuna

Mudanças de uso nos espaços da atividade canavieira:
reassentamento e emergência de novas territorialidades em São João da Barra 66

Camila da Silva Vieira & Fellipe Silva Prado

O trabalhador na atividade canavieira do Norte Fluminense:
uma categoria em transformação 77

Olga Maria Schild Becker

Prefácio

O Norte Fluminense é uma das regiões do estado do Rio de Janeiro mais fortemente marcadas por contradições e desigualdades. Ao mesmo tempo que tem alguns dos piores indicadores sociais do estado, é uma das mais ricas quando se considera o Produto Interno Bruto (PIB), arrecadação e *royalties* do petróleo.

Ao traçar um panorama das transformações espaciais em curso no Norte Fluminense – com foco na crise do setor sucroalcooleiro e na emergência de novos usos do território no contexto da modernização –, o livro, organizado pelas geógrafas Júlia Adão Bernardes & Catia Antonia da Silva, contribui para a compreensão das velhas e novas contradições que marcam essa importante região do estado do Rio de Janeiro, e também para lançar luz sobre o conjunto dos espaços que sofrem a nova onda de modernização no território brasileiro. As profundas contradições que marcam o Norte Fluminense fazem dele uma das regiões mais violentas do estado, com histórico de coronelismo, jagunçagem, pistolagem, trabalho escravo e até, como recentemente revelado, incineração de corpos de presos políticos da Ditadura em fornos de usinas de açúcar e álcool – o presidente da Ordem dos Advogados do Rio (OAB/Rio), Felipe Santa Cruz, afirmou em entrevista à *Revista O Globo* (Ventura, 2013), que o corpo de seu pai, Fernando, desaparecido no período da Ditadura Militar, foi incinerado no forno de uma usina de açúcar em Campos, de acordo com a declaração do ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Cláudio Guerra, feita no livro *Memórias de uma guerra suja* (Topbooks, 2012).

Os processos de modernização em curso, ao contrário de superar, aguçam tais contradições. Os anos 1990–2000, marcados pela falência das usinas de açúcar e álcool, pela multiplicação das ocupações de terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela criação de assentamentos rurais nas terras das antigas usinas, pareciam abrir uma nova era na região. No rastro da democratização da terra, emergiam novos atores sociais e políticos, rompendo com a tradicional dominação oligárquica.

Porém, a reação conservadora, expressa nas tentativas de rearticulação do setor sucroalcooleiro, apoiada em recursos públicos – a exemplo do Fundo de Desenvolvimento da Cana (FUNDECANA) – e associada aos novos interesses ligados aos negócios do petróleo, aponta para um retrocesso das conquistas democráticas na região. Tais interesses se condensam hoje em torno dos grandes projetos de desenvolvimento industrial e logístico em curso na região, sobretudo o porto do Açú, que está promovendo a expulsão de agricultores de suas terras, inviabilizando a pesca artesanal e instaurando novas formas de controle social e violência sobre as populações locais.

Ao apontar para as novas contradições engendradas pelo processo de modernização em curso na região, este livro oferece ao leitor elementos para pensar de maneira crítica o caráter geograficamente desigual e combinado do neodesenvolvimento que se ancora em grandes obras e empreendimentos presentes hoje no território fluminense e brasileiro.

No caso do Norte Fluminense, esperamos que assentados, pequenos agricultores, quilombolas e pescadores artesanais, que são os mais fortemente impactados por essas grandes obras e empreendimentos, tenham capacidade política para se articular com os setores urbanos críticos desse novo(velho) modelo de desenvolvimen-

to, para se confrontar com essa nova onda modernizadora–conservadora que atende aos interesses do grande capital ligado aos setores sucroalcooleiro e petrolífero.

Referência

Mauro Ventura, “Dois guaraná e a conta com Felipe Santa Cruz”, *O Globo*, Rio de Janeiro, disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/dois-guaranas-a-conta-com-felipe-santa-cruz-9691107>, acesso em 25 de agosto de 2013

Paulo Roberto Raposo Alentejano é doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ (2003). Atualmente, é professor adjunto da Faculdade de Formação de Professores da UERJ – na qual integra o corpo docente dos cursos de graduação em Geografia; especialização em Educação Básica / Modalidade Ensino de Geografia; mestrado em Geografia; e de mestrado em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade – e professor-pesquisador visitante da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz. Integra, desde 2012, a Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).
paulinhochinelo@gmail.com

Júlia Adão Bernardes & Catia Antonia da Silva
(organização)

Apresentação

A partir da década de 2000, passou a ser possível identificar com mais clareza a força do processo de implantação de novos investimentos no país, significando reestruturação produtiva e logística, que passou a interferir diretamente na produção social do território. Território compreendido, por um lado, no sentido do poder entre agentes, intermediado pelo Estado; por outro, o conceito pode ser analisado pelas relações identitárias e de pertencimento entre os agentes. O território e a territorialidade (ação espacial dos agentes) tornam-se, assim, um par analítico. Os conflitos estabelecidos são de usos do território, o qual necessita ser compreendido também como espaço banal da vida cotidiana, conforme ensina Milton Santos (1996). Na dupla semântica, de um lado, o Estado e o controle territorial nacional, e de outro, as territorialidades dos múltiplos agentes tornam-se contextos sociais e políticos que ajudam na compreensão do conjunto de intencionalidades e de ações dos grandes agentes econômicos, percebidos na atual conjuntura (marcada por intensos processos de modernização). No caso do Rio de Janeiro, vimos, estudando o Norte Fluminense, que ele não foge a esses intensos e acelerados processos. Aliás, foi no final da década de 1990 que o estado começou a receber vultosos estímulos do governo estadual para atrair novos investimentos econômicos. Os estímulos na área da indústria naval e automobilística constituíram um dos passos que coincidiram com a intensificação do processo produtivo em outros setores, como a indústria petroquímica e, mais recentemente, a siderurgia e a logística portuária.

Desse modo, a crise vivenciada pelos municípios do Norte Fluminense devido à desestruturação do setor sucroalcooleiro começa a tomar contornos mais diferenciados nessa conjuntura de atração de novos investimentos. Compreender o futuro do setor açucareiro na região é um desafio não muito fácil de enfrentar. A nova tendência do processo modernizador já vem transformando o cotidiano vivido pelos moradores, e inclusive dos trabalhadores da cana-de-açúcar, conforme apontam alguns capítulos deste livro.

Esta obra nasce do exercício conjunto de investigação de três grupos de pesquisa: um coordenado pela professora Dr^a Júlia Adão Bernardes (IGEO-UFRJ), do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB); outro orientado pela professora Dr^a Olga Maria Schild Becker (Grupo de Estudos Espaço e População – GEPOP), também do IGEO-UFRJ; e o terceiro dirigido pela professora Dr^a Catia Antonia da Silva, do Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC), da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ). Foi uma investigação que envolveu bolsistas de iniciação científica, mestrands, doutorands e pesquisadores. Os recursos foram oriundos dos seguintes projetos de pesquisa: “O processo de reestruturação do setor sucroenergético no estado do Rio de Janeiro: dilemas e desafios”, coordenado por Júlia Adão Bernardes, e “Modernização, território e cartografia da ação social: análise da cadeia produtiva, das condições de trabalho e das formas de luta dos trabalhadores da pesca artesanal no Rio de Janeiro”, coordenado por Catia Antonia da Silva – ambos financiados pela FAPERJ.

O livro, no formato de coletânea, é composto por seis artigos inter-relacionados, e é dividido em três partes. A parte 1 (p.11) busca remeter ao exercício analítico

de compreensão da história do território, ao apreender os processos de formação socioespacial do Norte Fluminense. O artigo de Júlia Adão Bernardes (p.12) explica as trajetórias constitutivas da crise do setor sucroalcooleiro e aponta que essa crise não advém apenas de outros setores modernizadores, mas principalmente de elementos internos não superados. O trabalho de Florinda de Souza Torreira Pose & Wanderson Rosa Zacarias da Silva (p.23) analisa a implantação dos empreendimentos industriais – percebidos como importantes vetores logísticos nacionais – e tenta compreender como esses projetos afetam a organização espacial, provocando um desenvolvimento geográfico desigual na região. O texto de Catia Antonia da Silva & Felipe Andrade Rainha (p.42) faz um esforço de entendimento da relação entre processos de modernização orientados pelo econômico e seus impactos espaciais na urbanização da região, analisando ainda alguns vetores espaciais de expansão da modernização atual, tais como o eixo da RJ-216 em direção às localidades de pescadores artesanais.

A parte 2 (p.56) discorre sobre a reprodução social em um território em mudanças. O artigo de Denizart da Silva Fortuna (p.57), referente à articulação entre mercado de trabalho e educação, é de grande valia para refletir em que medida os novos processos modernizadores vão abrigar a mão de obra migratória e a local nos novos vetores do desenvolvimento regional. O texto de Camila da Silva Vieira & Felipe Silva Prado (p.66), que estuda a Vila da Terra, desvenda processos e conflitos em um território em mudança e mostra a forma como o recente processo modernizador se realiza. Por fim, o trabalho de Olga Maria Schild Becker (p.77) propõe-se a identificar algumas características e tendências de um segmento específico da força de trabalho regional: o trabalhador da atividade canavieira, considerando suas imbricações com a região do passado e a do futuro.

Agradecemos às instituições de fomento, FAPERJ, CNPQ e CAPES, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização dessas pesquisas.

Referência

Milton Santos, *A natureza do espaço*, São Paulo: Hucitec, 1996

Júlia Adão Bernardes é doutora em Geografia pela Universidad de Barcelona; professora permanente do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ; pesquisadora do CNPQ e da FAPERJ; e coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da UFRJ e da Rede Nacional de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI).
julia.rlk@gmail.com

Catia Antonia da Silva é professora do programa de Pós-Graduação em História Social, do programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), estando no cargo de professora associada. Coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC-FFP-UERJ). Também é pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Atualmente, é procientista – UERJ.
catia.antonio@gmail.com

História e modernização: a produção socioespacial do Norte Fluminense

Reescrevendo a história do Norte Fluminense sucroalcooleiro no contexto da última modernidade

A região sucroenergética do estado do Rio de Janeiro, que se destacou outrora como uma das mais importantes do país, vem revelando sérias dificuldades nas tentativas de retomada do processo produtivo. No momento, apenas três usinas se encontram em operação. As recentes tentativas de revitalização do setor no Norte Fluminense, na década de 2000, vêm sendo afetadas não só pelo desempenho no que diz respeito ao baixo nível de eficiência técnica, particularmente na produção agrícola, mas principalmente em função da permanência e da entrada de segmentos industriais dotados de elevado nível tecnológico, a exemplo da indústria de petróleo, em Macaé; do Complexo Industrial Portuário do Açú, em São João da Barra; e do Complexo Logístico e Industrial Farol / Barra do Furado, situado entre Quissamã e Campos. Tais projetos apontam para o aprofundamento e a intensificação de formas de modernização responsáveis por processos de especulação imobiliária, sem dúvida impeditivas de qualquer possibilidade de mudança na base econômica tradicional da região – ou seja, na herança sucroalcooleira.

Nesse contexto, cabe analisar em que medida os gargalos anteriormente existentes, que se acentuaram nos anos 1990, foram percebidos e/ou removidos, quais as potencialidades e os limites da região na atual fase da modernidade e quais os entraves ao desenvolvimento da atividade sucroenergética, apesar de a mesma dispor atualmente de boas condições de logística, de incentivos governamentais e do setor a nível nacional se encontrar em franca expansão.

Portanto, este trabalho objetiva analisar as atuais estratégias de produção do setor sucroenergético no Norte Fluminense (RJ), no sentido de forças de renovação ou de resistência, bem como as repercussões desses processos na reorganização territorial das atividades econômicas, dos recursos físicos e humanos, que tiveram consequências marcantes para a divisão social e territorial do trabalho. Cabe salientar que as transformações econômicas promovidas nesses espaços exigem uma leitura geográfica, já que o conceito de espaço é de grande valia para interpretar as estratégias modernizantes dos processos econômicos, sociais e ambientais.

No âmbito do novo processo de modernização, indaga-se em que medida os estímulos à expansão do setor sucroenergético a nível nacional podem ser traduzidos em novas estratégias de expansão da produção no estado do Rio de Janeiro, expressando-se em uma reorganização das estruturas produtivas regionais. Desse modo, supõe-se a emergência de uma nova ordem territorial, que significa novas demandas para o planejamento e para a gestão do território.

Partindo do pressuposto de que a problemática, para ser devidamente compreendida em sua extensão e complexidade, deve ser abordada em diferentes âmbitos e escalas geográficas, nas quais se articulem as estratégias dos atores envolvidos, entendemos que o estudo requer inserção na escala regional e nacional. Em suma, a análise do território na fase contemporânea implica o reconhecimento da complexidade na sua reestruturação, das suas potencialidades e vulnerabilidades. Nesse cenário, a temática emerge como relevante, assim como sua compreensão e análise, no âmbito da atual conjuntura econômica nacional.

O setor sucroenergético no Norte Fluminense: o início do fim

Na história do setor sucroenergético no Norte Fluminense, deve-se levar em conta não apenas o movimento de continuidade, mas também as descontinuidades. É preciso perceber as quebras, as rupturas; é importante averiguar o que, em um determinado momento, fez mudar o rumo, instituindo uma nova realidade econômica. A regularidade precisa ser explicada em cada época, e o peso das heranças e das novidades é a essência da história. É nesse contexto que tentamos explicitar o que levou a uma quebra da continuidade do desempenho do setor nessa região após os anos 1990, como e por que o rumo da atividade sucroalcooleira se torceu, imprimindo substituições nas formas espaciais herdadas do período anterior.

Deve-se destacar que, das 17 usinas existentes até 1990 no Norte Fluminense, a maioria deixou de existir poucos anos depois. Nessa região, as mudanças técnicas foram significativas no final dos anos 1970 e nos anos 1980. Entretanto, é importante ressaltar que tais mudanças foram inseridas em um parque açucareiro com mais de 100 anos, com uma estrutura muito antiga, e limitaram-se à reforma das usinas, sem afetar a parte agrícola – e deve-se levar em conta que a região era pouco capitalizada.

Determinadas condições da região também não eram propícias à instalação do novo nível técnico, como a área disponível para a produção de cana, a concentração de usinas na região e as pesquisas relacionadas com as melhorias na agricultura, que eram escassas. Tudo isso ainda era agravado pela oferta abundante de mão de obra barata. Contudo, o aspecto mais importante é que a mudança técnica não foi introduzida em função da competição capitalista, já que a forma de produzir anterior não havia se esgotado, considerando que as usinas funcionavam com 30% de capacidade ociosa.

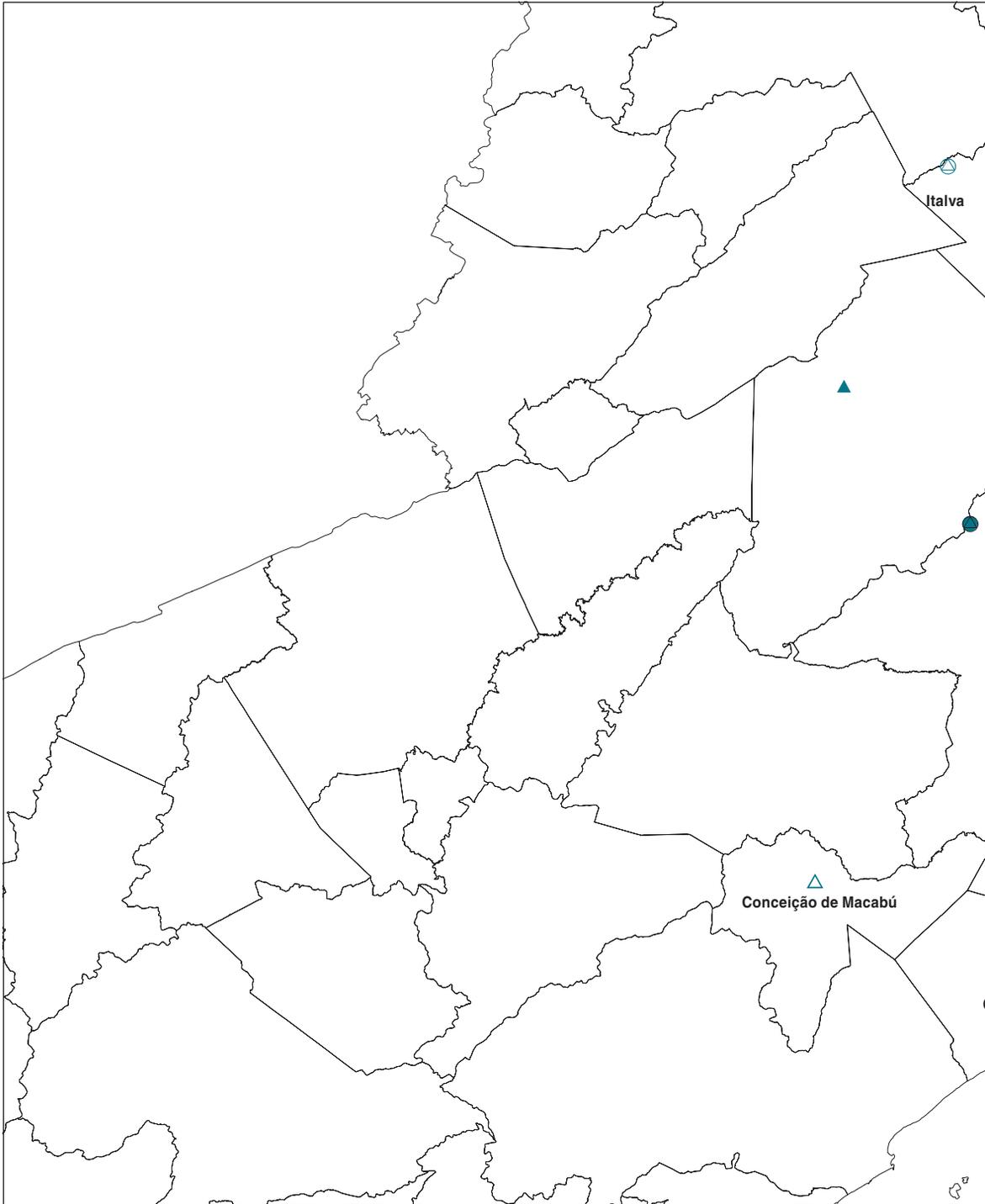
Cabe lembrar que a intervenção estatal no país, que já existia antes, passou a ser mais completa e a se apresentar de forma mais orgânica e concertada nessa época. Todavia, é fundamental explicitar os interesses que atuavam sobre o Estado brasileiro e que organizavam a ação pública no que tange à incorporação de tecnologia. Nesse aspecto é essencial considerar a disputa de poder por parte dos diferentes grupos que compunham a elite nacional, entre os quais se incluíam os representantes das indústrias produtoras de equipamentos para a indústria sucroalcooleira, articulados às suas congêneres no mercado internacional, assim como as pressões do mercado externo sobre o Estado nacional, em uma conjuntura de renovação e adequação técnica, devendo-se levar em conta que o setor dispunha de amplos recursos financeiros (Bernardes, 1993).

Em suma, dependendo das condições do lugar em que os objetos técnicos sejam inseridos, as respostas das técnicas serão diferentes porque o uso dos objetos não é igual. No Norte Fluminense, uma maior irracionalidade estava presente, pois as técnicas não funcionam sem o estímulo da informação, seja na forma de dinheiro ou de planejamento, que informa quanto produzir, com que rendimento, com que força de trabalho, com quais relações, com quais insumos etc.

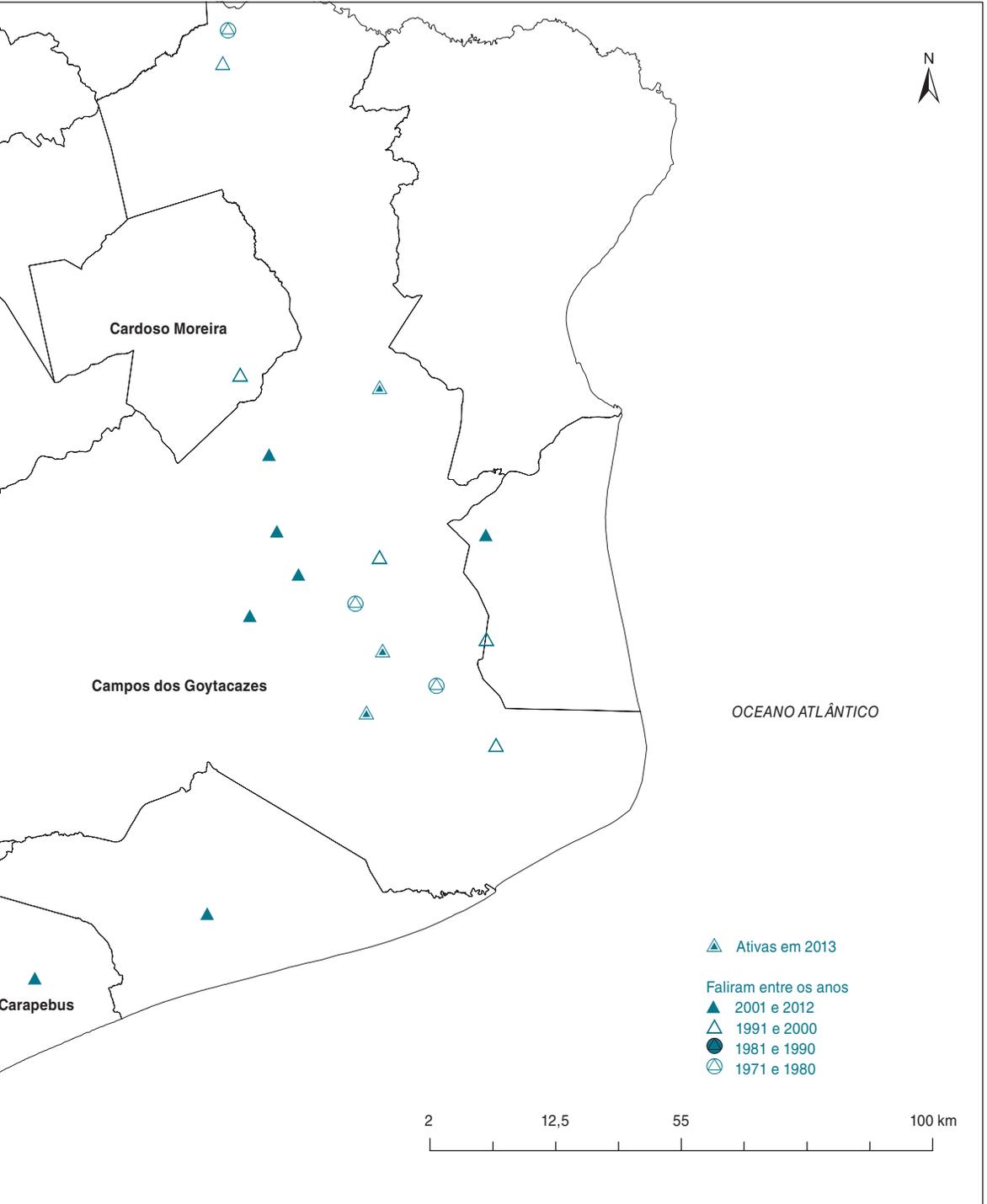
Na fase posterior à implantação técnica, a capacidade ociosa das usinas chegou a alcançar 70%, fazendo com que o Norte Fluminense assumisse posição de fraco desempenho na divisão territorial do trabalho do setor a nível nacional. Isso se deu porque a técnica pouco trabalhava nessa região por não existirem ordem de ação e controle da ação sobre os objetos, já que esse espaço não possuía condições que permitissem um pleno funcionamento da mesma.

Portanto, no Norte Fluminense, tudo ocorria dentro de certos limites: as usinas se renovavam tecnicamente, mas a produção de cana não correspondia em quantidade e qualidade; foram introduzidos alguns quadros técnicos, mas as relações eram arcaicas; se conseguia certo acordo político para a renovação, porém de forma subalterna (Bernardes, 1995). Os limites da incorporação técnica, da competição, da relação entre usineiros e produtores de cana e da renovação nas relações de trabalho fizeram com que essa região exercitasse a função de “bolsão de apoio à inovação” que se desenvolvia

1 Usinas ativas e desativadas no Norte Fluminense (1971–2013)



Projeção transversa de Mercador
Fonte: ASFLUCAN/Bernardes, 1990
Elaboração: Wanderson Silva



em outros espaços, constituindo áreas aglutinadoras para inversões que encontrariam sua plena racionalidade em outro lugar (Soja, 1993). Este seria o novo conceito aplicável a essa região, já que esse era um lugar que poderia ser lido como arcaico, mas que não podia ser compreendido em sua dinâmica naquele momento em uma leitura do arcaísmo, embora também não pudesse ser compreendido por uma leitura da modernização porque era insuficiente para expressá-la (Bernardes, 1995).

Tudo indica que o início do fim do setor sucroenergético na região se encontra nesse contexto. Houve investimentos na indústria, mas as técnicas pouco alcançaram a agricultura. A partir de 1977, o uso de fertilizantes se manteve a níveis bastante baixos na região, e eles praticamente deixaram de ser utilizados depois de 1985, em função do elevado preço e da escassez de crédito. O mesmo ocorreu com os tratamentos culturais, devendo-se levar em conta que, nessa época, era ínfimo o aproveitamento dos subprodutos. Deve-se acrescentar que não se investia em irrigação e as práticas de renovação dos cultivos, depois de 1985, chegavam ao sexto e sétimo cortes. Em termos de mecanização agrícola, houve poucos avanços no período, que se limitaram à aquisição de tratores. Além disso, o preço da cana também não era estimulante.

Como resultado, de um total de 45,7 milhões de toneladas de cana que eram produzidas nos anos 1960, se passou a 64,3 milhões nos anos 1970 e a 75,6 nos anos 1980 – um incremento de 40,7% entre 1960 e 1970 e de 17,4% entre 1970 e 1980. Deve-se ressaltar que parte substancial desse crescimento se vinculava à agregação de novas áreas, ou seja, o crescimento foi mais horizontal que vertical. Dados sobre a expansão da área de cana no Norte Fluminense revelam que, nos anos 1970, foram agregados 158.299 hectares; nos anos 1980, um total de 185.589; chegando a aproximadamente 211.385 hectares nos anos 1990. A partir de 1980, as usinas foram se descapitalizando, reduzindo-se o dinamismo do mercado de terras, principalmente das mais distantes, uma vez que o preço da cana não compensava.

Quanto ao rendimento agrícola, que se situava em torno de 49 ton/ha até 88–89 ton/ha, passou a alcançar níveis muito baixos nas colheitas seguintes, cerca de 40 ton/ha – São Paulo atingia aproximadamente 85 ton/ha nos anos 1980. Nesse cenário, do total de 23 usinas existentes em 1970, aproximadamente seis foram fechadas ainda na década de 1970, uma nos anos 1980, cerca de sete nos anos 1990 e nove nos anos 2000, em pleno *boom* do etanol no país (mapa 1, p.14–15), significando que a crise responsável pelo fim do setor se instalara no Norte Fluminense e, apesar do rolamento das dívidas, seu fim estava decretado.

Em suma, o velho modelo de produção da região chegava ao fim, embora ainda fosse se arrastar por alguns anos. E das suas cinzas surgiram novas propostas de uso do espaço econômico, introduzindo novas formas, com novas funções, associadas a novas estruturas e envolvendo novas relações (Santos, 1985). A breve reconstrução histórica, reveladora dos limites das práticas hegemônicas no Norte Fluminense, em parte relacionados à técnica, nos informa sobre a natureza dos projetos que conduziram a esses atos, dos conteúdos desses projetos e dos seus limites quando confrontados com outras ações (Ribeiro, 2004).

Tentativas de reestruturação do setor

Identificar as atuais estratégias de expansão da produção do setor sucroenergético no Norte Fluminense, ou seja, o processo de reestruturação do setor porventura existente, significa verificar como se caracteriza, do ponto de vista da técnica, esse sistema territorial de produção, quais são as principais inovações adotadas na agricultura e na indústria e como se difundem no contexto regional.

Algumas informações recentes são reveladoras do cenário do setor na região no contexto da valorização dos biocombustíveis a nível nacional. Segundo destaques do jornal *Valor Econômico* (Caderno B12, 3 de agosto de 2011), o estado do Rio de Janeiro constitui um dos mais importantes consumidores de açúcar do país. Entretanto, em

2011, como a produção estimada era de 118,3 mil toneladas, ele deveria importar mais 85% dessa produção, ou seja, aproximadamente 896 mil toneladas. Tratando-se do etanol, enquanto o consumo foi de 1,19 bilhão de litros, a produção se situou em apenas 69,102 milhões de litros.

Não obstante, como expressa a tabela 1 (abaixo), a capacidade de produção se distancia enormemente do potencial de consumo: a área média plantada de cana passou de 158.175 hectares, no quinquênio 1991–1995, para 124.751 no quinquênio 2006–2010, e a produção de cana reduziu de 6.546.535 toneladas para 5.744.677. Apenas o rendimento médio aumentou – de 41.888 kg/ha, em 1991–1995, para 47.039 kg/ha em 2006–2010. Entre 1991 e 2011, a variação da área de cana decresceu 49,38% e, a da produção, 39,63%.

1 Área plantada, produção e rendimento médio da cana-de-açúcar no Norte Fluminense (1990–2010)

Quinquênios	Área plantada (ha)	Quantidade (ton)	Rendimento (kg/ha)
1991–1995	158.175	6.546.535	41,888
1996–2000	151.122	6.845.994	45,350
2001–2005	149.759	6.565.159	43,751
2006–2010	124.751	5.744.677	47,039

Fonte: SIDRA/IBGE

Nesse cenário produtivo, cabe analisar as recentes tentativas de revitalização do setor e o nível de mudança técnica porventura existente nas usinas e destilarias, uma vez que a materialização dessas técnicas nesses espaços, impactados por grandes projetos industriais e logísticos, suscita um maior conhecimento das articulações que possibilitam que as mesmas alcancem tais áreas. Por sua vez, isso permite apreender o significado social e político da implantação e da renovação técnicas em sua dimensão espacial.

Para melhor compreensão da permanência das usinas COAGRO e Paraíso, pelo menos até 2013, e da implantação e do funcionamento da usina Canabrava em 2009, cabe analisar as estratégias dessas unidades produtivas. No caso da usina Paraíso, ela constitui uma das últimas remanescentes do modelo tradicional, encontrando-se em grandes dificuldades. Com capacidade de produção de 850 mil toneladas de açúcar, a usina produziu 750 mil em 2011, menos de 600 mil em 2012 e há a possibilidade de produzir 500 mil em 2013. No que se refere ao nível técnico, lá se substitui apenas as peças essenciais para o funcionamento da usina.¹

Tratando-se da Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro Ltda (COAGRO), após a falência da usina São José, em 2002, alguns fornecedores tomaram a iniciativa de criar a cooperativa e alugar a usina por 15 anos. Situada em área supervalorizada, na Baixada Campista, produzindo açúcar cristal e álcool hidratado, a usina vem sendo contemplada com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Cana (FUNDECANA), voltado para inovações tecnológicas. A cooperativa possui em torno de 9.000 associados fornecedores de cana, a maioria produzindo menos de 6 toneladas, e o pagamento é efetuado em açúcar.

Localizada a certa distância dos grandes projetos, a usina Canabrava, situada em São Francisco de Itabapoana, começou a funcionar em 2009 e constitui o único caso de expansão a partir da iniciativa do empresário Ludovico Giannattasio, que aponta para novas expansões em Quissamã e na antiga usina Santa Cruz – que se encontrava em recuperação judicial. A unidade vem funcionando, produzindo álcool hidratado, além da cogeração de energia elétrica a partir da biomassa do bagaço da cana. Segundo informações da usina, o proprietário da Canabrava é dotado de recursos próprios para investimentos em tecnologia, tendo se articulado com a Cosan e com a Ipiranga

1 Informações obtidas em trabalho de campo realizado no Norte Fluminense em março de 2013.

para fornecimento de etanol e com o grupo responsável pelos empreendimentos do Complexo do Açúcar para fornecimento de energia. Sua capacidade de extração é de aproximadamente 1,2 milhão de toneladas de cana, tendo produzido cerca de 500 mil litros de etanol por dia e 30 MW de energia elétrica em 2011.²

2 Informações obtidas em trabalho de campo realizado na região, em abril de 2012, e disponível em <http://www.usina-canabrava.com.br>, acesso em 30 de maio de 2013.

Segundo o Anuário da Cana (2012), a produção de cana-de-açúcar na safra 2011–2012, no Norte Fluminense, alcançou 4.431.000 toneladas, ocupou 89.495 hectares e apresentou rendimento médio em torno de 49.511 kg/ha. No *ranking* nacional da produção de açúcar em 2012, a COAGRO se situou em 91º lugar e em 36º no caso do açúcar cristal, tendo processado 68.288 toneladas, enquanto a usina Paraíso ficou na 99ª posição na produção nacional de açúcar e na 46ª na produção de açúcar cristal, com 57.500 toneladas.

Falar de reestruturação produtiva, de modernização do setor sucroenergético no Brasil, significa falar do papel do Estado, patrocinador, legitimador e financiador do segmento agrícola, embora apresentando diferenciações nas distintas fases da economia nacional (Mazzali, 1999). O Estado sempre teve uma centralidade no Brasil (como na América Latina) – que aparentemente não tem em outro lugar –, desempenhando um papel fundamental na estruturação da economia. Por isso, é impossível falar de um capital independente do Estado no Brasil. Apesar de já ter existido antes, a partir de 1930 a intervenção estatal passou a ser mais completa e a se apresentar de forma mais orgânica e concertada.

A questão fundamental é saber quem se apropria dos mecanismos do Estado em cada momento, quem determina seus objetivos e as concepções que devem prevalecer. As transformações mais contundentes no aparelho estatal que afetaram o setor tiveram lugar no final dos anos 1980, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o que provocou redução substancial dos recursos orçamentários. Consequentemente, novas relações econômicas foram introduzidas nos processos políticos de cada território, desorganizando os interesses dos agentes rurais, resultando em uma “quebra na orientação e sentido do comportamento desses agentes” (Mazzali, 1999, p.34). Nos anos 1990, quando se consolidou o pacote tecnológico agrícola, simultaneamente ao arrefecimento da atuação do Estado, ampliou-se o campo de ação e a autonomia dos agentes no campo agroindustrial, o que significou transformações no mercado e na concorrência, “propiciando, assim, o ambiente para a reestruturação das relações” (Mazzali, 1999, p.36). Entretanto, esse novo ambiente, em lugar de reestruturar, acabou por acelerar a desestruturação do setor no Norte Fluminense. Deve-se destacar que, a partir de 1978, quando a Petrobras se instalou na região, novos interesses passaram a dominar, implantando-se novas empresas e produzindo-se novos territórios. O petróleo despontava como principal fator na reconfiguração territorial da região, sendo as principais transformações associadas à exploração de petróleo na Bacia de Campos, à contínua crise do setor sucroenergético e à expansão da infraestrutura industrial e de logística (Silva, 2013).

Atuais dilemas e desafios do setor sucroenergético no Norte Fluminense

Nossa preocupação neste item é reconstituir essa fração da realidade concreta, o Norte Fluminense, na contemporaneidade, tendo como referência o espaço herdado e a partir de algumas variáveis fundamentais – ou seja, dos recursos físicos, técnicos, humanos e de capital –, uma vez que todos os fatos não podem ser abarcados. Deve-se registrar que a análise dos fatores que configuram o processo produtivo é reveladora das possíveis tendências do setor na região e da capacidade de expansão competitiva do subsistema regional. Entretanto, o geógrafo Joan-Eugeni Sánchez chama a atenção para a compreensão da noção *recurso* a partir de sua valorização social.

No processo de produção e reprodução social, embora os recursos sejam imprescindíveis e devam ser pré-existentes, não assumirão o papel de recurso ativo até que a sociedade não lhes confira tal categoria e, portanto, até que não os considere

um valor de uso. Ou seja, ao falar de recurso, nos referimos sempre a uma valorização social. Trata-se de algo – pessoa, meio, técnica ou valor acumulado – que interessa para ser usado. Porém, as mesmas coisas ou pessoas nem sempre são consideradas aptas para seu uso.

(Sánchez, 1991, p.175, tradução livre)

No que concerne aos recursos físicos, tratando-se da agroindústria sucroenergética, nem todos os fatores que intervêm podem ser externos à região, já que deve existir contiguidade entre primeira matéria e transformação industrial, sendo, portanto, distinto da imensa maioria de indústrias, que permitem a deslocalização. A questão do território passa a ser mais relevante na medida em que se trata de uma agroindústria que tem necessariamente um enraizamento territorial, visto que, além da questão técnica própria do processo industrial, coloca-se a questão da condição de reprodução técnica da própria terra e da extensividade do processo. Com isso, adquirem-se novos elementos que necessitam ser trabalhados.

Um primeiro aspecto diz respeito à intensificação do processo de valorização imobiliária associada à implantação dos recentes projetos industriais e logísticos, que alcançam as áreas mais férteis e de melhor topografia da região, adequadas à mecanização dos cultivos. Isso leva ao recuo da área agrícola, à busca da matéria-prima em áreas mais distantes e à disputa das áreas de cana nos leilões das usinas falidas. Por outro lado, problemas de sucessão promovem intensa subdivisão da terra, favorecendo o abandono do campo. Segundo informações de entrevistados, mais de 70% da área de cana foi abandonada nos últimos anos.

Quanto aos recursos técnicos, se na usina apenas são substituídas as peças essenciais, a situação se agrava mais na agricultura, onde inexistem projetos de irrigação e se aplica o mínimo de técnicas, seja no uso de novas cultivares, de insumos químicos ou de máquinas, o que resulta em baixos níveis de rendimento. Nesse contexto, os investimentos são escassos, bem como as possibilidades de acesso a financiamento – há domínio de descapitalização e de endividamento. Entretanto, a existência de algumas unidades produtivas antigas – como a usina Paraíso – ou renovadas – como a COAGRO – nesse ambiente pouco competitivo só é viabilizada a partir de algum tipo de subsídio, podendo tal continuidade ser compreendida no âmbito da imbricação de relações novas e arcaicas.

Especialmente nas últimas décadas, profundas alterações na estrutura econômica, política, social e espacial vêm ocorrendo no Norte Fluminense. No entanto, como nos diz José de Souza Martins, a persistência do passado, quando se trata de terra e poder, está sempre presente, um “passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, fazendo da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa mais do que à primeira vista se vê” (Martins, 1994, p.11).

Nesse sentido, a caótica situação detectada em relação aos recursos humanos é reveladora do acúmulo de problemas ao longo de muitas fases históricas. Os volumosos contingentes de mão de obra de baixa qualificação que existiam há até pouco tempo formando “bolsões de reserva”, de repente revelaram-se escassos em função da forte demanda dos novos projetos – principalmente na construção civil. Dessa forma, permaneceram no corte da cana, por exemplo, apenas os mais idosos e doentes.

Os conflitos emergentes vinculam-se prioritariamente aos novos usos do território em função da presença de novos agentes nesse recorte regional, eliminando antigos usos da terra e beneficiando, sobretudo, os novos setores hegemônicos da economia e da política. Assim sendo, o acesso à terra por parte dos trabalhadores é conseguido somente através dos movimentos sociais, no contexto de falência das antigas usinas. O Estado emerge como mediador dos conflitos e da regulação das relações de produção.

A análise dos recursos humanos nos mostra a função do arcaico e nos permite compreender que a decadência que ocorre é do setor sucroenergético no Norte Flumi-

nense; que esse arcaico não é um imobilismo qualquer e “o tradicional” dessa região permite adaptações e transformações. José de Souza Martins (2000) nos alerta sobre a possibilidade de uma refuncionalização dessas adaptações na medida em que certas “necessidades” do processo de reprodução ampliada do capital se encontram com sobrevivências culturais do passado. Como nos mostra Lefebvre (1976), faz muito tempo que o capitalismo deixou de ser geograficamente passivo para converter-se em um instrumento, mantendo-se através da conquista e da integração do espaço.

Procuramos verificar a ação das diversas variáveis e sua repercussão no sistema espacial. Como acentua Milton Santos, “a elaboração e reelaboração dos subespaços – sua formação e evolução – se dão como em um processo químico. O espaço que assim é formado extrai sua especificidade exatamente de um certo tipo de combinação. Sua própria continuidade é uma consequência da dependência de cada combinação em relação às precedentes.” (Santos, 1985, p.23)

Na medida em que as condições do setor sucroenergético foram se agravando, indicavam que, por um lado, o processo mostrava certo esgotamento e, por outro, que emergiam novos interesses, sendo esses contraditórios entre si, abrindo-se uma ruptura com a história anterior. Em outras palavras, em função de necessidades de produção definidas a nível mundial, novas estratégias para organizar o território Norte Fluminense vêm sendo adotadas nos últimos anos, com readequação do espaço e destruição de formas anteriores, subordinadas ou sendo criadas outras. Para impor-se com êxito, a nova forma de produzir vem também transformando relações de produção.

Deve-se destacar que a produção atual do espaço se encontra em estreita correspondência com o novo nível das forças produtivas implantadas, ou seja, o dos grandes projetos industriais e logísticos. Isso supõe a utilização de novas forças e técnicas, assim como a iniciativa de grupos capazes de intervir e/ou de conceber objetivos a determinada escala, atuando em um marco constitucional específico, portadores de ideologias e, principalmente, de representações espaciais, que correspondem às novas relações de produção (Lefebvre, 1976).

Nesse contexto, o novo processo de regionalização emerge como sustentáculo das atuais ações hegemônicas, vinculado a novas formas de disputa do poder e assentado em determinadas formas de construção e uso do território, gerando novas formas de resistência social (Ribeiro, 2004).

Considerações finais

No contexto acima analisado, os estudos sobre o processo de regionalização da expansão do setor sucroenergético no Brasil ganham importância e significado, balizados pelos acontecimentos, em uma articulação do regional, do nacional e do mundial, em que a análise privilegia a articulação técnica e o território. Como assinala o geógrafo Milton Santos (1999), é possível compreender hoje cada fração do espaço em função do espaço global com base na internacionalização das técnicas; da produção e do produto; do capital e do trabalho; do consumo; e da mundialização das relações de todos os tipos – econômicas, financeiras e políticas.

Contudo, a mundialização da economia e das técnicas alcança os lugares de forma diferenciada, com efeitos distintos nas diversas frações do território, viabilizando-se por meio do planejamento estatal. No Norte Fluminense, é possível perceber, na contemporaneidade, a velocidade dos eventos e das mudanças, a centralização dos processos e a gestão oligopolizada, embora as condições diferenciadas da produção exijam políticas distintas. As variáveis de competitividade estão associadas aos grandes projetos. O espaço herdado, ou seja, as rugosidades, reveladoras do papel ativo do espaço no processo de reprodução social, vão sendo removidas ou eliminadas com certa rapidez; não obstante, apesar das tentativas de homogeneização desse território, os contrastes são evidentes e a resistência está presente (Santos, 1996).

Os agentes responsáveis pelos grandes projetos que vêm se instalando na região,

associados ao capital financeiro, detentores das inovações tecnológicas, “detém o poder de transformar a riqueza territorializada em fluxos”, como nos diz a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2005, p.105), cuja capacidade se sustenta em acúmulos históricos vinculados a práticas de imposição ou destruição. “Esta fração precisa dispor, nos movimentos estratégicos de sua territorialização, de atores políticos com capacidade de formularem discursos que criem o ente mercado como sujeito de projetos e direitos.” (ibidem, p.105) Intensifica-se, assim, a disputa pelo território, corpos e mentes, como assinala a autora, pressionando pela “transformação do território numa superfície lisa e sem marcas” (Ribeiro, 2005, p.106).

Em suma, a recente estruturação da economia e do espaço no Norte Fluminense está vinculada à implantação dos novos projetos industriais e logísticos que avançam sobre a tradicional região produtiva agrícola que, em algum momento do passado, já foi ponto luminoso, e que, ao deixar de ser competitiva, deu lugar a novos agentes hegemônicos. A produção dos novos territórios especializados e corporativos, hoje, se dá através de outros circuitos produtivos, organizando-se para a região ser competitiva por meio da circulação (Castillo & Frederico, 2010) e da criação de um espaço mais fluido em substituição à rigidez do antigo território – a qual pode ser ilustrada com a permanência da cana na terra por mais de cinco anos.

A partir dessa percepção, coloca-se como questão fundamental aprofundar o conhecimento das articulações que vêm se desenvolvendo no Norte Fluminense no âmbito do espaço global, para avançar na análise da capacidade territorializadora do recente processo de produção e apreender de que modo, em que condições e com que efeitos essa região vem sendo adaptada às necessidades de inserção do Brasil no processo de expansão e de mudanças na esfera da mundialização da economia.

Referências

- Anuário da cana 2012**, São Paulo: PROCANA Brasil, 2013
- Júlia Adão **Bernardes**, “Cambios técnicos y reorganización del espacio en la región azucarera Norte Fluminense 1970–1990”, tese de doutorado pelo programa de Pós-Graduação em Geografia, Barcelona: Universidade de Barcelona, 1993
- , “Mudanças técnicas e espaço: uma proposta de investigação”, in: Iná Elias de Castro, Paulo César Gomes & Roberto Lobato Corrêa (organização), *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.239–269
- Ricardo Abid **Castillo** & Samuel **Frederico**, “Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo”, *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, p.461–473, 2010
- Henry **Lefebvre**, *Espacio y política*, Barcelona: Ediciones Península, 1976
- José de Souza **Martins**, *O poder do atraso*, São Paulo: Hucitec, 1994
- , “A escravidão na sociedade contemporânea – a reprodução ampliada anômala do capital e a degradação das relações de trabalho”, Seminário Internacional sobre “Trabalho Forçado, Realidade a ser Combatida”, Belém, 6 de novembro de 2000
- Leonel **Mazzali**, *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”*, São Paulo: Editora UNESP, 1999
- Ana Clara Torres **Ribeiro**, “Regionalização: fato e ferramenta”, in: Ester Limonad, Rogério Haesbaert & Ruy Moreira, *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?*, São Paulo: Editora Max Limonad, 2004, p.194–212
- , “Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário”, *Formas em crise: utopias necessárias*, Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005, p.93–111
- Joan-Eugeni **Sánchez**, *Espacio, economía y sociedad*, Madrid: Siglo XXI de España Editores SA, 1991
- Milton **Santos**, *Espaço & método*, São Paulo: Editora Nobel, 1985
- , *A Natureza do Espaço*, São Paulo: Hucitec, 1996
- , *O dinheiro e o território*, publicação de uma conferência realizada na Universidade Federal Fluminense, 1999, disponível em www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/2/2+&cd=1&hl=pt&ct=clnk&gl=br, acesso em 30 de maio de 2013
- Eduardo Sol Oliveira **Silva**, “Continuidades e rupturas de ordenamentos no espaço: do território da cana ao setor logístico e industrial no Norte Fluminense”, tese de doutorado pelo programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013
- Edward **Soja**, *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1993

Júlia Adão Bernardes é doutora em Geografia pela Universidad de Barcelona; professora permanente do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ; pesquisadora do CNPQ e da FAPERJ; e coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da UFRJ e da Rede Nacional de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI).
julia.rik@gmail.com

Setor sucroenergético e os novos empreendimentos no Norte Fluminense: um novo cenário regional

O modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil visa, em grande parte, à criação de novas estruturas que viabilizem o aumento das trocas comerciais com o mercado externo, principalmente na comercialização de produtos do setor primário, como *commodities* minerais e agrícolas. Nesse sentido, há a implantação de uma série de empreendimentos industriais e logísticos em todo o território brasileiro, principalmente em áreas estratégicas, como em áreas produtoras de soja, de cana-de-açúcar, de minério de ferro, entre outras.

O Brasil torna-se, cada vez mais, palco de atuação do capital mundializado, aumentando de forma considerável a sua participação na economia global. A mundialização do capital, que se refere a uma noção de totalidade sistêmica, torna os territórios ainda mais integrados, principalmente por meio das redes, como aponta Spósito (2008).

Deve-se ter em mente que as redes não se formam por acaso. Elas são resultados do trabalho de numerosos atores que, em diferentes lugares e momentos, e com capacidades distintas de ação, exerceram e exercem seus papéis como sujeitos da história.

As redes são categoria indispensável para a mundialização das trocas e para a circulação do capital, o que permite uma maior reprodução e acumulação do mesmo. As redes são, sobretudo, sociais, e expressam fundamentalmente os interesses dos atores hegemônicos que as planejam, implantam e controlam, sendo, portanto, dotadas de intencionalidades. Os investimentos atuais no país em infraestrutura expressam os interesses privados e estatais de fomentar a produção econômica, mas sobretudo de aumentar o capital produtivo e especulativo, sendo sua distribuição no espaço, como aponta Lamoso, “definida politicamente, como resultado do embate entre diferentes projetos políticos e, conseqüentemente, de interesses de classe” (2009, p.43).

O estado do Rio de Janeiro tem um papel fundamental no atual modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente no que concerne à dimensão logística e industrial. A implantação da indústria de petróleo em Macaé, na década de 1990, e a implantação dos empreendimentos Complexo Portuário e Industrial Açúcar e Complexo Logístico e Industrial Farol / Barra Furado – ambos também no Norte Fluminense – reafirmam a posição estratégica do estado no cenário econômico mundial.

O Complexo Portuário do Açúcar e o Complexo Logístico Barra Furado corroboram o fortalecimento da base logística do país, além de constituírem uma base importante para o setor metal-mecânico. O Complexo Portuário do Açúcar será um dos principais portos da América Latina, com pretensões de ligar o Rio de Janeiro a importantes rodovias brasileiras, sendo um importante centro logístico de escoamento de mercadorias das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Tais empreendimentos possibilitam uma maior integração econômica no Brasil, aumentando a competitividade do país no cenário mundial, ao tornar o acesso logístico às principais áreas econômicas brasileiras mais estruturado e moderno. A região Norte Fluminense torna-se *locus* desses novos empreendimentos, como também território de atuação e reprodução de novos agentes ligados ao capital mundializado.

As transformações ocorridas na região desde a entrada do setor petrolífero, na década de 1980, foram fundamentais para a definição de um novo cenário para ela,

mercado sobretudo pelo enfraquecimento do setor sucroenergético. Percebe-se que a reestruturação produtiva do estado do Rio de Janeiro, pautada no modelo pós-fordista de desconcentração espacial, heterogeneidade produtiva, otimização de custos e modernização das redes urbanas, propiciou a alocação de importantes projetos âncoras no Norte Fluminense. Com isso, definiu-se uma nova organização espacial na região, produtos de novos agentes – externos à mesma –, evidenciando, assim, um movimento típico do mundo globalizado.

A industrialização e a urbanização ocorridas no século XX produziram novas dinâmicas de organização e articulação das regiões e de suas ligações com o mercado externo, além de uma nova composição social do país. A organização do espaço que comporta regiões pouco articuladas deu lugar a uma integração recente do território que, no entanto, foi operada por agentes externos e viabilizou, mais uma vez, as conexões com o exterior, facilitando as tarefas de exportação (Pereira, 2010).

Tal processo, que corrobora uma maior integração dos espaços produtivos e fomentação de novas territorialidades, é percebido na atual inserção da região Norte Fluminense na divisão do trabalho do país. O Norte Fluminense passa a se configurar como o principal território da cadeia produtiva brasileira do petróleo, além de estar inserido nos principais projetos logísticos de integração nacional do Brasil.

Destarte, pretende-se avaliar os empreendimentos industriais implantados atualmente na região Norte Fluminense, tais como a base *upstream*¹ da indústria de petróleo no município de Macaé; o Complexo Industrial Portuário do Açú no município de São João da Barra; e o Complexo Logístico e Industrial Farol / Barra do Furado, localizado entre os municípios de Quissamã e Campos dos Goytacazes. Assim, realizar-se-á uma análise que permita compreender como esses projetos afetam a organização espacial do interior fluminense, percebendo-os como importantes vetores logísticos nacionais, de atração de capital externo, de dinamização econômica na região, de crescimento da base técnica da indústria de petróleo no estado, mas também de polinizador de desigualdades na área.

Região Norte Fluminense: algumas considerações

O Norte Fluminense possui uma antiga tradição marcada pelas relações produtivas agrícolas, caracterizada principalmente pela produção de cana-de-açúcar, introduzida em meados do século XVIII e cultivada até hoje. Já no século XIX, a produção canavieira era a principal atividade econômica da região, que se tornou um dos maiores centros de produção do Brasil. Campos dos Goytacazes assumiu o papel de principal produtor de cana do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, virou um importante centro regional, com um considerável aumento no setor de comércio já no século XIX. A economia canavieira foi fundamental para a formação socioespacial do Norte Fluminense, sendo o elemento territorializador do espaço regional de acordo com Rua (2003).

O setor sucroalcooleiro fluminense não consegue, porém, produzir resultados altos em termos de produção e produtividade, iguais aos de outros estados como São Paulo e Paraná, como mostra Rua (2003) ao discutir que a região era a maior produtora do país, até a década 1960, mas perdeu espaço já na década de 1970 para São Paulo. A intervenção do Estado cria uma inércia na região fluminense. Isto é, os constantes subsídios do governo acomodam as elites locais, tornando o setor sucroalcooleiro fluminense cada vez menos competitivo frente às outras áreas produtoras do país, como analisa Barbosa (2002) ao dizer que o Norte Fluminense, que já possuiu expressividade nacional, nem mesmo no conjunto do Centro-Sul poderia ser atualmente considerado central ou de destaque no que tange à produção agrícola. As crises que tanto marcaram o setor aumentaram ainda mais as dificuldades econômicas da região, aprofundando as desigualdades sociais, os índices de desemprego e levando à intensificação do movimento migratório campo-cidade para outras áreas do estado, principalmente para a região metropolitana.

1 A indústria de petróleo divide-se em três áreas de atuação principal: *upstream*, *midstream* e *downstream*. A fase *upstream* de produção caracteriza-se pelas atividades ligadas à exploração e produção de petróleo e gás natural. Essa fase inclui desde a prospecção geofísica para a identificação de jazidas de petróleo até o transporte dele das áreas de produção para as áreas de refino.

O novo ciclo que se instaura no Norte Fluminense, isto é, o ciclo do petróleo, da lógica industrial – sustentada pela maior base industrial de petróleo do país e pela implantação de novos empreendimentos industriais na região –, contribui fortemente para a nova configuração espacial do interior fluminense, sendo perceptível o processo de uma nova estruturação regional, tanto no que concerne à base produtiva, quanto à política e à cultural.

Empreendimentos industriais: indústria de petróleo

A entrada do segmento de exploração & produção (E&P) de petróleo e gás natural na Bacia de Campos significou profundas transformações não só no município de Macaé, mas também em todo o estado do Rio de Janeiro. Analisando a evolução da economia fluminense durante o século XX, percebe-se que ela foi marcada por um crescente esvaziamento, principalmente do setor industrial, enquanto que o estado de São Paulo, por exemplo, experimentava uma evolução positiva da sua economia. A partir da década de 1990, entretanto, a economia fluminense começou a apresentar uma inflexão positiva, estando tal crescimento associado à expansão da indústria petrolífera no país, a partir da descoberta de petróleo na Bacia de Campos e da consequente implantação do polo industrial petrolífero em Macaé. Desde então, percebe-se que a indústria de petróleo é fundamental para o desenvolvimento econômico do estado, apresentando grande participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB) fluminense.

A importância da indústria de petróleo para a inflexão econômica no estado do Rio de Janeiro se deu tanto pela implantação do segmento *upstream* em Macaé e de uma série de empresas fornecedoras de bens e serviços para a cadeia de E&P, quanto pela expansão dos outros segmentos, o *midstream*² e o *downstream*,³ e o pagamento dos *royalties*. Com a exploração da Bacia de Campos, foi necessária a ampliação da capacidade de refino, de processamento e de distribuição de petróleo e gás natural no país. No estado, houve expansão da indústria naval; da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), que se tornou a mais complexa e completa refinaria do Brasil; dos oleodutos e gasodutos, tanto marítimos quanto terrestres; além da construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), na região metropolitana do estado, que se encontra em fase de construção. Percebe-se, então, que o estado do Rio de Janeiro se destaca cada vez mais como um importante centro de produção petrolífera, abrigando os principais segmentos da indústria de petróleo, como mostra Fernandes:

A importância da atividade petrolífera para a economia fluminense ultrapassa o caráter especificamente produtivo, ou seja, os ganhos obtidos diretamente da atividade extrativa e do seu impacto sobre outras cadeias produtivas. Atualmente, a importância da atividade atinge de modo direto as finanças públicas, tendo em vista a determinação legal do repasse de compensações financeiras pelos concessionários das atividades de exploração e produção aos estados e municípios pertencentes ao circuito produtivo. É importante ressaltar que o estado do Rio de Janeiro e os seus municípios são os principais beneficiários dos repasses feitos em forma de *royalties* e participações governamentais.

(2007, p.33)

O Complexo Logístico e Industrial Farol / Barra Furado, por exemplo, será essencial para a afirmação do Rio de Janeiro enquanto *locus* da indústria de petróleo do país, já que abrigará os principais estaleiros do segmento *oil & gas* (petróleo e gás natural) do Brasil.

Observa-se que a cadeia produtiva de petróleo e gás natural integra todo o estado. Essa compreensão é fundamental para se analisar as transformações que essa indústria provoca nos municípios fluminenses. É claro que nem todos são atingidos diretamente por alguma atividade ligada ao petróleo, mas há os que são diretamente

2 O segmento *midstream* refere-se ao processo de refino do petróleo, sendo, assim, a fase na qual se dá a transformação do petróleo bruto em seus derivados, como gasolina, diesel, óleo lubrificante etc.

3 A fase *downstream* da indústria de petróleo caracteriza-se pelo transporte, distribuição e comercialização dos derivados do petróleo.

afetados pela estrutura física dessa indústria, como é o caso de Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras e, sobretudo, Macaé. Porém, além das transformações provocadas pela instalação dos segmentos *upstream*, *midstream* e *downstream* da indústria, outro fator é imprescindível para a produção dessas transformações: o pagamento das compensações financeiras pelas concessionárias de petróleo.

Com a descoberta de petróleo e gás natural na Bacia de Campos e a instalação do complexo petroquímico na cidade de Macaé, novos objetos espaciais foram incorporados na região Norte Fluminense, produtos de uma racionalidade moderna, inovadora e global característica da economia petrolífera. Como expressa Santos (2006), há conjuntos de objetos novos e de ações novas que tendem a ser mais produtivos, o que evidencia novas situações hegemônicas. Hoje, o Norte Fluminense é influenciado pela dinâmica da indústria petrolífera, que constitui atualmente o principal vetor econômico da região. O processo de industrialização tende a crescer na área com a entrada cada vez maior de capitais privados ligados à lógica global, como os novos complexos industriais do Açú e Barra Furado.

Empreendimentos industriais: Complexo Portuário e Industrial do Açú

O Complexo Portuário e Industrial do Açú compreende um dos principais empreendimentos industriais e logísticos em implantação no Brasil, possuindo um papel estratégico relacionado ao setor mineral do país, como também na criação de redes logísticas no mesmo. Planejado para ser um dos maiores complexos portuários do mundo, o porto do Açú representa *a priori* um importante vetor econômico não somente para a região Sudeste brasileira, mas também para o Brasil, ao pretender responder às novas demandas produtivas do país.

O porto do Açú está localizado na região Norte Fluminense, mais precisamente no distrito de Açú, no município de São João da Barra. O município de São João da Barra está localizado na Zona de Produção Principal de petróleo, sendo uma das cidades do país que mais recebem compensações financeiras advindas da E&P. Porém, tem um dinamismo econômico baixo, possuindo um dos menores índices de desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro.

O porto do Açú é um empreendimento industrial e logístico do Grupo EBX, executado pela empresa LLX, desde 2007, com área total de 90 km². A LLX atende principalmente aos interesses portuários do Grupo EBX, destacando-se pela criação de terminais portuários privativos de uso misto e de grande capacidade de armazenamento. O Complexo Portuário do Açú é, segundo o Grupo EBX, o maior investimento em infraestrutura portuária do continente americano. Foi idealizado a partir do conceito de *Maritime Industrial Development Areas* (MIDAS), possui dois terminais, sendo um *offshore*⁴ e outro *onshore*,⁵ além de 17 km de píer, com capacidade para receber até 47 embarcações, como navios de grande porte – por exemplo, o VLCC, o Chinamax e o Capesize. Assim, a previsão é de que o porto consiga movimentar mais de 350 milhões de toneladas por ano, em especial de petróleo, segundo dados divulgados pela LLX, o que evidencia o caráter estratégico do empreendimento que está localizada na principal região produtora de petróleo e gás natural do país.

O porto ainda contará com o maior complexo termelétrico do país, com geração de cerca de 5.400 MW, além de contar com um pátio industrial com unidades de construção naval, unidades para tratamento de petróleo, polo metal-mecânico, siderúrgicas, cimenteiras e empresas de tecnologia de informação (TI). A OSX, empresa de construção naval, *leasing* e serviços operacionais de navios, do Grupo EBX, possui participação principal na construção de estaleiros no empreendimento, segundo dados da EBX e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2010).

A localização do Complexo Portuário e Industrial do Açú, como dito anteriormente, é estratégica, principalmente por estar situado a 150 km da Bacia de Campos,

4 O termo *offshore* refere-se às operacionalizações de E&P de petróleo que ocorrem no mar.

5 O termo *onshore* refere-se às operacionalizações de E&P ocorridas em terra.

principal região produtora de petróleo do país. Além disso, o complexo tem finalidade logística expressiva, fomentando a integração ferroviária do país, além de revitalizar e ampliar as redes rodoviárias da região Sudeste e de constituir um importante porto com alta capacidade de exportação e importação – principalmente para a região Centro-Sul do Brasil.

Nota-se que a instalação do Complexo Portuário do Açú no município provocou profundas transformações, antes mesmo da conclusão das obras, sendo recorrentes os casos de violência contra os moradores do distrito do Açú, a rápida valorização das terras do município, a salinização da água por causa das obras de dragagem do porto, entre outros fatores.

Empreendimentos industriais: Complexo Logístico e Industrial Farol / Barra Furado

O Complexo Logístico e Industrial Farol / Barra Furado está localizado na região Norte Fluminense, mais precisamente entre os municípios de Quissamã e Campos dos Goytacazes. O empreendimento é resultado de parceria entre essas duas cidades com os governos federal e estadual, e é uma das prioridades do PAC 2 e do Programa Estadual de Logística de Cargas do Rio de Janeiro. O início das obras de infraestrutura e dragagem do Canal das Flechas começou em 2011, sob a responsabilidade do consórcio Terra e Mar e possui data de conclusão para 2014.

O projeto logístico do Barra Furado consiste na criação de um complexo portuário na área espacial correspondente ao município de Quissamã e na instalação de empresas de construção naval, *oil & gas*, na área municipal de Campos dos Goytacazes. O Complexo Logístico e Industrial Farol / Barra Furado sediará estaleiros de importantes empresas do ramo, como a BR *Offshore*, a Eisa e o Cassinú, como indicam as prefeituras de Quissamã e de Campos dos Goytacazes.

O Complexo Logístico Barra Furado está localizado entre dois municípios produtores de petróleo e gás do país, além de estar a menos de 90 km dos principais poços de petróleo da Bacia de Campos. A localização estratégica e privilegiada do Barra Furado se expressa não somente por isso, mas também pela proximidade com o principal *locus* da indústria de petróleo do país, o município de Macaé. Assim, o complexo consiste em um importante empreendimento para as empresas ligadas às atividades petrolíferas da Bacia de Campos.

A área de instalação desse complexo está sendo profundamente impactada, especialmente graças à rápida valorização do preço da terra e à alteração da dinâmica econômica do local, marcada pelas atividades agrícolas e pesqueiras.

A centralidade logística do porto do Açú no Norte Fluminense

Os processos de inclusão comercial do Brasil na economia globalizada têm exigido um novo padrão de organização dos fluxos. Empreendimentos logísticos vinculados aos complexos portuários do Açú e Barra do Furado, ambos os projetos intimamente ligados à exploração petrolífera da Bacia de Campos, vêm demonstrando a capacidade que os atores hegemônicos envolvidos nos projetos – organizados em uma rede que eles próprios regulam e modelam – têm de produzir o espaço, organizando e reorganizando o território de forma a garantir a fluidez territorial (sempre visando ao aumento da competitividade). A infraestrutura logística surge como fator de valorização do território e de desenvolvimento local, uma vez que a possibilidade de integração com novos mercados a nível regional e global tem modificado a lógica de estruturação territorial existente na região a partir das novas relações entre os agentes. Essa situação faz com que os municípios de São João da Barra e Campos dos Goytacazes adquiram uma nova dinâmica econômica, à medida que as escolhas locais das empresas, no bojo dos novos arranjos produtivos globalizados, são baseadas no grau de penetração dos mercados macrorregionais e internacionais, que por sua vez é ditado pela qualidade e velocidade dos fluxos gerados. Por isso, são estratégias fundamentais dessas empresas se

manterem próximas a corredores logísticos e portos, por exemplo. No entanto, não se pode cair em um determinismo logístico, uma vez que não são apenas fluxos e eficiência de transportes que favorecem o desenvolvimento econômico, mas também a articulação entre o transporte e os serviços de apoio capazes de agregar valor ao produto, de acordo com Monié. Segundo ele:

A localização das atividades não é mais tributária do desempenho meramente técnico dos transportes, mas sim da logística territorial, mobilizando os recursos econômicos, sociais, políticos e culturais localizados a serviço das redes materiais e imateriais que qualificam a competitividade regional.

(2003, p.78)

Portanto, como afirma Machado, “o desenvolvimento regional depende do grau de cobertura do território pelas redes logísticas” (2006, p.101), em que os novos tipos de arranjos urbano-industriais tendem a se localizar e a se concentrar nesses nós inerentes à rede logística, e é isso que se vê em formação no Norte Fluminense – o município de Campos tem um papel central para essa nova organização. Diante disso, de acordo com Silva (2003), a logística extrapola os limites do intrafirma e adquire uma dimensão territorial articulada por intermédio das redes, e por meio do território se vinculam as políticas públicas de desenvolvimento. Portanto, a forma e a infraestrutura de transportes e de logística planejadas para a região são a afirmação desse paradigma, em que a rede de influência dessas áreas assume proporções multiescalares, característica marcante dos novos arranjos produtivos típicos deste mundo globalizado, como diz Oliveira:

... no Brasil: de fluxos globais e de orientações neoliberais na atuação do Estado. A análise dos grandes projetos de investimentos em curso no Norte Fluminense deve estar contextualizada à dinâmica seletiva das escalas pelo capital e o consequente mosaico político, econômico e social que ele produz nos lugares.

(2012, p.14)

Observando a distribuição e a organização dos fixos que estão sendo construídos, tem-se a noção do alcance espacial do porto do Açú, demonstrando a sua centralidade logística decorrente da capacidade de concentrar os fluxos regionais e globais. O mapa 1 (p.30-31) mostra, em âmbito local, o acesso logístico ao porto. Nessa escala são representados os principais projetos rodoviários e o corredor logístico.

As principais rodovias federais que cortam a região são a BR-101 e a BR-356. Ambas têm passado por melhorias. A primeira está sendo duplicada, com previsão de término em 2016; para a BR-356, entre Itaperuna e São João da Barra, são previstas intervenções pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), como a construção de acostamento, recapeamento e manutenção. As principais rodovias estaduais são a RJ-216 e a RJ-196, que fornecem acesso tanto ao Complexo Portuário do Açú quanto ao de Barra do Furado. A primeira foi melhorada e reforçada para comportar o fluxo intenso de veículos e teve suas obras concluídas no fim de 2012, de acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Já a segunda tem sido pavimentada no trecho de 22 km, entre Conceição de Macabu e a BR-101, na fronteira com Quissamã, e “estão projetados dois trechos: entre Furado (litoral norte de Quissamã) e Mussurepe (Campos), e ainda o trecho entre São Sebastião de Campos e Gargaú, em parte que passa por São João da Barra” (LLX, 2011).⁶ E o projeto de maior destaque nessa escala de análise é o corredor logístico, que contemplará uma faixa de 400 m de largura e 38 km de extensão entre a BR-101 e o distrito industrial. Nesse corredor, estão previstos: uma rodovia com quatro pistas articuladas com as estradas locais existentes; uma ferrovia com duas linhas conectadas com a malha existente da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA); uma dutovia ligando o complexo industrial ao ramal Cabiúnas-

6 Disponível em http://www.agb.org.br/documentos/Relatorio_dos_Impactos%20socioambientais_do_Complexo_Portuario_do_Acu_AGB_14092011.pdf

–Vitória da Petrobras; além do canal Campos–Açu. O mapa 2 (p.32–33) demonstra os projetos com alcance regional e evidencia a centralidade logística do porto do Açu.

Nesse mapa, estão representados os principais projetos de infraestrutura de transportes que estabelecem as conexões entre os diferentes agentes envolvidos, com destaque para Minas Gerais, pois esse será o grande fornecedor de minérios para as empresas de metalurgia e siderurgia que irão se instalar na área industrial do porto. Para garantir um fluxo de minério constante e com o menor custo possível, tem se investido no transporte ferroviário, por ser um modal que transporta grandes quantidades em velocidade moderada e por um custo relativamente baixo.

O projeto conta com cinco ferrovias – entre construídas, em construção, em reforma e projetadas –, formando um entroncamento ferroviário que complementará o transporte de minérios, que tem como via de escoamento principal o projeto do mineroduto Minas–Rio. Apenas o mineroduto – que se inicia em Conceição do Mato Dentro (MG) e vai até o porto do Açu em São João da Barra (RJ) – terá capacidade de escoamento de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Dentre os projetos ferroviários, somente a ferrovia Litorânea, antiga Vitória–Rio, não tem ligação direta com o transporte de minérios, pois será encarregada de transportar cimento, granito e areia entre Cachoeiro de Itapemirim (ES), Campos, Macaé e a cidade do Rio de Janeiro. A reativação dessa linha se deu em função das demandas de transporte para a indústria da construção civil e para suprir a demanda da indústria cimenteira que será instalada no distrito industrial de São João da Barra.

Essas ligações ferroviárias são de extrema importância logística, sobretudo se levarmos em consideração que, no Rio de Janeiro, terminarão os trilhos da ferrovia Transcontinental, sob a responsabilidade da VALEC, que ligará a costa leste do país ao Peru, no litoral oeste do continente. O porto do Açu, desta forma, constituirá a saída da Transcontinental para o Atlântico.

(ALERJ, resolução 125/2011)

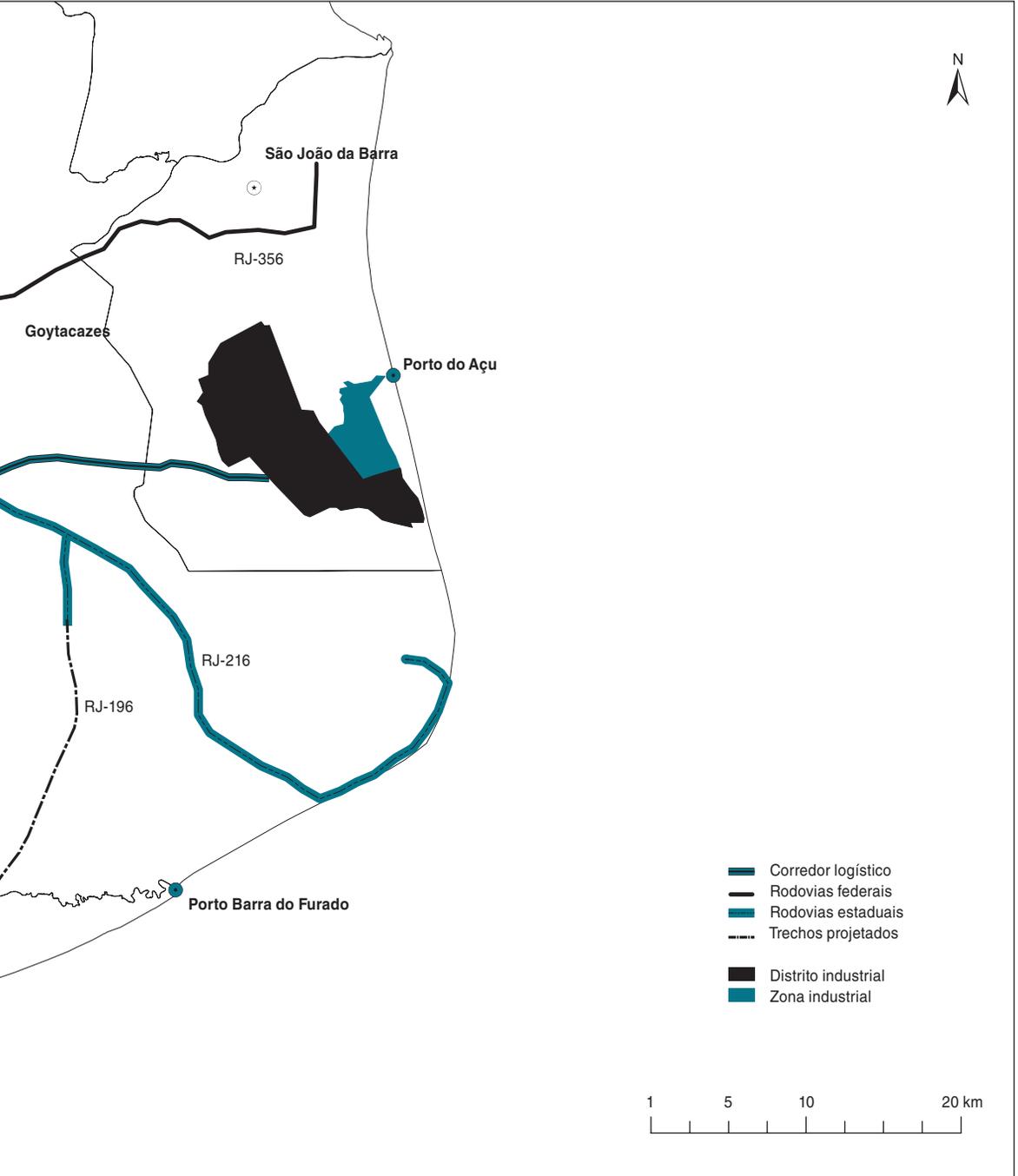
Além do próprio porto, outra conexão de escala nacional e internacional é a ferrovia Transcontinental (EF-354). Ela tem por objetivo atender aos interesses do agronegócio brasileiro, escoar a produção até o Pacífico, de acordo com a LLX (mapa 3, p.36–37). Ao fim das obras, será licitada e entregue à iniciativa privada, assim como ocorre com os trechos da ferrovia Norte–Sul que já estão prontos.

Outra relação internacional se estabelece com o porto do Açu em si, uma vez que esse já tem uma ponte de atracação de 2,9 km de extensão, a qual permitirá a atracação dos maiores navios do mundo que não passam pelo Canal do Panamá, como o Capesize, o VLCC e o Chinamax, os quais podem transportar em torno de 400 mil toneladas de carga. Para efeitos de comparação, atualmente o Canal do Panamá comporta navios do tipo Panamax, com capacidade de transportar cerca de 80 mil toneladas de carga. Esse quadro justificaria um possível interesse do setor agroindustrial em ter uma ferrovia conectada também ao porto do Açu, e não só com saída apenas pelo Pacífico, uma vez que a relação custo–benefício pode compensar a saída pelo Atlântico das *commodities* vindas do Centro-Oeste do Brasil. O porto do Açu estabelecerá uma ampla gama de destinos para seus fluxos de exportação, especialmente com exportação de *commodities*, petróleo e minério, com destaque para Ásia, Europa e EUA.

1 Esquema previsto para acesso logístico ao porto do Açú



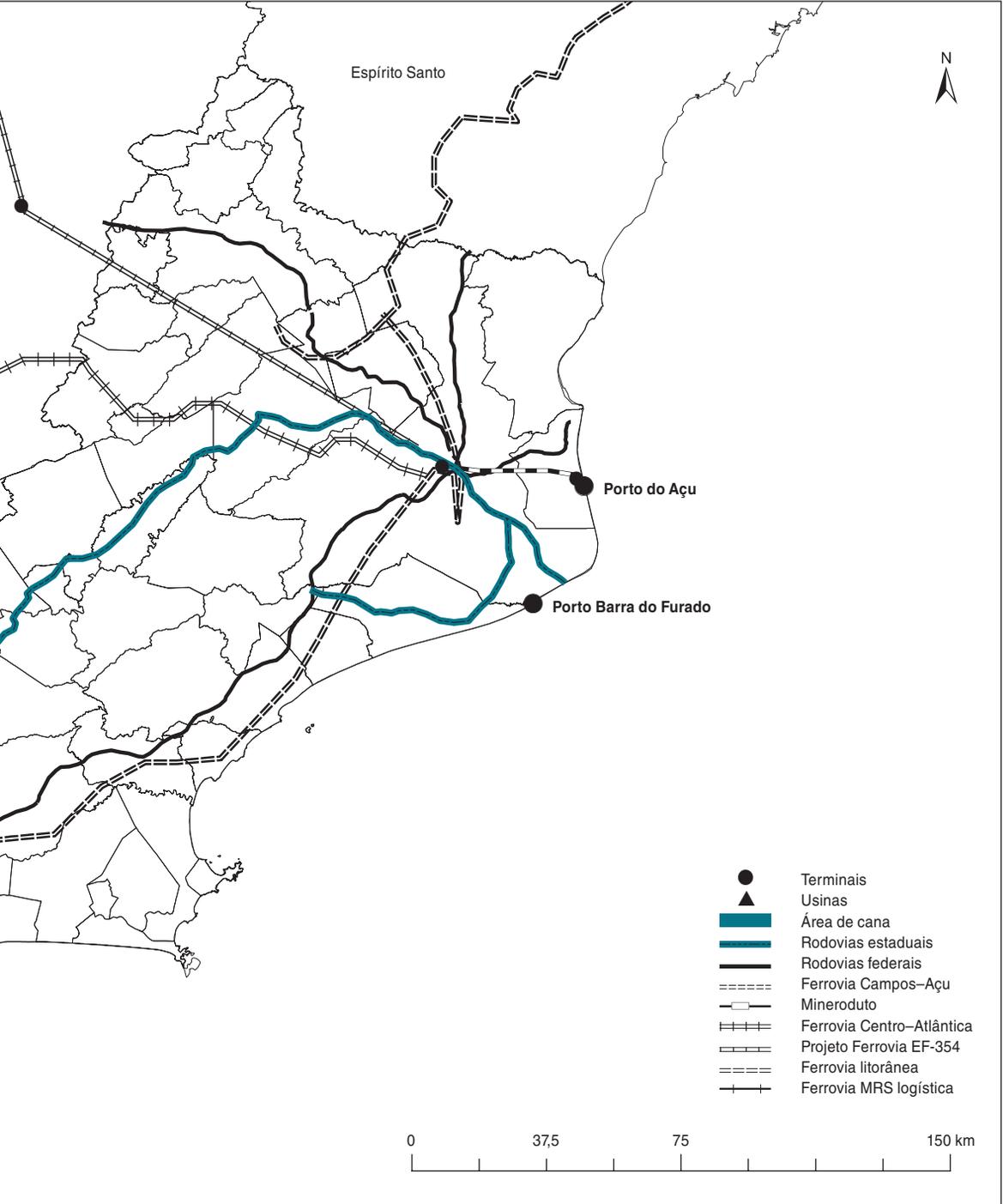
Projeção Policônica
Fonte: DNIT/LLX
Elaboração: Wanderson Silva



2 Infraestrutura de transporte planejada para o Norte Fluminense



Projeção Policônica
Fonte: MAPAS-IBGE / UDOP / DNIT / LLX
Elaboração: Wanderson Silva



O setor sucroenergético frente aos novos projetos logísticos da região

O setor sucroenergético do Norte Fluminense atualmente tem como mercado consumidor a região metropolitana do Rio de Janeiro e, por isso, conta com uma facilidade de escoamento através da BR-101 – que liga Campos a Niterói. Com os projetos de duplicação e melhoramentos dessa rodovia, o setor passará a ser beneficiado. No entanto, além dela, o setor poderia ter outras opções que a nova infraestrutura logística projetada para a região é capaz de oferecer. Uma das alternativas para o escoamento seria o uso da malha ferroviária que está sendo instalada, visto que essa tem grande capacidade de transporte de grãos líquidos, pois além de minério, transportará petróleo refinado da Petrobras para atender aos mercados interno e externo. Uma segunda alternativa seria aproveitar a grande capacidade de armazenamento e carregamento de grãos líquidos do porto do Açú para exportação de etanol. Essas seriam as possibilidades que o circuito sucroalcooleiro teria com os novos projetos logísticos. No entanto, o setor está ficando à margem dessa nova lógica que tem se instalado na região e sido imposta pelos novos atores hegemônicos. Entre os inúmeros fatores que explicam isso, dois merecem mais destaque. O primeiro é o fato de a nova rede de poder que está articulando-se na região influenciar diretamente no aporte de políticas públicas e investimentos diretos na área, em função da perda do poder de barganha política para representação de interesses do setor sucroenergético. O segundo é a própria capacidade limitada da produção de etanol das usinas do Norte Fluminense, fruto de uma desestruturação produtiva e gerencial herdada historicamente, que incompatibiliza a região com os sistemas de movimento previstos.

A atuação da *holding* EBX e de outros atores envolvidos com o empreendimento do Açú e exploração de petróleo da Bacia de Campos acarretaram a formação de uma nova rede de poder que tem mudado o eixo de alocação de políticas públicas da região Norte Fluminense. Como descreve Paulillo,

... em síntese, as organizações de interesses, os empresários da rede e as agências governamentais não somente competem entre si, mas também desenvolvem formas de cooperação. ... essas articulações são responsáveis pelo modo de regulação da rede, pela formulação e pela implementação de políticas públicas. (2000, p.9)

Com isso, a atuação do Estado vem sendo direcionada para aquelas políticas que se revertam em um aumento da capacidade competitiva dos empreendimentos que estão sendo implementados, ligados a quem comanda essa nova lógica que está se sobrepondo à lógica tradicional da região. A imposição dessa nova ordem espacial na região, adaptada às necessidades de circulação do espaço global (espaço de fluxos) e de integração logística e informacional dos mercados, vem produzindo novos espaços sociopolíticos e socioeconômicos baseados em conexões, comunicações, redes e circuitos complexos e interescares, que excluem o setor sucroenergético pelas próprias fragilidades organizacionais e produtivas dele. Isso fica ainda mais evidente ao se analisar o destino dos investimentos privados na região e o crescente investimento na área de logística, que também está relacionada aos grandes projetos, em detrimento do setor sucroalcooleiro. Nos municípios de Campos e São João da Barra, os investimentos, também crescentes, estão concentrados (cerca de 12%) nas áreas de energia, que não terão o etanol ou o bagaço da cana como matriz, mas sim carvão e gás natural para mover as termelétricas planejadas para a região (ver mapa 4, p.38–39).

Diante disso, o setor sucroenergético, de acordo com os produtores da região, está “abandonado” pelas esferas de poder. A carência de políticas públicas voltadas para o setor foi apontada por eles como um entrave para, entre outros fatores, o desenvolvimento de uma infraestrutura logística que atenda aos seus interesses, pois, apesar do número expressivo de investimentos em logística, nenhum dos projetos empreen-

didados atualmente tem o objetivo de suprir as demandas do setor – ou de fornecer infraestrutura que permita seu acesso àqueles projetos logísticos já citados. Os projetos objetivam atender às demandas das empresas e dos atores que formam essa nova rede de poder, como as empresas siderúrgicas, petrolíferas, cimenteiras e de agronegócios do Centro-Oeste do Brasil. Paulillo (2000) diz que as relações de poder, que surgem da intermediação dos interesses dos atores hegemônicos articulados entre si e conectados com as organizações governamentais, municipais, estaduais e federais, determinam o tipo de arranjo institucional que será materializado. E isso se torna cada vez mais visível no Norte Fluminense, onde a intensidade e a nova forma de reorganização territorial estão em consonância com a intensidade da interação e da intencionalidade desses novos atores.

O segundo fator que reduz as chances de participação do setor na nova estruturação logística da região é que, diferentemente de São Paulo – em que, a partir da década 1990, o setor sofreu um processo de reestruturação produtiva, tecnológica e principalmente organizacional para se adaptar aos novos paradigmas neoliberais –, a capacidade produtiva do Norte Fluminense, em virtude de sua desorganização produtiva e gerencial, vem retraindo ao longo dos anos e a sua produção é pouco competitiva. Essa realidade fica mais evidente quando se comparam os resultados com os dos três estados que mais têm crescido no país.

1 Produção de cana, etanol e rendimento (2011)

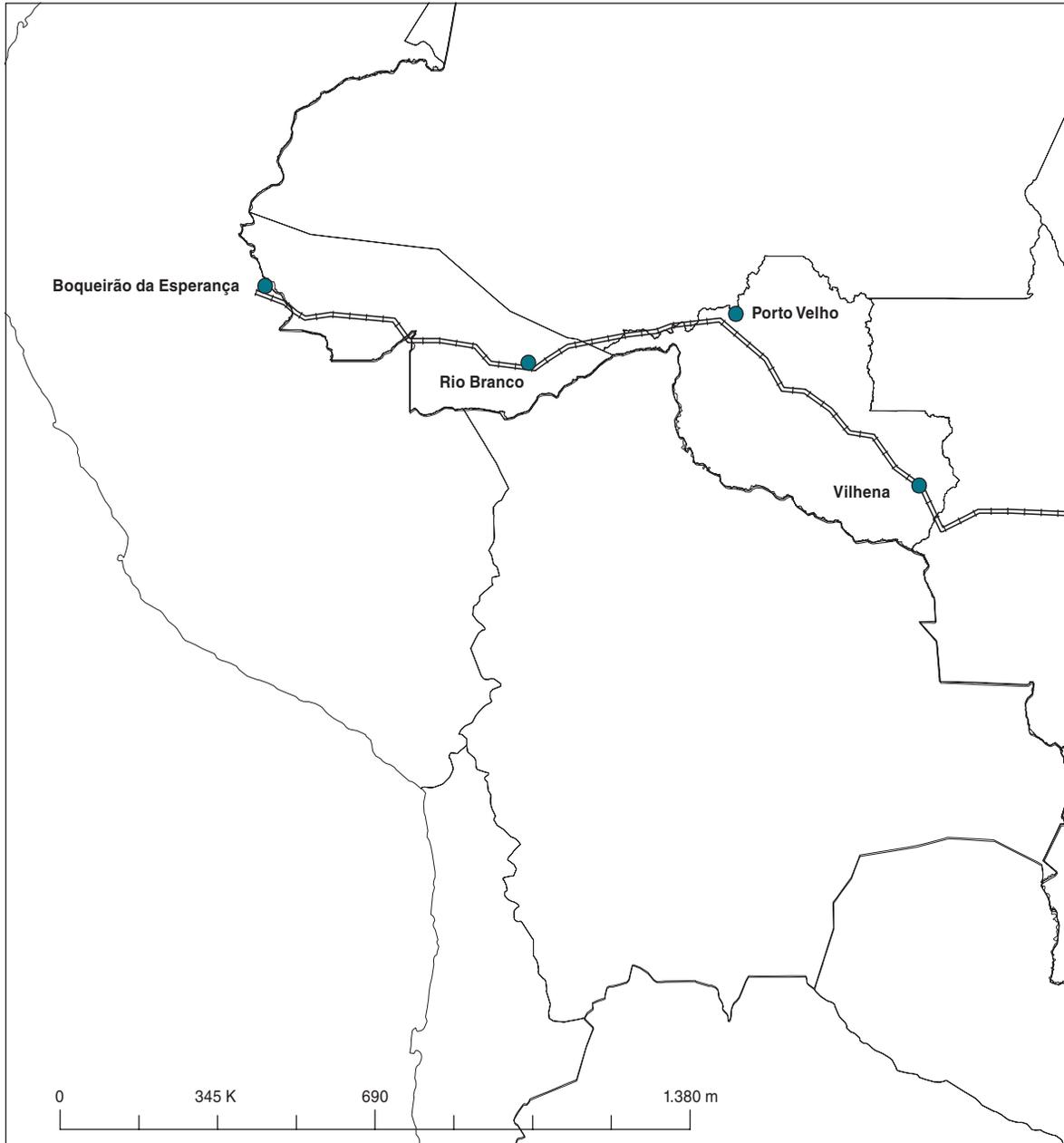
Estado	Cana produzida (ton)	Rendimento (ton/ha)	Etanol (mil m ³)
Minas Gerais	67.732.138	81	2.558
Rio de Janeiro	5.137.700	48	61
São Paulo	427.364.854	82	15.354
Goiás	54.903.085	78	2.895

Fonte: IBGE/UNICA

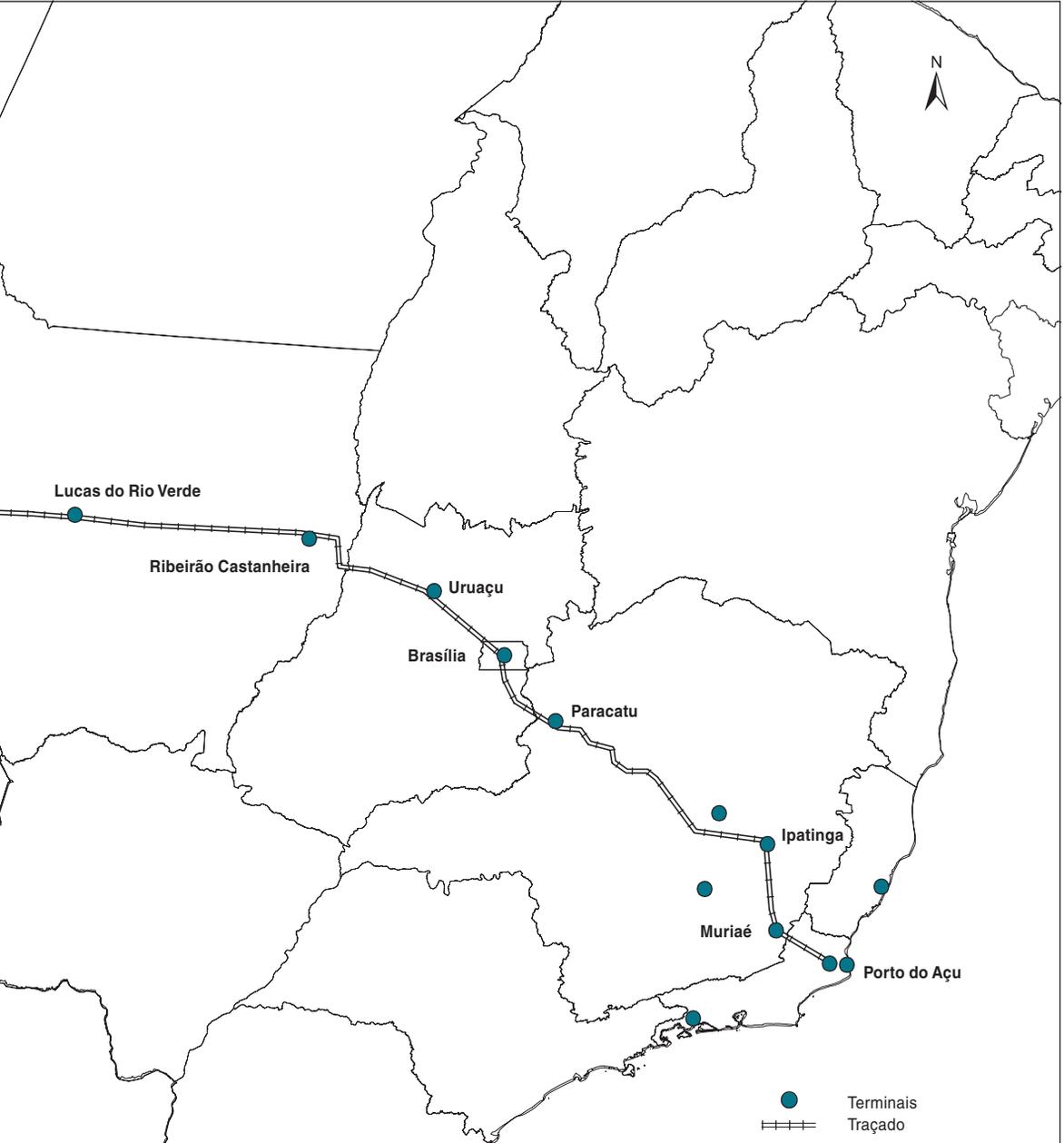
Elaboração: Wanderson Silva

Contudo, essa falta de capacidade produtiva incompatibiliza o setor sucroenergético do Norte Fluminense com o aparato logístico que está sendo montado na região, pois ao observar o tipo de infraestrutura que está sendo construída, percebe-se que são sistemas de transporte e armazenamento que objetivam distribuir produtos em grandes volumes, como forma de agilizar seu escoamento para exportação. Portanto, para compensar os custos com transporte ferroviário e armazenamento do etanol no porto, a produção teria que atingir um volume adequado aos padrões deste tipo de sistema. Diante disso, para fazer parte desse sistema de transportes com tais características de corredores de exportação, exigiria-se do setor sucroalcooleiro uma produtividade muito superior à que ele tem atualmente, pois não se admite no paradigma racionalista que esses sistemas operem com capacidade ociosa, sacrificando a eficácia e reduzindo a competitividade. Ainda sobre a questão da produtividade, o que é produzido atualmente no setor sucroenergético do Norte Fluminense só tem capacidade de abastecer o mercado interno, mais precisamente a região metropolitana do estado, e isso vai de encontro aos objetivos dos projetos, que se voltam prioritariamente para o mercado externo.

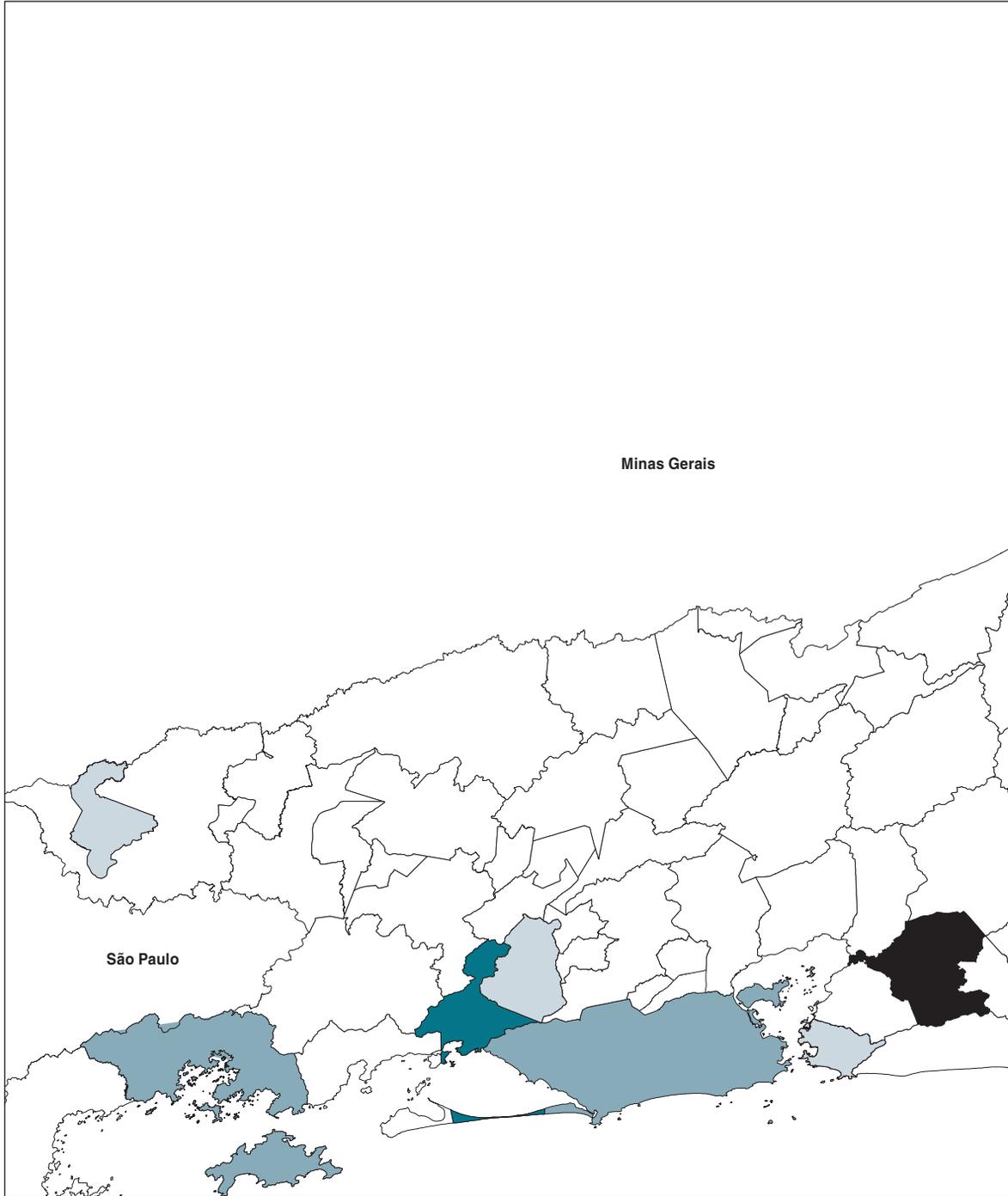
3 Traçado do projeto da ferrovia EF-354



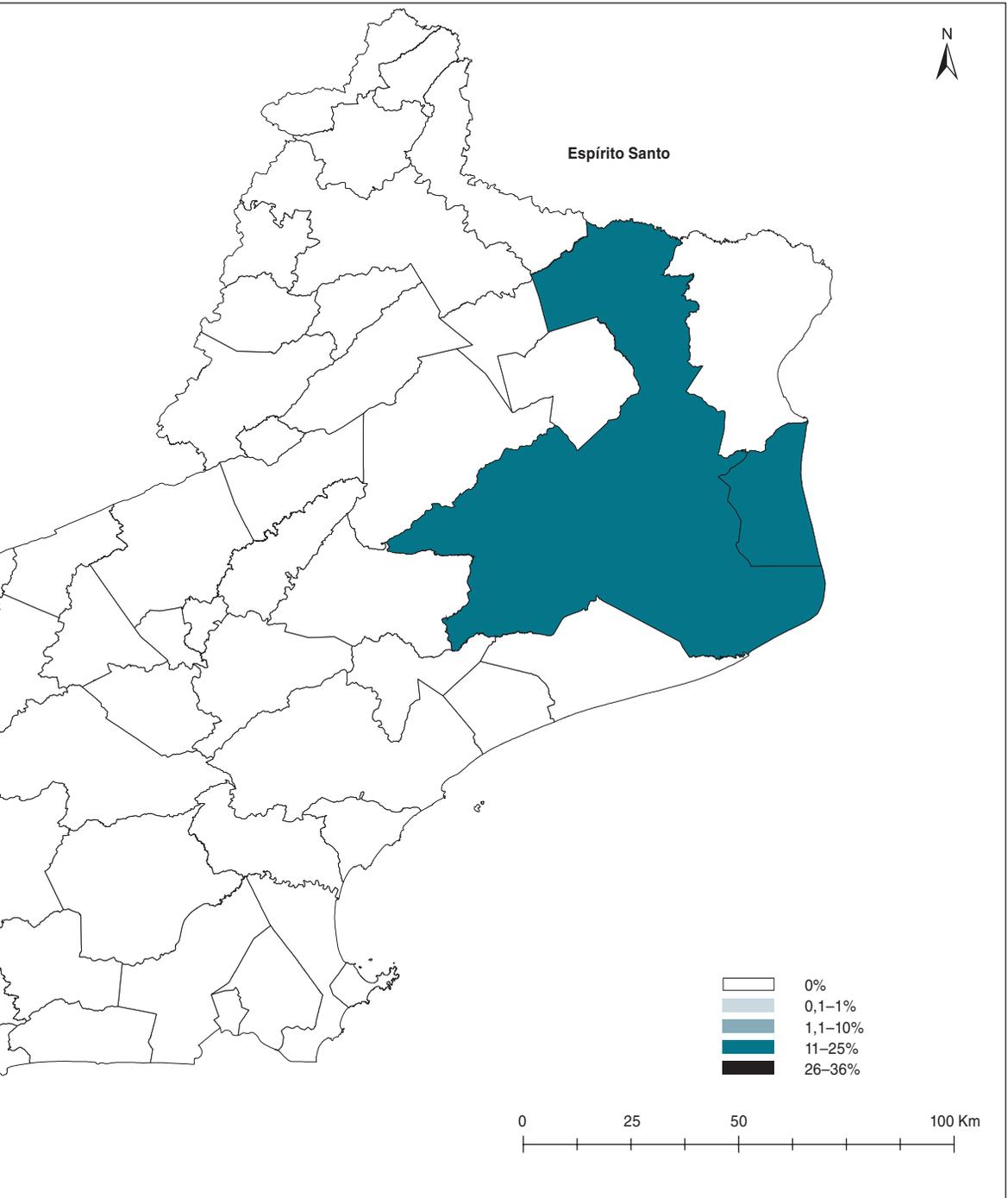
Projeção Conforme de Lambert
Fonte: LLX
Elaboração: Wanderson Silva



4 Investimentos decididos por empresas (2010–2012)



Projeção Conforme de Lambert
Fonte: FIRJAN/CEPERJ
Elaboração: Wanderson Silva



Como salientado anteriormente, toda a infraestrutura logística que está sendo implantada se comporta de maneira seletiva na região por marginalizar o setor sucroenergético, ao não levar em consideração suas prioridades e potencialidades. Becker frisa que essa nova racionalidade, ditada pela ordem logística, produz formas “mais excluídas de representação e participação social e territorial” (1993, p.61), e isso fica mais claro ao observarmos a questão do setor sucroenergético frente ao novo cenário produtivo no Norte Fluminense. Nota-se que a racionalidade logística está longe de ser democrática, uma vez que não é extensível a todos, pois enquanto propõe a regulação e o controle para uns, impõe a desregulação e o descontrole para outros. Portanto, a conclusão mais sensata a se chegar é de que, atualmente, da forma como está estruturado o setor sucroenergético do Norte Fluminense, ele não tem condições de tornar-se compatível com essa nova logística estruturada na região.

Considerações finais

Com a descoberta de poços de petróleo na Bacia de Campos, teve início uma nova ordem, que gradativamente vem se sobrepondo à dominação política, econômica, social e simbólica, integrada à produção sucroalcooleira. Essa descoberta modificou a dinâmica socioespacial da região. Com a implantação da base petrolífera da Petrobras, os municípios confrontantes com a Bacia de Campos passaram a ter suas finanças públicas acrescidas pelas rendas petrolíferas (*royalties* + participações especiais), que são pagas como indenização pelos impactos da exploração e da produção de petróleo. Com isso, emergiu na região uma elite ligada aos interesses do setor petrolífero e portuário, em detrimento do setor sucroalcooleiro.

O Norte Fluminense, a partir também das implantações já em curso dos dois grandes complexos industriais previstos para a região, está cada vez mais ligado à configuração espacial global, possuindo municípios e lugares cada vez mais conectados com múltiplas escalas. Tais empreendimentos são antes o aprofundamento do que a atenuação dos desenvolvimentos geográficos desiguais em suas dimensões tanto políticas quanto econômicas (Harvey, 2004), já que a produção espacial atualmente se dá de forma mais díspar.

Esses empreendimentos representam uma modernização da base logística do Brasil, possibilitando o aumento das trocas comerciais no país e no exterior. Além disso, representam uma estruturação da região Norte Fluminense, que a cada dia tem sua dinâmica territorial marcada pelos interesses dos agentes ligados ao setor petrolífero.

O desenvolvimento geográfico desigual (Smith, 1988) permite a apreensão das desigualdades regionais, as diferentes formas de produção do espaço. Percebe-se, assim, que a nítida tendência regionalista em torno dos produtores de petróleo da Bacia de Campos e dos novos agentes industriais da área é também expressão e resultado da produção desigual regional. A sua delimitação da região Norte Fluminense, isto é, a sua regionalização, além de ser resultado de especificidades de ordem físico-natural, é também resultado das múltiplas formas de produção do espaço de acordo com as intencionalidades do capital. O desenvolvimento do capitalismo, ao mesmo tempo que é segregador e fragmentado, é também combinado. Exatamente essas diferenças regionais de ordem técnica e de produção, uma pautada na herança sucroalcooleira e outra pautada na nova “vocação produtiva”, são fundamentais para a sobrevivência do capitalismo, pois as desigualdades espaciais são, além de produtos da reprodução do capital, condição para tal reprodução.

Referências

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

(ALERJ), resolução 125/2011, Rio de Janeiro, abril de 2012, disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/comtemp.nsf/Od034c7f75b288de03256bb1005be7f8/b6fa6edb57786f6f832579f9006b0ae3?OpenDocument>, acesso em 10 de setembro de 2013

Pedro Paulo Biazzo de Castro **Barbosa**, “A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na região Norte Fluminense”, in: Gláucio José Marafon & Miguel Ângelo Ribeiro (organização), *Revisitando o território fluminense*, Rio de Janeiro: NEGEF, 2002, p.111-148

Bertha **Becker**, “Logística: uma nova racionalidade no ordenamento do território?”, *Anais do 3º Simpósio de Geografia Urbana*, Rio de Janeiro, 1993

Camila Formozo **Fernandes**, “A evolução da arrecadação de royalties do petróleo no Brasil e seu impacto sobre o desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro”, monografia de bacharelado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, disponível em http://www.anp.gov.br/CapitalHumano/Arquivos/PRH20/Camila-Formozo-Fernandes_PRH20_UENF_G.pdf, acesso em agosto de 2010

David **Harvey**, *Espaços de esperança*, São Paulo: Edições Loyola, 2004

Lisandra Pereira **Lamoso**, “A infraestrutura como elemento organizador do território”, in: Marcio Rogério Silveira, Lisandra Pereira Lamoso & Fernando Cirino Mourão (organização), *Questões nacionais e regionais do território brasileiro*, São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009

Lia Osório **Machado**, Maria Célia **Coelho** & Maria **Tavares**, “Redes de distribuição de energia e desenvolvimento regional na Amazônia Oriental”, *Novos Cadernos NAEA*, v.9, n.2, p.99-134, dezembro de 2006

Frédéric **Monié**, “Planejamento territorial, modernização portuária e logística: o impasse das políticas públicas no Brasil e no Rio de Janeiro”, in: Frédéric Monié & Gerardo Silva, *A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local*, Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p.57-80

Claudia de **Oliveira**, “Atuação do grupo EBX e grandes projetos de investimento no Norte Fluminense: o público e o privado como X da questão”, *Revista vitAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, n.3, junho, p.196-211, 2012

Luiz Fernando **Paulillo**, *Redes de poder e territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX*, São Carlos: Editora da UFSCAR, 2000

Mirlei Fachini Vicente **Pereira**, “A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização”, *Revista Sociedade & Natureza*, v.22, n.2, 2010, disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadedenatureza/article/view/9842>, acesso em abril de 2013

Relatório de impactos socioambientais do complexo portuário do Açú, 2011, disponível em http://www.agb.org.br/documentos/Relatorio_dos_Impactos%20socioambientais_do_Complexo_Portuario_do_Acu_AGB_14092011.pdf

João **Rua**, “Urbanização em áreas rurais do estado do Rio de Janeiro”, in: Gláucio José Marafon & Marta Foeppe Ribeiro (organização), *Estudos de geografia fluminense*, Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2003, p.43-69

Milton **Santos**, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 4ª edição, São Paulo: EDUSP, 2006

Gerardo **Silva**, “Logística e território: implicações para as políticas públicas de desenvolvimento”, in: Frédéric Monié &

Gerardo Silva, *A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local*, Rio de Janeiro: DP&A, 2003

Eliseu Savério **Spósito**, *Redes e cidades*, São Paulo: Editora Unesp, 2008

Neil **Smith**, *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

Florinda de Souza Torreira Pose possui licenciatura e bacharelado em Geografia e Meio Ambiente pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É mestranda do programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Atualmente, é pesquisadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da UFRJ. francespose@gmail.com

Wanderson Rosa Zacarias da Silva é graduando do Departamento de Geografia da UFRJ, bolsista de Iniciação Científica do CNPQ pelo Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB). wndsilva@gmail.com

A produção social do espaço e do tempo da modernização: desafios analíticos para a compreensão do município de Campos dos Goytacazes

O processo de modernização é mola motora do contexto de desenvolvimento. O termo *desenvolvimento* é caro e complexo e, em geral, é central no debate dos economistas e geógrafos. Buscamos, neste artigo, apontar para a importância do conceito *modernização*, relacionando-o à compreensão da produção social do espaço e ao desenvolvimento que vemos no atual contexto em que vivemos. Essa relação contribui, sobretudo, na análise sobre as conjunturas de dinamização da economia, conforme vem acontecendo no Brasil e no Rio de Janeiro. Na escala fluminense, são muitos os processos (intenções e ações) modernizadores. Desse modo, trataremos da problemática modernizadora do município de Campos dos Goytacazes, na região Norte Fluminense.

Esse município é historicamente marcado pela economia da cana-de-açúcar e, desde o período colonial, o setor passou por diversas crises que se confundiam com a crise espacial. Júlia Adão Bernardes (1992) aprofundou a análise da periodização de várias décadas em que grandes investimentos no setor industrial foram se configurando como um importante vetor da produção do espaço geográfico do município em sua tese de doutorado.

Nosso objetivo, nesse sentido, é reconhecer os grandes processos de modernização, definindo suas periodizações e identificando as configurações espaciais engendradas por eles. Intenciona-se destacar, ainda, a análise do urbano produzido nesse contexto de modernização.

Este capítulo divide-se em três seções: a primeira busca resgatar alguns elementos de reflexão teórica e metodológica sobre a modernização; a segunda intenciona elaborar um grande quadro analítico sobre os marcos da periodização da modernização e reconhecer as relações com a produção das espacialidades; e a terceira reconhece o atual quadro de processos que se impõem no tempo presente. Nesse contexto, busca-se identificar as diversas ações e intenções que tangem a transformação do espaço campista, marcado sobretudo por novos projetos e pela consolidação da indústria petrolífera. Impactos espaciais também serão analisados sob o enfoque da perspectiva reflexiva, sobre aqueles que vivem a sua cotidianidade em um tempo diferente do tempo do capital. É o caso, por exemplo, dos pescadores artesanais, que também serão objeto de nossa análise no que se refere principalmente à relação deles com os processos de modernização em marcha na região.

A finalidade do capítulo é, portanto, demonstrar como o processo modernizador se inscreve no contexto de produção de crenças e de valores do projeto maior – a ocidentalização. E a modernização capitalista, engendrada desde o século XVIII na Europa, parece nova, mas somente é nova nas conjunturas que relacionam novas técnicas e novos agentes envolvidos. No que se refere à ideologia – própria da modernidade e do capitalismo –, é antiga, tradicional e conservadora, com uma forma autoritária e defensora dos interesses privados em detrimento dos desejos e dos interesses coletivos. Desse modo, a ordem social pautada pela propriedade privada e pela crença no progresso e no desenvolvimento econômico como sinônimo de desenvolvimento social será aqui debatida, no intuito de gerarmos reflexões em torno desse modelo de sociedade que vem sendo cunhado nas últimas décadas.

Modernização e produção social do espaço: conceito e tema

Como já sinalizaram Marx (1968), Weber (2000 e 1997), Lefebvre (1971 e 2008) e Berman (1996), não é possível compreender a modernização sem compreender a sua relação com o modernismo e a modernidade produzida no bojo do capitalismo. A modernização é a alavanca para a produção de um novo ambiente, configurado pela crença na lógica da secularização – projeção para o futuro – e de uma racionalidade burocrática e técnica que escamoteia intencionalidades (Marramao, 1997; e Weber, 2000 e 1997) – ou seja, de que o progresso técnico avançado pelos interesses burgueses é escamoteado como progresso social e vital à coletividade. Autores como Baudelaire, Marx e outros, já no século XIX, apontavam as contradições desse processo destruidor/desconstrutor e impositor de novas normas, objetos, espacialidades e historicidades, que são as referências-princípios da modernização – denominada por Weber (2000) e Marramao (1997) como *ocidentalização* ou *secularização* do mundo.

A globalização apontada por Lefebvre (1971), Martínez (1997) e Milton Santos (1996) demonstra os impactos dos impulsos globais da modernidade europeia na produção social do espaço, bem como a sua relação direta com as formas imateriais e sociais (valores, ideias, discursos e ações sociais). Por isso, a modernização não se separa de seus projetos de mundo nem de seus valores muitas vezes não ditos, muitas vezes justificados pelo encantamento de termos cujos sentidos se assemelham: progresso, desenvolvimento e riqueza social. Torna-se interessante a análise da teorização da dialética socioespacial de Soja (1993), que provoca o leitor na sua proposta referente ao materialismo histórico-geográfico, e que expõe a proposta de pensar o espaço como produção e ação, como dominação e luta social em contexto capitalista.

A modernização, cujos princípios e valores disputam o presente e se impõem como um modelo de futuro, parece nova, mas não é. Sua sensação inovadora inscreve-se na lógica de disputa de sentidos e de projetos, em que o debate e o jogo de interesses produzem o desejo de secularizar, ou seja, de tudo modificar, de fazer o “futuro melhor”. Esse discurso, que varia com os diferentes períodos históricos da modernidade, em contextos do capitalismo periférico, faz desse processo um discurso novo no uso da nova técnica ou do desejo da “nova economia”. Esse discurso modernizador transforma utensílios, objetos e culturas. Tudo parece em condição de envelhecer e tornar-se tradicional. A inovação é a tradição da modernidade. A inovação é a mola motora do capitalismo, que por meio da modernização faz engendrar intenções e ações – econômicas e políticas –, alterando espacialidades e historicidades, produzindo o espaço (Lefebvre, 1971), além de rupturas e conflitos na vida coletiva cotidiana.

Em Campos dos Goytacazes, com as obras para a construção dos portos do Açu e do Furado e com o auge da produção petroquímica, objetos tecnológicos e rendas geradas se impuseram como processos, discursivos e reais, de modernização. No entanto, a modernização e o debate da modernidade iniciaram-se no debate modernizador no seio da Idade Média europeia, e engendraram-se com as grandes navegações e com a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX. Portanto, o projeto modernizador, inicialmente considerado revolucionário pelas classes burguesas ocidentais, foi se constituindo como conservador no âmbito do capitalismo, no decorrer dos séculos, com a consolidação na escala mundial.

No município de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, ocorreram diversas periodizações da modernização. O primeiro grande período modernizador e produtor de um espaço social ocidentalizado, rompendo com a vida americana pré-colombiana e pré-cabraliana da população de diversas etnias indígenas,¹ adveio com a moderna prótese técnico-econômica dos desejos das elites portuguesas: os engenhos de açúcar, que constituíram as primeiras formas manufaturadas da produção para consumo colonial e que também carregavam em si os moldes do pioneirismo português no mundo. O segundo período da modernização do município de Campos começou com o advento das usinas e da tecnologia a vapor – objetos exemplares do modelo da Primeira

1 A nova literatura dos historiadores a respeito do território fluminense vem demonstrando que no município de Campos houve muitas resistências dos bravos indígenas, que já produziam um espaço social de acordo com suas referências cosmológicas e econômico-culturais.

Revolução Industrial eurocêntrica. O terceiro processo de modernização, por sua vez, foi no século XX, a partir da expansão da petroquímica na Bacia de Campos.

A seguir, será apresentada a análise dessas periodizações, buscando-se compreender as suas relações com a produção social do espaço do município em questão.

Campos dos Goytacazes, periodizações dos processos de modernização

O advento do capitalismo é marcado por ondas e vetores de modernização. Desse modo, a modernização é o processo motor que está ligado aos impulsos globais, os quais correspondem ao movimento de difusão das inovações, produzindo um novo *modus operandis*, quer seja por meio de novas técnicas, quer seja na instauração de novas relações sociais fundamentadas por sistema de valores da modernidade (Berman, 1996).

Em Campos dos Goytacazes, a produção social do espaço orienta-se pelos impulsos da mundialização. No contexto das grandes navegações e do mercantilismo, o advento do engenho de açúcar era processo sofisticado, relacionado ao pioneirismo português. O Brasil já exportava cana-de-açúcar, não em seu estado bruto, primário, mas sim o açúcar em seu estado manufaturado. Portanto, se aproximava muito da noção de industrialização da época, não nos moldes que ensina Marx, na Inglaterra, mas nos moldes definidos pelas grandes ações das elites portuguesa e brasileira, nascentes dos períodos colonial e imperial (Azevedo, 2010).

Assim, durante o século XVII, esse processo modernizador colocou a metrópole portuguesa em situação de destaque no contexto internacional e fez do Brasil uma colônia que, com a sua classe dominante nascente, ambicionava ser colonizada de acordo com os modelos eurocêntricos.

A região Norte Fluminense e o município de Campos dos Goytacazes tiveram um contexto de modernização vigente que teve como fatores para os investimentos na produção de cana-de-açúcar o clima e o solo favoráveis para o seu plantio e a sua localização entre Minas Gerais e o centro administrativo e político da colônia (e, posteriormente, do Império). Além, é claro, da mão de obra escrava, lucrativa e mantenedora da produção (Pluhar, 2010).

Ainda de acordo com Cristiano Pluhar,

O marco da periodização da técnica dos engenhos de açúcar consiste-se pela reatualização da economia do setor açucareiro, visando ao consumo interno. Durante a Colônia, relacionou-se diretamente com a necessidade logística: os portos, os avanços das técnicas de embarcação e a abertura de estradas. Neste período também foi necessária uma expansão urbana voltada para a administração da colônia na área hoje definida como o estado do Rio de Janeiro e a vida cultural do exercício religioso da colonização católica.

(2010, p.106)

As usinas de cana-de-açúcar foram um advento do século XIX e significaram um novo patamar no que se refere à reestruturação econômica da região durante esse período. Elas atingiram uma maior capacidade produtiva e um outro nível de sofisticação de seu processo produtivo a partir da inserção de novas tecnologias ao seu corpo fabril, como o uso da energia do carvão mineral. Foi criada, em 1830, a primeira usina moderna, com funcionamento de motor a vapor. Essa nova tecnologia trouxe grande aumento de produção de açúcar, a qual utilizava ainda a mão de obra escrava. Em 1837, com a inauguração da ferrovia direção Norte-Sul, houve uma facilitação da mobilidade populacional, fazendo crescer a vila e assumindo, assim, a categoria de cidade de Campos (Reys, 1997).

Pluhar também nos ajuda a compreender esse período histórico:

A Revolução Industrial, cuja produção em larga escala visava atender ao mercado mundial através do uso da mecanização da indústria, utilizava os vapores de

outra maneira. As ferrovias, mais seguras, mais baratas e eficientes desmereceram o valor histórico do movimento marítimo não só da região, mas em âmbito nacional.

Os trilhos, primeiramente postados por particulares nos Campos dos Goytacazes, em um pequeno trecho, na conhecida estrada de ferro Campos-São Sebastião, trouxeram novas transformações para o transporte da produção de açúcar local. O projeto empreendedor logo atraiu atenção dos investidores, que resolveram expandir o trajeto e a variedade de seus carregamentos. Tanto foi o sucesso que, em 1888, a inglesa Company Leopoldina Railway compra a ferrovia e inicia a ligação com outras linhas de pequena extensão. Essa união de bitolas facilitou a movimentação comercial, diminuindo os custos do transporte e dando *glamour* a uma região que aproveitava – não só no sistema produtivo – da Era Industrial. Os caminhos árduos para Minas Gerais e o próximo-longínquo Espírito Santo foram facilitados e novos produtos incrementaram o comércio e a economia desses lugares.

(Pluhar, 2010, p.115)

Já no século XX, o modelo das usinas era dominante e interferia na produção do espaço campineiro, mas não tinha o mesmo dinamismo do século XIX. Nas décadas de 1970–1980, surgiram novas usinas modernas, mas, de acordo com Bernardes (1992), era necessária a inovação também das forças produtivas no terreno-solo das plantações e na forma de cultivo (investimentos em novas sementes e tratores) conforme ocorria no setor sucroalcooleiro paulista, criando um novo paradigma nacional (Bernardes, 1992 e 1995).

Na segunda metade do século XX, o terceiro advento, que impôs um novo marco de periodização de modernização para a região, diz respeito aos novos impulsos da produção de petróleo na Bacia de Campos, que geraram impactos em alguns municípios, como Macaé, Quissamã e São João da Barra. Além disso, como uma prótese, novos objetos foram ampliados e/ou criados, como rodovias, aeroportos e linhas ou terminais de oleodutos.

Periodização, produção social do espaço e expansão urbana em Campos dos Goytacazes

Nesta seção, o objetivo é aprofundar o entendimento sobre a transformação espacial de Campos dos Goytacazes, buscando a reflexão e tendo como orientação a lógica econômica predominante e os processos de urbanização que se fizeram e fazem presentes nesse território.

Podemos dizer, assim como Milton Santos (1993) fala sobre o Brasil, que houve uma urbanização pretérita em Campos dos Goytacazes, iniciada com a transformação da vila em cidade, em 28 de março de 1835. A urbanização (processo de constituição de modo de vida urbano, caracterizado pela aglomeração urbana, vida social noturna, atividades secundárias e terciárias e trabalho liberal – como jornalistas, advogados, professores, médicos, entre outros) surgiu atrelada ao aparecimento da ferrovia, em 1837, com a inauguração do trecho de Campos dos Goytacazes, e, posteriormente, em direção ao trecho Norte-Sul, facilitando a circulação e transformando o município em um centro ferroviário da região. Em 1877, foram implantados os engenhos centrais (usinas), que passaram a atrair forte contingente populacional (Reys, 1997).

A partir de 1890, após o fim da escravidão, o comando da vida cultural da região passou a dar mais ênfase ao núcleo urbano. Os ditames das novidades europeias, que chegavam primeiro no Rio de Janeiro, passaram a atrair comércios locais com inovações mercadológicas. No início desse século, a cidade consolidou-se como núcleo de movimentação econômica e social. Foram, então, desenvolvidas medidas de saneamento na região, com ampliação da rede de esgoto e melhorias nos serviços de abaste-

cimento de água. Desse modo, a cidade de Campos dos Goytacazes passou a atrair diversos fluxos de pessoas vindas de várias localidades da região Norte Fluminense e do sul de Minas Gerais (Reys, 1997; e Terra, Oliveira & Givisiez, 2010).

De acordo com Terra, Oliveira & Givisiez (2010), pode-se considerar seis momentos importantes do processo de urbanização. Os períodos de 1837 e 1944 foram marcados pelo advento da ferrovia, e a mancha urbana pouco avançou em quase 100 anos, época em que o município recebia técnicas modernas – sobretudo no século XIX, com a passagem do engenho para a usina. Essa, por sua vez, cada vez mais foi se aproximando dos moldes do paradigma da Primeira Revolução Industrial europeia, com maquinarias pesadas e o processo mecânico-propulsor de combustão.

O outro período definido por Terra, Oliveira & Givisiez (2010) é 1968, que coincidiu com o Golpe Militar e com a crise do modelo ferroviário nacional frente ao novo modelo logístico implementado a partir das rodovias. A BR-101 e a RJ-216, que cortam o município, despontaram como novos eixos responsáveis pela modernização espacial. Dessa forma, verificou-se a grande expansão urbana do centro para a periferia ao longo dessas rodovias. Em 1984, a mancha urbana não se ampliou tanto como em 1968, mas se adensou nos limites intraurbanos já existentes (ver tabela 1, p.47).

Observe a tabela analítica que representa as periodizações referentes à urbanização em Campos dos Goytacazes. Esse processo se engendra à dinâmica econômica, o que nos permite entender a profundidade do processo de modernização desse território durante o período analisado neste capítulo.

Do ponto de vista econômico, marcam-se dois novos processos: na década de 1970–1980, o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), com diversas criações de órgãos, como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), contribuiu para a ampliação do adensamento urbano existente (vale lembrar que nesse período iniciou-se também a verticalização urbana na cidade). O segundo processo se deu com a implementação da indústria de petróleo na região, com a instalação de plataformas, de numerosas empresas da área petroquímica e do setor logístico de implantação dos dutos em Macaé e em Campos dos Goytacazes.

A mancha urbana do período 1990–2000 já apresentava a consolidação do setor da indústria de petróleo na região e de uma economia urbana complexa. Ampliou-se o processo de verticalização, a diversificação do comércio e iniciou-se a instalação de novos estabelecimentos universitários (públicos e privados), fazendo com que o município assumisse, de forma mais complexa, o papel de centro regional do Norte Fluminense, atraindo também trabalhadores e consumidores das porções sul dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Como se observa na tabela 1, a seguir, foi na segunda metade do século XX, com a diversificação dos setores econômicos (urbano, olarias, indústria petroquímica, comércio e instalações educacionais de Ensino Superior), que a configuração urbana foi se tornando independente em relação ao setor sucroalcooleiro, que se encontrava em crise desde os anos 1970 (Bernardes, 1992).

O período 2000–2010 marca a história do tempo presente na região. A modernização espacial coincide com a crise e a mutação do que seria a economia predominante. Conforme orienta Bernardes (1995), a crise do setor açucareiro teve dificuldades reais de reestruturação. No entanto, Campos dos Goytacazes vai assumindo novos papéis societários. A indústria de petróleo é uma delas e orienta de forma decisiva a vida social, atrelada também a outros setores: economia urbana terciária; ampliação do capital imobiliário na região; e algumas economias menores, tais como as olarias, a pesca artesanal, a plantação de hortifrutigranjeiros etc.

1 Análise temporal do processo de ocupação do solo urbano em Campos dos Goytacazes

Períodos	Acontecimentos	Produção do espaço
1600–1834	Em 1652, ocorreu a instalação do primeiro engenho de açúcar na região. O ano de 1835 marcou o início da produção da cana-de-açúcar e dos engenhos, ganhando importância predominante.	A ocupação originalmente veio da Baixada, ou seja, do litoral para o interior, de Farol de São Tomé em direção ao rio Paraíba do Sul. Em 29 de maio de 1677, foi fundada a vila de São Salvador dos Campos. Foi elevada à categoria de cidade em 28 de março de 1835.
1835	O Ciclo do Açúcar aconteceu durante todo o período dos engenhos, inclusive após a instalação dos engenhos a vapor.	Campos dos Goytacazes alcançou a categoria de cidade.
1940–1950	Diretrizes propostas pelo Plano de Urbanização aprovado pela Prefeitura municipal. O antigo distrito de Guarus, hoje subdistrito da sede municipal, também sofreu uma ocupação intensiva.	Intensificou-se o processo de parcelamento da terra e a ocupação ultrapassou os leitos das ferrovias, expandindo-se em todas as direções na forma de grandes loteamentos, conhecidos como parques ou jardins, que obedeciam, em grande parte, ao distrito de Guarus, cujo crescimento urbano, principalmente junto ao leito da ferrovia (onde se implantou a BR-101), se deu rumo a Vitória (ES). Nessa época, a cidade apresentava um centro urbano, vários bairros plenamente estruturados e muitos “vazios” urbanos, mesmo próximos ao centro tradicional.
1960–1970	Em 1968, observou-se o crescimento rápido de Guarus, principalmente nas proximidades do eixo rodoviário da BR-101.	Foi possível observar também um significativo crescimento em direção ao litoral.
1970–1989	Na década de 1970, houve consolidação do adensamento das áreas urbanas parceladas e ocorreu redução do ritmo de crescimento da economia regional.	A expansão urbana tornou-se mais lenta. Maior adensamento intraurbano.
1990–2000	As usinas de açúcar experimentaram forte crise e começaram a ser desativadas. Fortalecimento da estruturação produtiva do petróleo na Bacia de Campos.	Em uma última análise, pode-se perceber um ritmo acelerado de crescimento em direção ao litoral, assim como a continuação de um forte crescimento urbano ao redor da BR-101 rumo a Vitória. Seguindo para o litoral, nos dias atuais, percorre-se grande parte do trajeto dentro de áreas urbanas, bem como seguindo a BR-101 em direção a Vitória, de Campos até Travessão.
2010	Crescimento do processo industrial e grandes empreendimentos em construção.	Na década de 2010, reconhece-se os vetores de modernização na área sudeste-leste de Campos ao longo das rodovias RJ-216, RJ-196 e RJ-240 (entre Campos e São João da Barra). Nesta área, estão presentes os distritos de Goytacazes, São Sebastião (divisa com São João da Barra), Tocos, Santo Amaro (porção sul, divisa com a Lagoa Feia e próximo a Barra do Furado em Quissamã) e distrito de Mussurepe (litoral – Farol de São Tomé).

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Terra, Oliveira & Givisiez (2010)

Modernização e produção social do espaço no contexto do tempo presente

Dizem os historiadores que a história do tempo presente é marcada pela produção da fonte criada no momento copresente do pesquisador. Desse modo, objeto e sujeito do conhecimento são copresentes, coexistentes. A análise das fontes muito recentes se dá em meio a um conjunto de dúvidas e de incertezas no desenvolvimento da reflexão de um tempo em que o pesquisador também é objeto, também é consumidor das ideologias contemporâneas (Certeau, 2007; e Hobsbawn, 1998).

Corroborando as inquietações dos historiadores que problematizam a modernização e o tempo presente, ressalta-se a importância de se compreender o espaço como totalidade, identificando as espacialidades da vida social e as historicidades marcadas pela cotidianidade de cada pessoal, de cada grupo social, conforme ensinam a metodologia e a base teórica apoiadas em Ribeiro & Silva (2004), Santos (1996) e Certeau (2009).

Compreender a periodização da modernização no espaço do Norte Fluminense necessita relacionar: o passado da região, marcado pelas formações social, política e econômica, que tem o setor sucroalcooleiro no centro das ações e das intencionalidades (século XIX até a década de 1980), com o tempo presente e os desejos de secularização (colonização do futuro) – constituídos pela forte presença dos novos agentes econômicos, que fazem descrever ainda mais a produção açucareira como possibilidade de melhorias e acreditar nos novos empreendimentos como vetores “verdadeiros” de desenvolvimento, tais como as empresas do setor da indústria petroquímica, as do setor portuário e as do setor de logística, vinculadas à exportação de produtos da siderurgia.

Desse modo, conclui-se que a periodização é marcada por um conjunto de intencionalidades que valoriza as condições e recursos que fazem crer em um tipo de modelo e de produto que se torna referência de progresso atualmente (Marramao, 1997).

O período recente da nova fase da modernização na região é engendrado pela petroquímica. Nesse contexto, é fundamental analisar a indústria de petróleo em Campos dos Goytacazes, que hoje se impõe como ação e secularização – desenvolvimento e geração de trabalho e de renda. O setor petroquímico representa (hoje) para o Brasil a emergência de uma supremacia internacional e nacional – financeira e tecnologicamente –, o que justifica ainda mais investimentos e a intensificação dos processos de transformação do espaço. O debate recente sobre a distribuição dos *royalties* demonstra não somente a cobiça de políticos e governadores pelos resultados econômicos do processo modernizador do setor, mas representa, a nível nacional, mais estudos sobre novas potencialidades de áreas, avançando nas de pescadores, agricultores, moradores, ou seja, daqueles que vivem a sua cotidianidade.

Em Campos dos Goytacazes, não foi o PROÁLCOOL o projeto vencedor, mas os projetos na área de exploração, distribuição e produção das indústrias de petróleo e gás, criando uma estrutura de circuito produtivo complexo a níveis regional, nacional e internacional. Dessa forma, qual é o papel do município de Campos nesse contexto?

Em 1974, foi descoberto um amplo lençol petrolífero no campo de Garoupa, na plataforma continental da Bacia de Campos. Esse fato incrementou significativamente sua receita municipal por conta do pagamento de *royalties*, visto que Campos é o maior produtor de gás e petróleo do país e o maior *gerador* de renda oriunda desse setor (ver tabelas 2 e 3, a seguir).

A tabela 3, referente à distribuição das rendas petrolíferas, em 2009, mostra que 25,69% dessa renda era proveniente de Campos, que se tornou o município de maior arrecadação fluminense.

Observa-se na macroeconomia de Campos que o setor industrial é o maior contribuidor do Produto Interno Bruto (PIB), diferente do total nacional e do total fluminense, em que predominam o setor terciário. Uma explicação possível refere-se à grande participação do setor petroquímico (ver tabela 4, p.50).

2 Distribuição da produção de gás natural por bacia petrolífera (2011)

Bacias petrolíferas	Petróleo	Total (petróleo e gás)
Campos	1.877.339	2.055.061
Santos	126.952	190.736
Solimões	34.060	106.918
Espírito Santo	37.269	82.384
Potiguar	58.614	68.406
Sergipe	41.757	60.687
Recôncavo	42.470	57.936
Camamu	656	33.594
Alagoas	4.936	14.602
Ceará	6.488	7.082
Tucano Sul	13	520
Total geral	2.230.552	2.677.927

Fonte: Boletim mensal da ANP, janeiro de 2012

3 Distribuição das rendas petrolíferas segundo os municípios selecionados (2009)

Unidade territorial	Royalties recursos (R\$)	Participação especial (R\$)	Total (R\$)	Total percentual
Brasil	2.688.666	963.705	3.652.371	100,00
Estado do Rio de Janeiro	1.872.020	906.393	2.778.413	76
Campos dos Goytacazes	419.628	518.829	938.457	25,69
Macaé	294.558	70.689	365.247	10,00
Rio das Ostras	117.771	134.452	252.223	6,91
São João da Barra	73.127	95.201	168.328	4,61
Cabo Frio	95.662	38.115	133.777	3,66
Quissamã	65.922	25.004	90.926	2,49
Angra dos Reis	66.102	--	66.102	1,81
Casimiro de Abreu	39.162	17.327	56.489	1,55
Rio de Janeiro	44.719	--	44.719	1,22
Armação dos Búzios	36.188	5.709	41.897	1,15
Duque de Caxias	33.957	--	33.957	0,93
Niterói	33.957	--	33.957	0,93
Carapebus	21.899	845	22.744	0,62

Fonte: ANP, 2012 (www.anp.gov.br, acesso em julho de 2013)

4 Valor absoluto do PIB (R\$) em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro e Brasil (2010)

Setores econômicos	Campos dos Goytacazes	Estado do Rio de Janeiro	Brasil
Agropecuária	112.836	1.072.848	105.163.000
Indústria	18.119.035	62.966.386	539.315.998
Serviços	6.305.937	144.387.422	1.197.774.001

Fonte: IBGE, 2010

O setor de serviços vem logo a seguir, em segundo lugar, mas a riqueza produzida por ele corresponde apenas a menos da metade do valor produzido pelo setor industrial do referido município. No que se refere aos impactos sociais e espaciais desse setor, é possível relacioná-los à expansão urbana na região, que, aliada à dinamização do capital imobiliário e ao setor de hotelaria, atrai novos investimentos e indústrias ligadas ao circuito petroquímico. Ao mesmo tempo, vive-se a contradição, pois a crise do setor alcooleiro vem expulsando os trabalhadores mais jovens da agricultura e, conseqüentemente, das áreas rurais.

Observa-se, na tabela 5 (abaixo), o aumento acentuado da urbanização de Campos dos Goytacazes, que atingiu cerca de 90% da população total em 2010.

5 Taxa de urbanização – Campos dos Goytacazes

Ano	Taxa de urbanização
1970	58,85
1980	60,89
1991	84,50
2000	89,47
2010*	90,29*

Fonte: Dados do período 1970–2000 tem origem em Terra, Oliveira & Givisiez (2010)

*Dados 2010: censo do IBGE, 2012

Em 2010, com uma população de 463.545 habitantes, cerca de 90% era composta pela população urbana (418.565 habitantes) e cerca de 10%, correspondentes a 44.980 habitantes, estavam na área rural do município. Um dos argumentos dessa configuração demográfico-espacial é a descrença na agricultura e, em especial, no plantio da cana-de-açúcar, relacionado ainda às subdivisões constantes das terras entre familiares pós-partilha de espólio,² embora a área rural ainda seja bastante extensa. A área total municipal corresponde a 4.027 km² (observar mapa 1, p.53).

2 Dados primários produzidos em trabalho de campo que foi realizado entre 3 e 6 de março de 2013, junto à equipe do NUCLAMB.

No que se refere às características da população de Campos, 53% tinham nível de escolaridade do Ensino Fundamental e 38% possuíam Ensino Médio (IBGE, 2010). No que se refere aos estabelecimentos de saúde, não há unidade federal em Campos; há 1 hospital estadual, 8 hospitais municipais e 88 unidades hospitalares privadas, ou seja, cerca de 50% do total, identificando, assim, que há um predomínio de atividades hospitalares voltadas para a classe média local e regional (ver tabela 6, p.51).

No que se refere ao transporte rodoviário, observa-se uma concentração de veículos particulares, formando, junto com os ônibus, os transportes urbanos. Apesar de ter uma presença importante da economia agrícola, ainda que essa venha reduzindo, nota-se a existência de veículos característicos das áreas urbanas (ver tabela 7, p.51).

6 Estabelecimentos hospitalares em Campos dos Goytacazes (2010)

Estabelecimentos	Número	Percentual
Federais	0	0%
Estaduais	1	0,6%
Municipais	87	49,4%
Privados	88	50%

Fonte: IBGE, 2010, disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330100#topo>

7 Veículos motores, segundo modelo, em Campos dos Goytacazes em 2010

Veículos motores	Número	Percentual
Automóveis	102.040	62%
Caminhões	6.523	4%
Caminhões-trator	715	0.4%
Caminhonetes	9.659	5.9%
Micro-ônibus	4.317	2.6%
Motocicletas	910	0.6%
Motonetas	29.391	7.8%
Ônibus	9.901	6%
Tratores	1.218	0.7%

Fonte: IBGE, 2010

O eixo BR-216: implementando um novo vetor de modernização

Na região Norte Fluminense, além das plataformas de extração de petróleo e gás, destacam-se outras atividades impulsionadas pela indústria petroquímica, tais como as diversas atividades de logística ligadas à circulação de mercadorias e trabalhadores. Na área próxima ao mar, no distrito de São Tomé, sobressai a presença do turismo, da pesca artesanal e de um heliporto da Petrobras. Os recursos provenientes do petróleo têm ajudado a intensificar as atividades urbanas: aquecimento do capital imobiliário e do comércio, uma vez que o estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo no país, com 41%, enquanto que Espírito Santo participa com 14,9%, Amazonas com 16,3% e Bahia com 10,9% (ANP, 2012).

A atividade petroquímica é de grande risco para as atividades pesqueiras. Bombardios sísmicos para análise dos fundos oceânicos e a circulação de grandes navios reduzem os territórios aquáticos e terrestres da pesca, além de acentuarem a ocorrência de acidentes com as embarcações pesqueiras. Os pescadores relatam que houve significativa redução de pescado nos últimos anos em decorrência dessas atividades e temem pelo crescimento dos já elevados riscos de acidente, devido ao constante aumento do fluxo de navios na região (Silva, Rainha & Correa, 2012).

No que se refere ao vetor modernizador recente (2012–2013), reconhece-se o eixo rodoviário da BR-216 como um dos principais vetores de modernização. Essa rodovia vai do centro da cidade de Campos dos Goytacazes até Farol de São Tomé, em direção ao distrito de São Tomé, e parte do município de São João da Barra, na área da Barra do Açu. Ela está sendo duplicada e modernizada com recursos estaduais e

federais, e possui pelos menos duas intencionalidades: a primeira de melhorar o escoamento de veículos próximo ao heliporto e de promover melhores condições de operação para as atividades de logística ligadas à indústria petroquímica; e a segunda refere-se à construção de eixos de escoamento para a produção da siderurgia do porto do Açú (no município de São João da Barra) e da construção do porto da Barra do Furado – na divisa entre Campos e Quissamã (ver figura 1, abaixo, e mapa 1, p.53).



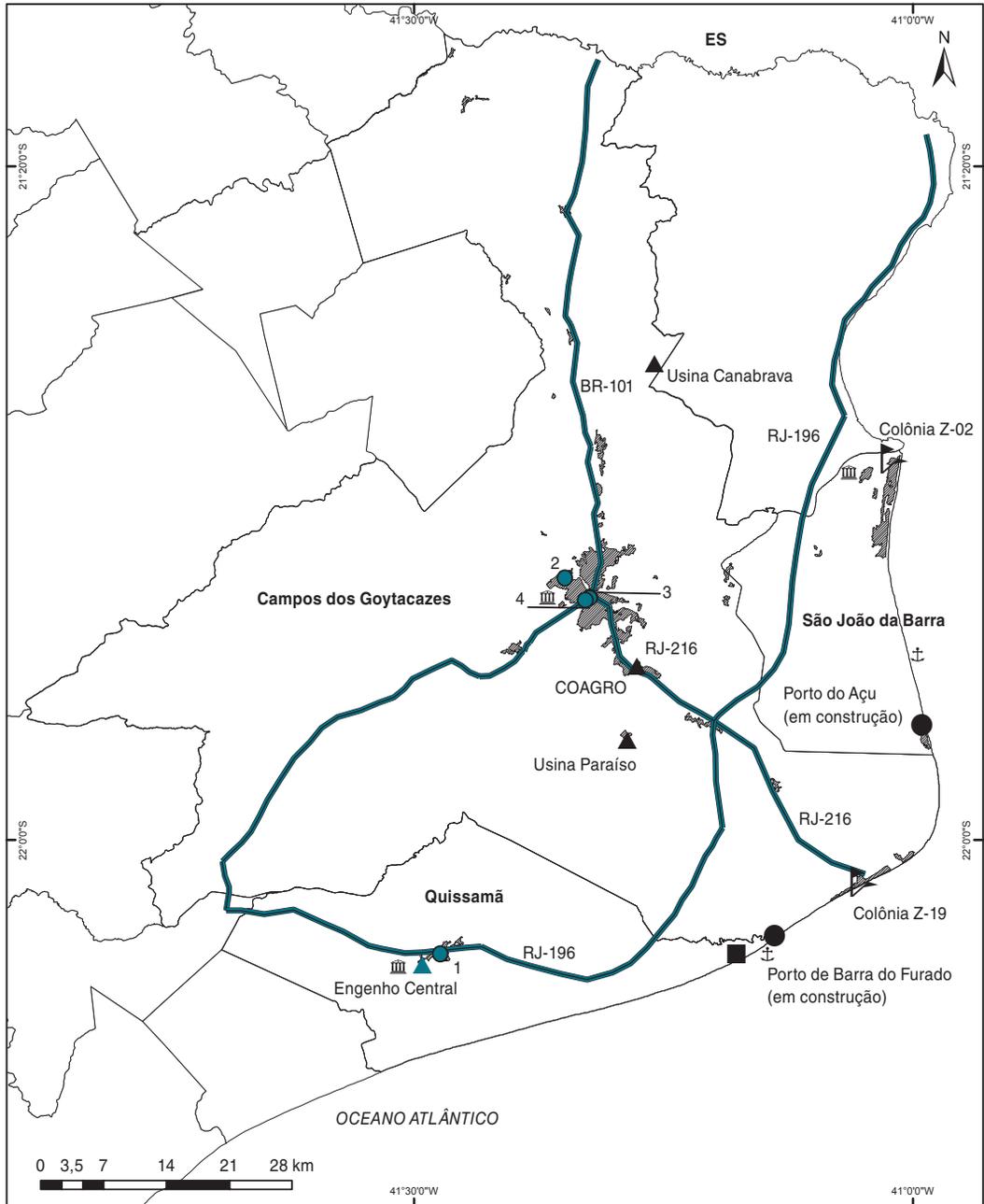
1 Rodovia RJ-216, na altura do campus da UFRRJ (NUTEMC, 2012)

2 e 3 Área do porto do Açú, em São João da Barra, com as casas vazias (as famílias foram desapropriadas). Os terrenos fazem parte dessas áreas de remoções e contam com a presença massiva de cercas. (NUTEMC-FFP-UERJ, 2012)

4 e 5 Placas de apresentação da obra de construção do porto de Barra do Furado (Quissamã) e área de embarque e desembarque de pescadores artesanais no Canal das Flechas (divisa de Campos com Quissamã). (NUTEMC-FFP-UERJ, 2013)

As figuras 4 e 5 foram extraídas de trabalho de campo do Núcleo de Pesquisa Urano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC), junto ao grupo de pesquisa da professora Júlia Adão Bernardes – o Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) – em 2013. Durante essa atividade, foram entrevistados pescadores e moradores dos locais visitados.

1 Eixos rodoviários modernizadores: Campos dos Goytacazes, Quissamã e São João da Barra (2013)



- 1 Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
- 2 Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
- 3 Sindicato dos Produtores Rurais
- 4 Secretaria Municipal de Fazenda

- ▩ Prefeitura
- Instituições
- ⚓ Portos (em construção)
- TRANSPETRO
- ▲ Usinas de cana-de-açúcar (desativadas)
- ▲ Usinas de cana-de-açúcar (em funcionamento)
- Localidade de pesca
- ▲ Colônia de pesca
- ▨ Área Urbana

No que se refere aos novos empreendimentos, deve-se compreender que a construção do complexo siderúrgico e portuário feito com recursos do Governo do Estado e do Grupo da LLX no distrito do Açú, na maneira que vem sendo conduzido todo esse processo, representa drásticas mudanças na dinâmica do lugar – estrutura fundiária agrícola e áreas de pesca artesanal de lagoas já estão dando lugar ao parque industrial (ver figuras 2 e 3, p.52). Trata-se não só da instalação de uma estrutura moderna, mas da concomitante estratégia de exclusão das relações sociais já existentes no território. Conforme nos alerta Ribeiro:

De um lado, temos mudanças muito velozes, que instauram o clima adequado ao império da moda e a busca insaciável por inovações tecnológicas, renovando os mercados. De outro, temos cristalizações e estagnações indicativas da ação estratégica, que orienta a dialética construção–destruição na última modernidade. (2011, p.20)

São muitas as intervenções realizadas pelo grupo que comanda as ações modernas na região, contando com o auxílio do Estado para a desapropriação de terras de pequenos agricultores (centenas de famílias foram desapropriadas) e implementação de cercas no entorno da área (com mais de 50 km²) em que será construído esse complexo siderúrgico-portuário. Além disso, a área conta com os serviços de proteção do seu “patrimônio” realizados por empresas de segurança privada, sem contar a ostensiva vigilância da Polícia Militar, que é realizada com o auxílio de sua frota de veículos.

Observamos que as obras da construção do porto de Barra do Furado vêm dividindo a população local. No vilarejo localizado próximo à obra do porto, os comerciantes e alguns moradores reagem positivamente, dizendo que vai ser bom para o comércio e para os residentes, pois será um importante vetor na geração de emprego e de dinamismo na área. Os pescadores, por sua vez, já temem possíveis remoções.

Considerações finais

À guisa das conclusões, compreender o espaço de Campos dos Goytacazes e o conjunto de modificações socioespaciais que o município vem passando no contexto da região Norte Fluminense é um desafio para a reflexão geográfica. O esforço analítico da compreensão tempo–espaço e a busca por um recorte da periodização nos leva, certamente, a demarcar processos complexos de continuidades e descontinuidades, de sintonia e de diacronia inerentes aos processos de modernização. Portanto, apresenta-se um certo limite dessa análise.

No entanto, ao recorrer à compreensão dos grandes marcos modernizadores da região, essa estratégia analítica nos ajudou a entender o presente e as contradições advindas de sua relação com o passado. Sem dúvida, uma história de longa duração da região contribuiu para o entendimento da formação econômico-social em que ideias, valores e projetos são disputados pelos grupos e elites locais. Tal tema, dos grupos e elites locais, seus desejos e intencionalidades, remetem ao campo da política que não pôde ser aprofundado neste capítulo. O objetivo foi apresentar a possibilidade de compreensão da modernização e da produção social do território a partir de grande fase dos investimentos e intencionalidades nos projetos e processos econômicos que se acreditava que se imporiam como dominantes.

Em Campos, hoje, a crença e a força econômica do trabalho e da renda advêm principalmente do setor petroquímico, do comércio e dos serviços urbanos. O setor portuário, em processo de implantação, vai aprofundar os rumos do papel da industrialização e da logística na região, nas décadas de 2010 e 2020. Novos eixos modernizadores vêm se atualizando, como a BR-216, por exemplo, fazendo valorizar as propriedades que se localizam em seu entorno. O setor sucroalcooleiro, que há décadas vive em crise, está vendo serem reduzidos os projetos em torno da manutenção de suas

atividades e crescerem valores de secularização de outros setores, vistos como facilitadores de “novas modernidades”.

Basta saber, neste contexto de história do presente, quais são os novos papéis que os setores tradicionais assumirão na região, tais como o do açúcar, o das olarias e o da pesca artesanal.

Referências

- Jussara França de **Azevedo**, “Discursos e ideias sobre a gênese da industrialização do Rio de Janeiro: associação industrial do RJ e sua luta pela indústria nacional – 1880–1889”, dissertação de mestrado em História Social, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010
- Marshall **Berman**, *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- Júlia Adão **Bernardes**, “Cambios técnicos y reorganización del espacio en la región azucareira, Norte Fluminense, Brasil (1970–1990)”, pesquisa de doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1992
- , “Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação”, in: Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes & Roberto Lobato Corrêa (organização), *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.239–270
- Michel de **Certeau**, *A escrita da história*, Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2007
- , *A invenção do cotidiano: artes do fazer*, Petrópolis: Editora Vozes, 2009
- David **Harvey**, *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, Rio de Janeiro: Loyola, 1992
- Eric **Hobsbawm**, *Sobre história*, tradução Cid Knipel Moreira, São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Campos dos Goytacazes, disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidade-sat/painel/painel.php?codmun=330100#topo>, acesso em julho de 2013
- Henri **Lefebvre**, *Introducción a la modernidad*, Madrid: Editorial Tecnos, 1971
- , *Espaco e política*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008
- Giacomo **Marramao**, *Céu e terra: genealogia da secularização*, São Paulo: UNESP, 1997
- Consuelo Corredor **Martínez**, *Los limites de la modernización*, Bogotá: CINEP, 1997
- Karl **Marx**, *O 18 brumário de Luis Bonaparte*, São Paulo, Editora Escrita Ltda, 1968
- Cristiano **Pluhar**, “As relações comerciais no século XVIII e XIX entre Campos dos Goytacazes e Rio de Janeiro”, *Anais do III Encontro Semana de Geografia e VI Semana de Ciências Humanas*, Campos dos Goytacazes: IFF-Campos, 2010
- Manoel Martinz **Reys**, *Obras de Manoel Martinz do Couto Reys: descrição geographica, pulitica e cronographica do districto dos Campos Goitacaz*, Campos dos Goytacazes: Universidade do Norte Fluminense, 1997
- Ana Clara Torres **Ribeiro**, “Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação”, in: Catia Antonia da Silva (organização), *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*, Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2011, p.19–34
- Ana Clara Torres **Ribeiro** & Catia Antonia da **Silva**, “Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo”, in: Ana Clara Torres Ribeiro, *El rostro urbano de América Latina*, Buenos Aires: CLACSO, 2004, p.347–371
- Milton **Santos**, *Urbanização brasileira*, São Paulo: Hucitec, 1993
- , *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo: Hucitec, 1996
- Edward William **Soja**, *Geografias pós-modernas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993
- Catia Antonia da **Silva**, Felipe Andrade **Rainha** & Rodrigo **Correa**, “Território, modernização e cotidiano: os impactos dos projetos de modernização sobre a pesca artesanal na região Norte Fluminense”, *Anais do 1º Seminário Nacional Reestruturação no Setor Sucroenergético Brasileiro*, São Gonçalo: FFP-UERJ, v.11, p.62–77, 2012
- Denise Cunha Tavares **Terra**, Elzira Lúcia de **Oliveira** & Gustavo Henrique Naves **Givisiez**, “Economia petrolífera: uma nova configuração da divisão territorial do trabalho na Bacia de Campos”, *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, 20 a 24 setembro de 2010
- Max **Weber**, *Ciência e política: duas vocações*, São Paulo: Editora Cultrix, 1970
- , *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 12ª edição, São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1997
- , *Economia e sociedade*, tradução Regis Barbosa & Karen Barbosa, v.1, Brasília: UNB, 2000
- Catia Antonia da Silva** é professora do programa de Pós-Graduação em História Social, do programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), estando no cargo de professora associada. Coordena o Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC-FFP-UERJ). Também é pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Atualmente, é procientista – UERJ. catia.antonio@gmail.com
- Felipe Andrade Rainha** é mestrando do programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ) e docente substituto do Departamento de Geografia – FFP-UERJ. Também é pesquisador da FAPERJ. trovadorffp@gmail.com
- O presente texto é oriundo de atividades desenvolvidas junto ao projeto de pesquisa “Modernização, território e cartografia da ação social: análise da cadeia produtiva, das condições de trabalho e das formas de luta dos trabalhadores da pesca artesanal no Rio de Janeiro”, apoiado pela FAPERJ e pela UERJ.

Reprodução social em um território em mudanças

Educação e mercado de trabalho no Norte Fluminense

A educação no Brasil tem vivido um momento especialmente paradoxal e contraditório nas primeiras décadas deste século. Por um lado, verificou-se a enorme expansão do sistema educacional nas últimas décadas, acompanhada do discurso oficial que apresentava a educação como a grande responsável pela modernização das sociedades, pelas possibilidades de integração ao mundo globalizado e à sociedade do conhecimento. Para tanto, as exigências a partir das demandas sociais são o domínio de certas habilidades de caráter cognitivo, científico e tecnológico, correspondentes a determinadas competências, além do desenvolvimento da capacidade de interação em grupos e criatividade. Por outro lado, persistem os altos índices de analfabetismo, evasão, repetência e desigualdades de oportunidades educacionais. Vale lembrar, a título de exemplo, a precariedade extrema do aproveitamento escolar dos alunos brasileiros, revelada nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Nas três séries regularmente avaliadas (quinto, oitavo e terceiro anos do Ensino Médio), o desempenho médio nunca atinge 10% dos(as) alunos(as) e vem piorando desde a implantação da avaliação há 12 anos (SAEB, 2005, p.7-8; e Neves, 2008).

A região de governo do Norte Fluminense, área eleita para o nosso estudo, vem recebendo grandes acréscimos no tocante aos recursos financeiros para os sistemas educacionais decorrentes, sobretudo, do pagamento dos *royalties* provenientes da produção e exploração petrolífera nas proximidades de seu litoral. Igualmente, destaca-se a criação e a expansão de faculdades e universidades privadas, estaduais e federais em alguns municípios desse recorte espacial, cujos investimentos, no caso público, originam-se tanto da esfera estadual quanto da federal desde os anos 1990. Há de se mencionar a expansão da Universidade Federal Fluminense (UFF) em direção ao Norte e ao Noroeste Fluminense, regiões de governo do estado do Rio de Janeiro, na primeira década do século XXI. Entretanto, a criação do Polo Universitário de Campos dos Goytacazes (PUCG), em verdade, era intenção institucional desde 1992. Naquele momento, seus professores, lotados no Departamento de Serviço Social de Campos (SSC), foram a favor da condição de unidade. Dessa forma, foi possível consolidar a presença da UFF no Norte Fluminense em um tempo em que se aumentavam as demandas pelo Ensino Superior. Ainda na década de 1990, o departamento tornou-se o Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR), o que permitiu a possibilidade de implantação de outros cursos de graduação, ampliando definitivamente a projeção regional da instituição como universidade pública, gratuita e de qualidade.

Nesse sentido, o subprojeto de pesquisa intitulado “Processos formativos no Norte Fluminense: um estudo sobre os saberes, políticas educacionais e mercado de trabalho regional”¹ tem como intenção conhecer as políticas educacionais para a Educação Básica do estado e dos municípios, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a constituição dos saberes em relação aos processos formativos empenhados. Especificamente, um dos objetivos é analisar a relação da produção desses conhecimentos – uma vez consagrados e legitimados como saber escolar – e o mercado de trabalho regional. No entanto, devido ao estágio inicial de nossa investigação, o presente texto parte da informalidade do mercado de trabalho regional do Norte Fluminense para, em seguida, realizar uma avaliação crítica sobre a relação entre o nível de instrução e o rendimento médio dos seus residentes. Essa apreciação é contextualizada a partir da

1 Esse subprojeto foi a base para este capítulo e faz parte do projeto de pesquisa denominado “O processo de regionalização da expansão do etanol no Brasil”, coordenado pela professora Júlia Adão Bernardes (PPGG/UFRJ), desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Sua vigência corresponde ao biênio 2011-2013.

situação do “mal-estar docente”, ainda que não evidenciada nesta produção por conta do estágio inicial da pesquisa.

Economia regional do Norte Fluminense

A região Norte Fluminense, com uma população superior a 700 mil habitantes, perfez mais de 10% da participação total do Produto Interno Bruto (PIB) do estado ao final da década passada (Ribeiro, 2011). Essa situação tem a ver com a forte participação da extração de petróleo na Bacia de Campos na formação de sua base econômica, graças aos pagamentos (indenizações) dos *royalties* e à participação especial oriunda da produção regional. É tão grande a importância da economia petrolífera no Norte Fluminense que, apesar da queda de 5,2% da produção da indústria de transformação estadual entre 1996 e 2003, a primeira foi a que cresceu em 158% no mesmo período (Cruz, 2003).

A extração petrolífera na Bacia de Campos foi o grande fator de diversificação e diferenciação interna da economia, do território e da sociedade regional ocorrido a partir da década de 1980. A bacia abarca 12 municípios, sendo que os investimentos da Petrobras em capital fixo estão concentrados em Macaé e incluem o complexo da rede, o Parque de Tubos, o porto de Imbetiba e o terminal de Cabiúnas, enquanto o território campista abriga o aeroporto de Farol de São Tomé.

Nesse sentido, sua territorialidade econômica abrange fundamentalmente dois municípios enquanto núcleos de operacionalização em função dessa atividade: Macaé, com grande concentração de empresas direta ou indiretamente ligadas à produção petrolífera; e Campos dos Goytacazes, enquanto núcleo de atividades ligadas aos serviços. Por isso, os seus respectivos distritos-sedes passam a ser núcleo de polarização econômica de influência regional. Não obstante, em São João da Barra, município litorâneo que também compõe a região Norte Fluminense, o investimento logístico, portuário e industrial iniciado na década passada prevê a constituição de um aglomerado de indústrias no entorno do porto do Açú, empreendimento do Grupo EBX. Em verdade, a motivação para tal empreendimento está condicionada à implantação do mineroduto que interligará os espaços de extração de minério de ferro em Minas Gerais, via o referido porto, ao mercado externo.

Esse contexto é desafiante ao setor agropecuário existente, sobretudo no que tange à área produtora de cana-de-açúcar e seus derivados. Em uma análise diacrônica, a referida produção se apresentava dinâmica até a década de 1970, se comparada a outras áreas produtivas no Brasil. A esse respeito, a descrição comparativa de Júlia Adão Bernardes é profícua sobre o declínio produtivo da região:

... praticamente até a década de 1950, o Norte Fluminense não era considerado um subespaço tradicional, no sentido de pouco dinâmico. Esse espaço se transformou em tradicional simultaneamente ao florescimento da nova região industrial de São Paulo, no marco de uma nova divisão regional do trabalho no Brasil. Nos anos 1970, apesar da entrada de capitais externos no Norte Fluminense, principalmente provenientes do Nordeste, e de sofrer mudanças também muito positivas na sua estrutura produtiva, toda essa modernização não foi suficiente para evitar que a área ficasse estagnada, transformando-se no que se poderia denominar uma área tradicional ...

(Bernardes, 1995, p.266)

Todavia, a retomada da monocultura de cana-de-açúcar no contexto das políticas públicas federais, no que tange à produção de agrocombustíveis a partir do segundo mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2007–2010), imprimiu outro fôlego à territorialidade canieira. Consoante à mesma autora, a área em tela se destacou:

... outrora como uma das mais importantes do país e, atualmente, vem revelando dificuldades nas tentativas de retomada do processo produtivo nas usinas de Quissamã, Santa Cruz, Paraíso, COAGRO (cooperativa de 9 mil associados), que arrendou a usina São José, além da destilaria Canabrava. Por outro lado, informações recentes apontam a possibilidade de transformação de usinas de etanol e açúcar em biorrefinarias, envolvendo “desde os bioplásticos (já em exploração), o bioquerosene, a biogasolina e outros hidrocarbonetos de alto desempenho, até o diesel da cana, mais limpo e ambientalmente sustentável, passando pelo butanol obtido através do caldo da cana e pelo biogás de vinhaça” ... (Bernardes, 2011, p.3)

Ainda com as suas palavras, a partir dos dados secundários levantados, a expectativa de produção para a safra 2011-2012 “é de 2,356 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, ocupando 38.230 hectares, produzindo 118,3 mil toneladas de açúcar e 69,102 milhões de litros de etanol” (ibidem, p.2). Para o contexto fluminense, em relação às lavouras temporárias, essa região de governo aprofunda a concentração dessa produção uma vez que perfaz mais de 70% do total cultivado. O dado ganha maior especificidade ao lembrarmos que o conjunto da produção agropecuária no estado do Rio de Janeiro mal chega a 1% na composição do PIB estadual (IBGE, 2010).

Ainda que de forma limitada, assiste-se à reestruturação produtiva do setor suroenergético regional graças aos incentivos governamentais da esfera federal. De acordo com a renovação técnica, verificam-se novas configurações dos eixos de urbanização e transformações na dinâmica demográfica, com consequentes alterações na oferta de empregos e mobilidade dos trabalhadores. Portanto, a materialização técnica, os investimentos produtivos diretos ao respectivo setor – inclusive ao não menos importante setor petrolífero – e as políticas públicas envolvidas em diferentes níveis de governo suscitam problemáticas relevantes acerca do mercado de trabalho regional e, por extensão, das políticas educacionais.

Daí indaga-se quais as potencialidades e limites do mercado de trabalho regional na atual fase da modernidade, justamente no momento em que ele é “alvo” de incentivos governamentais e de investimentos de grande magnitude na constituição da infraestrutura econômica, em atividades com novos conteúdos científico-tecnológicos e de serviços especializados.

Informalidade e o “mal-estar” docente

No contexto sociopolítico e econômico da segunda metade do século XX, bem distinto daquele do período anterior, vários setores econômicos refizeram as suas lógicas produtivas de base taylorista/fordista, sobretudo nos chamados países “centrais”. Mesmo sob os riscos da generalização, o suporte da “nova ordem” produtiva, em que a especialização foi gradualmente substituída pela qualificação e pela flexibilização, refez a lógica da produção; novos significados foram atribuídos à competitividade estritamente na conjunção entre tecnologia, conhecimento e trabalho. Do campo sociopolítico e cultural, os movimentos sociais após a Segunda Guerra Mundial eclodiram e colocaram em xeque a “abrangente aliança crescimento–segurança” predominante nas democracias ocidentais. Os movimentos antinuclear, ambiental, estudantil e feminista tenderam a realçar valores alternativos aos do crescimento econômico e da segurança geopolítica da Guerra Fria, enfatizando a qualidade de vida, a autorrealização do indivíduo, a participação, a paz e a conservação/preservação ambiental. Interessante notar as especificidades desses movimentos que não se assemelham às lutas trabalhistas dos últimos dois séculos: esses movimentos buscam um relacionamento diferente com o ambiente físico, com o sexo oposto e com o local de trabalho (Martin, 1996).

Esse contexto torna-se necessário para elencar ao menos cinco acontecimentos decisivos para o que designamos *globalização* a partir dos anos 1980:

2 “*Welfare state* ou ‘Estado de bem-estar social’ é uma denominação que tem origem no processo de ampliação da democracia, incorporando, além dos direitos políticos e civis, os direitos sociais. Desse modo, as políticas sociais são instrumentos de aplicação de novos ‘compromissos’ sociais e das políticas públicas orientadas a corrigir as desigualdades produzidas pela ‘mão invisível’ do mercado, mediante a introdução de ações redistributivas do poder econômico via políticas públicas” (Boron, 1994, p.162-163) e, inclusive, no território em decorrência dos programas de planejamento regional.

3 De acordo com Werneck Vianna, há distintas estratégias, logo, configurações do *welfare state*. Ele considera três grandes grupos ou modelos:

a institucional redistributivo social-democrata, com considerável investimento social e manutenção do pleno emprego (países escandinavos);

b modelo meritocrático/corporativo, cujas políticas estão voltadas aos grupos sociais mais vulneráveis; e

c modelo residual ou liberal, baseado na flexibilização e mais restritivo aos direitos e benefícios, se comparado ao primeiro modelo. Essa configuração remete ao caso estadunidense. Para o mesmo autor, o caso brasileiro →

1 o desmonte do *socialismo real* na extinta União Soviética e demais países do Leste Europeu;

2 a expansão das lógicas do sistema de produção capitalista que se traduziu na adividez pela ocupação ou reocupação imediata desses espaços nacionais;

3 ao mesmo tempo, a ascensão política de governos de índole (neo)liberal e neoconservadora (e o conseqüente ataque ao Estado-providência [*welfare state*]);²

4 a diminuição persistente da autonomia relativa dos Estados-nação, principalmente daqueles que se localizam na periferia e na semiperiferia do sistema mundial (Afonso, 2005);

5 a expansão das tecnologias da informação e da comunicação, que favoreceu a criação da sociedade em rede, dentre outras possibilidades (Castells, 1999).

Sem dúvida que esses acontecimentos estão relacionados e articulados muitas vezes de maneira contraditória com as políticas voltadas à educação. Conforme a contextualização educacional de Almerindo Janela Afonso (2005), não se pode deixar de lado que alguns aspectos são semelhantes entre distintas realidades nacionais, tais como:

1 a educação, em geral, está cada vez mais marcada por acontecimentos que ligam o local e o global;

2 as políticas educativas atuais são, em grande parte, configuradas pelas políticas neoconservadoras e (neo)liberais, visíveis, nomeadamente, na imputação de responsabilidades crescentes aos educadores, acusados por aprofundarem a incapacidade da escola para atender às supostas exigências de um capitalismo mais competitivo e globalizado;

3 a crise atual do ensino público deve-se à pouca eficiência das políticas sociais como um todo, além da tendência de *mercadorização* da educação;

4 a desmobilização dos trabalhadores da educação frente à precarização das condições de trabalho, *desemprego estrutural* acompanhado por novas regulações das legislações trabalhistas;

5 as desigualdades educacionais que acabam por perpetuar, se não acelerar, as desigualdades sociais (a *infoexclusão*, por exemplo) e a instalação da informalidade.

Na condição de país semiperiférico, as políticas sociais, a legislação trabalhista (consolidada em 1943) e as benesses das transformações da economia brasileira no decorrer do século XX não atingiram grande parte de sua população, muito menos seus trabalhadores e as crianças e jovens em idade escolar. Os esforços foram insuficientes para garantir resultados socialmente positivos de maneira significativa. Embora os projetos políticos nacionais em distintos regimes de governo privilegiassem o ingresso da nação brasileira no “círculo” dos países desenvolvidos – e que, para tanto, seria necessário modernizá-la –, as especificidades do seu contexto sócio-histórico, associadas às razões políticas, determinaram o que se denomina *modernização conservadora*. Somam-se a isso os resultados não esperados, ainda que em parte, em decorrência dos problemas gerenciais, operacionais e administrativos das políticas sociais aplicadas.

Questiona-se, portanto, a implantação do chamado Estado-providência³ no que tange ao conjunto das políticas sociais empreendidas por aqui. O descompasso entre a expansão das redes de serviços e de equipamentos coletivos e a pouca formalização do mercado de trabalho são as marcas que correspondem à fusão entre a modernidade e a pobreza, mesmo que expressas como direitos sociais conforme consta na Carta Constitucional de 1988. Em outras palavras: a contextualização apresentada alhures não é totalmente alheia à realidade brasileira, tampouco absolutamente consagrada. As especificidades do mercado de trabalho brasileiro e os processos formativos institucionalizados caracterizam uma estrutura socioeconômica prenhe de continuísmos históricos e consubstanciada por aspectos da modernização (às vezes revestida por um “verniz” modernizante). Ela é desigual, instável, mas não pouco dinâmica. Enfim, ambivalente (Becker & Egler, 1993).

→ situa-se em uma tensão entre o modelo institucional-redistributivo e o modelo residual, porém com forte apelo a esse último a partir do início da década de 1990.

4 A informalidade da economia brasileira é mensurada de diferentes maneiras. No estudo intitulado “A evolução recente da informalidade no Brasil: uma análise segundo características da oferta e demanda de trabalho”, os pesquisadores Fernando Holanda Barbosa Filho & Rodrigo Leandro de Moura baseiam-se na concepção de informalidade como fração de empregados sem carteira em relação ao total de empregados. Diferentemente de diversos trabalhos, eles não consideraram trabalhadores por conta própria como necessariamente informais e justificaram essa escolha em função da criação do Microempreendedor Individual (MEI).

5 Assim como o trabalho escravo, de acordo com os relatórios da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo no Rio de Janeiro (COETRAE-RJ), divulgados e apresentados no Seminário Boas Práticas no Enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo, organizado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e realizado em 25 de setembro de 2012.

No caso brasileiro, o elevado grau de informalidade no mercado de trabalho não é novidade. A baixa remuneração do trabalho está ligada aos poucos anos de estudo em oposição à alta remuneração de trabalhos que exigem maior qualificação, tais como os postos vinculados aos serviços técnicos e gerenciais. Sem embargo, mudança importante é a redução do número de trabalhadores sem carteira assinada entre 2002 e 2011, ao mesmo tempo que ocorreu uma queda expressiva da taxa de desemprego (Barbosa Filho & Pessoa, 2011). No mesmo período, registrou-se a maior queda da informalidade nas regiões não metropolitanas em comparação com as regiões metropolitanas, e a maior participação de trabalhos escolarizados na composição total, os quais, por conseguinte, chegam a explicar 60% desse decréscimo no país. De certa forma, esses registros indicam o efeito da política de universalização da educação brasileira nas últimas décadas (Barbosa Filho & Moura, 2012).⁴ Vale destacar que essa universalização teve início nas políticas voltadas à educação de forma mais abrangente e com maiores investimentos públicos em números absolutos – ao menos para a Educação Básica – no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) e foi mantida durante o mesmo período de tempo pelo governo posterior, de Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010).

Entretanto, a informalidade é uma constante no mercado de trabalho do Norte Fluminense há muito tempo.⁵ Essa situação abrange um número significativo de sua força de trabalho e a explicação não se encerra no descompasso entre a geração de postos de trabalho de carteira assinada e os indivíduos à procura de trabalho nos dias de hoje. Há também a questão da pouca qualificação e do baixíssimo número de trabalhadores que tenham concluído os anos escolares que compreendem a Educação Básica. Logo, justifica-se a absorção dos trabalhadores por atividades que exijam pouca qualificação, tais como a construção civil, principalmente nos municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra (Silva, 2013). Por outro lado, a mão de obra qualificada, assim como a semiquificada, dirige-se a outros centros econômicos mais dinâmicos, especialmente para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória, e outra parte é absorvida pelas nem tão novas atividades econômicas especializadas da região.

Por conseguinte, mesmo levando em consideração a relação inversa entre o decréscimo das taxas de informalidade e maiores índices de escolaridade, o caso do Norte Fluminense, região não metropolitana, não resente os efeitos positivos dessa correlação de forma tão expressiva (Rosendo, 2011). Contudo, o que mais chama a atenção são as elevadas porcentagens relativas ao grupo que não tem instrução e as discrepâncias verificadas entre os municípios no que tange aos rendimentos obtidos pelos trabalhadores com idade acima de 10 anos, assim como os que não obtêm tais ganhos. As tabelas seguintes (1 e 2) clarificam as correlações entre a quantidade de concluintes por segmento da Educação Básica na região Norte Fluminense e a média salarial por município selecionado.

De acordo com os dados apresentados na tabela 1, com exceção de Macaé e, por muito pouco, Carapebus, todas as realidades municipais em destaque possuem mais da metade das pessoas com 10 anos de idade ou mais sem ter instrução. Com a inclusão daqueles com Ensino Médio incompleto, embora com os anos correspondentes do Ensino Fundamental realizados, todas as realidades municipais apresentam a maioria dos seus habitantes com menos de 12 anos de estudo, ou melhor, sem terem concluído a Educação Básica escolar.

Em relação aos rendimentos, mesmo reconhecendo as diferenças demonstradas, a participação daqueles(as) que não possuem rendimento é muito expressiva, uma vez que aproxima-se de 40%, conforme mostram os dados da tabela 2. No que concerne à realidade campista, a situação é ainda mais dramática: além de ultrapassar a casa dos 40%, caso adicione-se as pessoas com rendimento de até um salário mínimo, esses dois grupos totalizam 69,5%. Nesta pesquisa, conferimos que os índices de avaliação da

Educação Básica são pouco significativos e as baixas taxas de escolarização verificadas na realidade em tela ainda comprometem muito a maior formalização no mercado de trabalho regional. Na tabela 3 (p.63), pode ser visto o último levantamento concernente à Educação Básica por município selecionado.

1 Região de Governo Norte Fluminense – Pessoas com 10 anos ou mais de idade por nível de instrução (2010)

Município	Sem instrução	Fundamental completo Médio incompleto	Médio completo Superior incompleto	Superior completo	Não determinado	Total
Campos dos Goytacazes	199.306	57.117	96.780	31.658	2.105	386.966
Carapebus	5.770	2.339	2.920	389	26	11.445
Cardoso Moreira	6.935	1.584	2.036	385	24	10.964
Conceição de Macabu	9.446	2.677	4.995	965	11	18.094
Macaé	69.007	31.757	57.292	16.453	1.294	175.803
Quissamã	9.735	2.943	3.650	1.248	16	17.232
São Fidélis	18.088	5.379	7.503	1.526	286	32.782
S Fran de Itabapoana	23.904	4.620	5.605	941	204	35.274
São João da Barra	17.301	4.462	5.323	1.124	205	28.416

Fonte: IBGE, censo demográfico (2010, 2012)

2 Pessoas com 10 anos ou mais de idade por classe de rendimento mensal (%) por município selecionado em 2010

Rendimento (salário mínimo)	Campos dos Goytacazes	Carapebus	Macaé	Quissamã	São João da Barra
Até meio salário mínimo	3,80	4,05	1,76	6,57	5,13
Mais de meio salário mínimo	26,03	22,01	14,71	24,05	27,88
Mais de 1 a 2 salários mínimos	18,25	20,69	23,34	18,79	17,98
Mais de 2 a 5 salários mínimos	10,72	12,08	16,44	9,61	7,83
Mais de 5 a 10 salários mínimos	3,64	2,52	5,74	2,40	1,95
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1,11	0,44	2,09	0,46	0,45
Mais de 20 salários mínimos	0,29	0,04	0,59	0,14	0,08
Sem rendimento	43,47	38,17	35,32	37,99	38,69

Fonte: IBGE, 2012

Campos dos Goytacazes, município com o terceiro maior PIB do estado do Rio de Janeiro registrado em 2011 e o mais populoso da região, apresenta o menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no tocante ao primeiro segmento do Ensino Fundamental entre as dez maiores economias fluminenses. Não difere muito quando se refere ao segundo segmento da fase elementar, situando-se apenas superior ao índice gonçalense como se verifica na tabela 3 (a seguir).

A partir desse contexto territorial onde o acesso e a permanência na educação formal ainda são difíceis, problematiza-se: qual o grau de inserção efetivamente da população do recorte em estudo em relação às novas atividades econômicas? Quais as possibilidades reais de inclusão desses trabalhadores em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, no momento em que a região (principalmente Campos dos

Goytacazes, Macaé e São João da Barra) forma um polo de atração de mão de obra de maior relevância na realidade do interior fluminense devido aos novos investimentos produtivos diretos?

3 PIB em R\$ 1.000,00 e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica por município fluminense selecionado (2011)

Município	PIB	Primeiro segmento (1° ao 5° ano)	Posição (nacional)	Segundo segmento (6° ao 9° ano)	Posição (nacional)
Rio de Janeiro	175.739,349	5,4	12º	4,4	20º
Duque de Caxias	25.747,558	4,3	69º	3,5	63º
Campos dos Goytacazes	19.581,276	3,6	91º	3,4	67º
Niterói	10.800,670	4,6	53º	3,7	57º
São Gonçalo	9.115,568	4,1	81º	3,2	74º
Nova Iguaçu	9.556,221	4,1	80º	3,5	65º
Volta Redonda	8.394,797	5,4	13º	4,3	26º
Macaé	7.057,287	5,0	27º	4,1	35º
Petrópolis	5.831,205	4,9	33º	4,2	28º
Resende	5.011,075	5,2	18º	4,1	37º

Fonte: IBGE, 2012; INEP, 2012

Com poucos dados, nota-se que a relação entre a economia regional e a situação educacional dessa população é assimétrica. Não seria exagero afirmar, ainda que não seja realizada uma análise diacrônica neste breve texto, o prenúncio de uma nova realidade econômica que configura uma situação de “crise”, sob a referência da empregabilidade da mão de obra regional. As razões identificadas para tal “crise” seriam múltiplas, e no âmbito das políticas educacionais sua origem é complexa, a começar pela necessidade de compreensão dos distintos níveis dessas políticas, bem como das bases territoriais.

Entre os muitos processos que explicam a decadência do ensino público brasileiro, um dos mais significativos, senão o mais devastador, foi a queda do salário médio docente a partir, sobretudo, dos anos 1980. Tão grande foi a queda do salário dos professores que, em 2008, como medida de emergência, foi criado um piso nacional. Em 2010, os professores das escolas públicas passaram a ter a garantia de não ganhar abaixo de R\$ 1.187,00, somados aí o vencimento básico (salário) e as gratificações e vantagens.⁶ No entanto, se considerarmos como referência o rendimento médio real dos trabalhadores, apurado em dezembro de 2010, seu valor era de R\$ 1.515,10. Sendo assim, o valor do piso nacional há três anos já era inferior ao rendimento médio dos brasileiros, apesar da exigência mínima de uma escolaridade que precisa ser o dobro da escolaridade média nacional (Arcary, 2011).

Na década passada, a justificativa para a criação do piso nacional pôde ser compreendida pelo estudo contundente de Bernadete Angelina Gatti & Elba Siqueira de Sá Barreto, intitulado “Professores do Brasil: impasses e desafios”, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) e publicado em 2009. Nesse grande levantamento, constata-se que a realidade salarial de mais da metade dos docentes da Educação Básica era de R\$ 720,00 mensais. No Nordeste, o quadro era ainda pior: metade da categoria ganhava menos de R\$ 450,00. Outro registro é que mais da metade dos professores da Educação Básica atuava nas redes oficiais de ensino (79,1%), o que implica um volume orçamentário expressivo. Final-

6 O novo piso, anunciado no dia 27 de fevereiro de 2012, elevou o salário dos professores de R\$ 1.187 para R\$ 1.451 para a carga horária de 40 horas. O valor estipulado para 2013 acompanha o aumento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) de 2011 para 2012, conforme determina a legislação atual.

7 No caso do estado do Rio de Janeiro, a remuneração média dos professores das redes públicas da Educação Básica foi de R\$ 1.478,00 em 2011 (IBGE, 2012), tendo ocupado o 12º lugar no *ranking* da remuneração docente entre as unidades da federação. No momento da confecção deste texto, o levantamento desses dados entre os municípios fluminenses ainda não havia sido concluído, e por isso a sua análise não é demonstrada aqui.

8 A análise das políticas educacionais não deve ser compreendida exclusivamente pelas intencionalidades do Ministério da Educação e das secretarias, mas pelos diferentes segmentos do Estado-governo (de poderes e das bases territoriais) e pelas relações com a sociedade civil (campos de poder específicos). A trama é conflituosa e elas só se tornam operativas graças ao consentimento ativo dos protagonistas-executores da hierarquia político-administrativa e, em última instância, dos governados.

9 As condições de trabalho e as políticas de valorização docente na escala regional do Norte Fluminense ainda se encontravam sob investigação no momento da elaboração deste texto. Por isso, não foram contempladas como objeto de análise nesta produção.

mente, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados em 2006, as autoras registraram que as escolas públicas pagam melhor do que as particulares. O salário mediano (que evita a distorção da média salarial) para o Ensino Médio era de R\$ 1.300,00 nas escolas públicas, enquanto que, nas escolas privadas, era de R\$ 1.000,00. No Ensino Fundamental, o mediano era de R\$ 745,00 na rede oficial de ensino e R\$ 525,00 nas privadas, enquanto no Ensino Infantil era de R\$ 568,00 e R\$ 400,00, respectivamente.⁷

Dessa forma, com o aprofundamento das perdas salariais e das condições de trabalho (apesar do aumento de unidades escolares das redes oficiais de ensino no Brasil como um todo nos últimos 25 anos) diante do contexto exposto, a degradação social da docência (Arcary, 2011) torna-se inevitável. Conforme os dados preliminares levantados com as secretarias municipais de educação do Norte Fluminense e com a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, havia mais de 4 mil estudantes efetivamente matriculados no ano de 2010, e divididos em três turnos: matinal, vespertino e noturno. Nesse último, é onde percebe-se a importância para um expressivo número de trabalhadores, pois sua oferta no último período do dia assegura também a inclusão dos(as) alunos(as) que exercem efetivamente a jornada de trabalho de oito horas diárias.

A noção de “proletarização do professor” (Rua, 1992) constitui a desmoralização e a desqualificação social da profissão, que possuem íntimo entrelaçamento com as grandes dificuldades e desafios encontrados no exercício da docência – aliás, não apenas entre as quatro paredes da sala de aula, mas também na administração da própria unidade escolar. Nesse último aspecto, outra razão preocupante que possui correspondência com os desafios da docência tem a ver com a falta de acompanhamento e de avaliação sistemáticos e abrangentes de processo e de produto dos projetos de ensino elaborados pelas secretarias de ensino, além da descontinuidade dos projetos educacionais devido às mudanças de governo com orientação política distinta. O resultado é a malversação das verbas públicas, do desgaste emocional e do ceticismo que atinge grande parte dos profissionais de ensino (Zagury, 2006).⁸

Longe dos conformismos, as resistências são variadas. Por parte das que se denominam “individuais”, elas seriam: a migração de parte de muitos docentes para outras cidades com custo de vida menor; realização de cursos de administração escolar para concursos de diretor e supervisor; desvios e transferências para outras funções, como cargos em conselhos de ensino, secretarias, bibliotecas; ou, ainda, o absentismo ou falta ao trabalho. Por outra parte, as “resistências coletivas” ainda se fazem presentes, tais como greves e paralisações – aliás, entre os diferentes níveis de governo e modalidades de ensino (Arcary, 2011).⁹

Considerações finais

O presente texto refere-se ao início da investigação acerca do mercado de trabalho e da educação (formal) no Norte Fluminense. Embora a análise seja parcial, os dados preliminares apontam para uma situação dramática para a maioria da população que lá reside. Embora se constate a diminuição da informalidade, a dinâmica econômica crescente e os recentes investimentos produtivos diretos na região não demonstram “absorção” dessa população em função das exigências em termos de qualificação requerida. E o prognóstico não é dos melhores, pois tampouco os dados referentes aos índices educacionais indicam situação diferente.

Nesse sentido, os elementos estruturantes para sua compreensão perpassam pelo discernimento das políticas educacionais em diferentes níveis da política institucional, por qualidade das práticas curriculares assim como pelas políticas de valorização docente. Acredita-se que a solução seja política, a partir da articulação entre a União, os estados e os municípios. Por conseguinte, é importante considerar que uma determinada política educacional é a condensação material e específica de uma relação entre campos de poder específicos. Ademais, o Estado-governo não é monolítico e sem

fissuras e é por isso que tais políticas devem ser concebidas a partir de uma arena de conflitos e de disputas entre distintas intencionalidades de classes e respectivas frações.

Referências

- Almerindo Janela **Afonso**, *Avaliação educacional: regulação e emancipação*, 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2005
- Valério **Arcary**, “A desmoralização social da carreira docente”, *Correio da Cidadania*, São Paulo, 2011, disponível em http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5935&Itemid=79, acesso em 15 de julho de 2011
- Fernando de Holanda **Barbosa Filho** & Rodrigo Leandro de **Moura**, *A evolução recente da informalidade no Brasil: uma análise segundo as características da oferta e demanda do trabalho*, Rio de Janeiro: IBRE-FGV, 2012
- Fernando de Holanda **Barbosa Filho** & Samuel **Pessoa**, “Uma análise da redução da taxa de desemprego”, *Rede de Economia Aplicada*, Working Paper 28, p.37–48, 2011
- Bertha **Becker** & Claudio **Egler**, *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993 [1992]
- Júlia Adão **Bernardes**, “Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação”, in: Iná Elias de Castro (organização), *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.271–308
- , “O processo de reestruturação do setor sucroenergético no estado do Rio de Janeiro: dilemas e desafios”, projeto de pesquisa, Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa, 2011
- Atílio **Boron**, *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994
- Brasil**, INEP, SAEB 2012, Brasília: fevereiro 2013, disponível em http://www.inep.gov.br/download/saeb/2005/SAEB1995_2012.pdf, acesso em novembro de 2012
- Manuel **Castells**, *A sociedade em rede*, São Paulo: Paz e Terra, 1999
- José Luis Vianna **Cruz**, “Projetos nacionais, elites locais e regionalismo – desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense”, tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro: IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, *Anuário estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro: IBGE, 2010
- , *Anuário estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro: IBGE, 2012
- Bernadete Angelina **Gatti** & Elba Siqueira de Sá **Barreto**, *Professores do Brasil: impasses e desafios*, Brasília: UNESCO, 2009
- Ron **Martin**, “Teoria econômica e geografia humana”, in: Derek Gregory (organização), *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996 [1994], p.31–64
- Rodrigo Leandro de **Moura**, “Retornos educacionais no Rio de Janeiro”, in: Armando Castelar Pinheiro & Fernando Velloso (organização), *Rio de Janeiro: um estado em transição*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p.387–410
- Alexandre do **Nascimento**, Andréia Ferreira da **Silva** & Maria Emília **Algebaile**, “Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais”, in: Maria Lúcia Wanderley Neves (organização), *O empresariamento da educação: novos contornos do Ensino Superior no Brasil dos anos 1990*, São Paulo: Xamã, 2002, p.85–104
- Eloiza Dias **Neves**, “Entre o ‘quintal’, a ‘casa’ e a ‘rua’, o ofício docente em contexto rural: um estudo de caso”, tese de doutorado em Educação, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008
- , “Os estudantes da UFF de Campos dos Goytacazes: quem são e suas relações com o saber”, relatório de pesquisa, Campos dos Goytacazes: ESR/UFF, 2012
- R C **Rosendo** et al., “Avaliação do impacto dos investimentos da indústria de petróleo na geração de empregos diretos nos municípios vizinhos à Bacia de Campos”, relatório de pesquisa, Campos dos Goytacazes: UENF, 2011
- João **Rua**, “Em busca da autonomia e da construção do conhecimento: o professor de geografia e o livro didático”, dissertação de mestrado em Geografia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992
- José Gimeno **Sacristán**, *O aluno como invenção*, Porto Alegre: Artes Médicas, 2005
- Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos**, Seminário Boas Práticas no Enfrentamento do Trabalho Escravo Contemporâneo, Rio de Janeiro, 25 setembro de 2012
- E S O **Silva**, “Continuidades e rupturas de ordenamentos no espaço: do território da cana ao setor logístico e industrial no Norte Fluminense”, tese de doutorado em Ciências, programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013
- Maria Lúcia Teixeira **Werneck Vianna**, “Benefícios privados, vícios públicos: dilemas atuais da seguridade social no Brasil”, in: Eli Diniz (organização), *Reforma do Estado e democracia no Brasil*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p.76–95
- Tania **Zagury**, *O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 2006
- Denizart da Silva Fortuna** é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua nos cursos de graduação em Geografia (licenciatura) e em Pedagogia. Doutor em Ciências (Geografia) pela UFRJ. Realiza pesquisa nas áreas de currículo e metodologias de ensino de geografia; gestão territorial e sustentabilidades. denizartfortuna@id.uff.br

Mudanças de uso nos espaços da atividade canavieira: reassentamento e emergência de novas territorialidades em São João da Barra

A constituição histórica do município de São João da Barra (RJ) foi pautada em processos de ordenamento territorial que privilegiaram como atividades produtivas, dentre outras, o cultivo de cana-de-açúcar em sua fração continental e a pesca no litoral. As atividades econômicas ali desenvolvidas nada mais eram do que um reflexo da constituição econômica dos demais municípios da região Norte Fluminense desde o Brasil colônia.

Em novembro de 1878, foi inaugurado o Engenho Central de Barcelos, montado pela empresa francesa Fives Lille, situado à margem direita do rio Paraíba do Sul e fundado pelo barão de Barcelos. O engenho foi responsável, dentre outros aspectos, pelo crescimento local da produção de açúcar, pelo estímulo da migração da mão de obra nos períodos de moagem – já que foi uma das primeiras indústrias da região Norte Fluminense sem mão de obra escrava – e pelo crescimento de vilas, sendo a principal delas o distrito de Barcelos (atualmente 6º distrito de São João da Barra).

As atividades do engenho e depois da usina estimularam o aumento considerável da produção de cana-de-açúcar no entorno, totalizando mais de 5 mil hectares. Desse modo, as modernizações introduzidas nas usinas a partir da década de 1970 estimulavam ainda mais os proprietários a comprarem ou arrendarem terras no entorno imediato de suas fazendas e, além disso, com o incremento técnico, eles passaram a comprar matéria-prima de terceiros. Contudo, nas três últimas décadas, notou-se no município de São João da Barra, assim como na região como um todo, um declínio da atividade canavieira com o fechamento de usinas – como a de Barcelos (pertencente ao Grupo Othon), que encerrou suas atividades ao final da primeira década dos anos 2000.

Até a última década, o município de São João da Barra refletia, portanto, uma relativa estagnação econômica, acompanhando a situação dos municípios do Norte e Noroeste fluminenses, à exceção de Macaé e Campos dos Goytacazes, ambos diretamente vinculados às atividades petrolíferas da Bacia de Campos. Porém, o estado do Rio de Janeiro vem passando por um momento ímpar em sua história econômica, apresentando retomada de grandes investimentos logísticos, industriais e de infraestruturas, principalmente nas regiões metropolitana e Norte Fluminense.

Novos “acontecimentos” pautados nessa forma de ordenamento territorial do estado foram replicados na região Norte Fluminense com a chegada de empreendimentos de cunho logístico industrial, colocando-a em posição privilegiada na alocação de recursos públicos e/ou privados. Tais processos em curso têm alterado não só a forma como também a função dos espaços do Norte Fluminense, incluindo antigas áreas de produção canavieira que passam a ser alvo do capital especulativo que lhes atribui novos valores. Além disso, essa nova dinâmica (re)configura territórios, cria outros e, conseqüentemente, engendra novas territorialidades que já emergem em uma conjuntura conflituosa.

O empreendimento mais exponencial no contexto espacial de análise é o Complexo Industrial do Superporto do Açú, no município de São João da Barra. O complexo está em fase de implantação desde 2007 pelo Grupo EBX, que firmou parcerias com o Governo do Estado através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (CODIN). Estima-se que 40% do município faça parte das ações do referido

grupo como investimento direto. Porém, ainda há uma divergência quanto à extensão total, uma vez que o licenciamento ambiental, essencial ferramenta de mensuração, tem sido feito de maneira compartimentada por cada indústria ou projeto estrutural em vias de instalação.

O empreendimento atende a uma recente concepção mundial de portos, conceito denominado “porto indústria”, em que, no mesmo espaço, coabitam atividades portuárias e diferentes funções logísticas e industriais. No caso específico do complexo, as indústrias em construção ou previstas atendem ao beneficiamento de produtos primários, principalmente minérios oriundos do estado de Minas Gerais, a serem comercializados preferencialmente com o mercado asiático – em especial, o chinês.

Tendo em vista a magnitude do empreendimento e de suas ações, inúmeras implicações negativas têm sido evidenciadas por parcela representativa da população do município de São João da Barra. Tais implicações são relacionadas especialmente ao incremento das migrações de mão de obra pouco escolarizada para o município, ao aumento da especulação imobiliária e do déficit habitacional, à desapropriação de áreas, à remoção de pessoas e à não absorção de parte da mão de obra local, atualmente ociosa, em virtude da redução dos postos de trabalho no corte de cana-de-açúcar com a decadência do setor sucroalcooleiro.

Os diretamente atingidos pelas remoções são provenientes majoritariamente do distrito de Pipeiras, 5º distrito do município de São João da Barra, que conta com 1.929 pessoas, de acordo com o censo demográfico (IBGE, 2010). Essas pessoas eram, essencialmente, pequenos agricultores, que tinham na terra sua forma de reprodução social e de aferição de renda. Concomitantemente, exerciam outras atividades, como pesca, criação de animais e administração de pequenos estabelecimentos comerciais. As ações de desapropriação desconsideraram a história dos lugares, a relação homem-meio e as atividades que eram realizadas, excluindo a população envolvida dos processos decisórios, o que dificultou a possibilidade de articulação dos mesmos contra as ações. Nesse sentido, torna-se pertinente o entendimento da emergência de novas territorialidades que são construídas como consequência desse processo.

Para elucidar a questão proposta, será utilizada como estudo de caso a chamada Vila da Terra, que consiste em um conjunto de casas construídas para alocar alguns desapropriados das terras utilizadas para a construção do complexo. A escolha dessa localidade é fundamentada por ser um claro exemplo de mudança de uso de uma antiga área de produção de cana-de-açúcar, a chamada Fazenda Palacete, e por ser, atualmente, palco de conflitos gerados em função da emergência de novas territorialidades.

Sendo assim, essa realocação de população das áreas atingidas pela construção do porto para a Vila da Terra, a princípio, pode apresentar-se de forma positiva, já que a população está recebendo casas novas, além de benefícios do governo e do grupo corporativo. No entanto, é importante ressaltar que a simples troca de territórios por territórios já se apresentou ineficaz em outras experiências. No contexto analisado, tais remoções estão sendo realizadas alheias à vontade dos moradores, que estavam plenamente estabelecidos em suas localidades anteriores. Com isso, essas pessoas terão que passar por um processo de adaptação à nova realidade colocada de maneira involuntária.

Nesse sentido, pretende-se entender como as transformações na região Norte Fluminense, relacionadas à decadência da produção canavieira, às mudanças nos seus respectivos espaços e aos recentes investimentos, estão refletindo no surgimento de novas territorialidades impostas e/ou construídas pelos atuais agentes de transformação do espaço e pelos grupos populacionais atingidos. Através do conflito territorial de reassentamento em Vila da Terra, há uma tentativa de retratar como uma força maior revestida do discurso do “desenvolvimento regional” interfere na história de vida dos indivíduos, efetivamente tratados pelas grandes corporações e pelo Estado como enclaves do desenvolvimento em curso.

Para embasar o estudo, serão apresentados brevemente alguns conceitos centrais

para a compreensão da problemática em questão, assim como serão analisadas as impressões obtidas com as entrevistas realizadas em dois trabalhos de campo na região Norte Fluminense, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no projeto “O processo de reestruturação do setor sucroenergético no estado do Rio de Janeiro: dilemas e desafios”.

Revisitando conceitos: território e territorialidades

Na busca do subsídio teórico para o que se propõe o presente capítulo, evidencia-se a necessidade da revisão de conceitos fundamentais na pauta da discussão das novas territorialidades que emergem a partir das demandas dos novos agentes de transformação e de controle do Norte Fluminense.

Em primeiro lugar, não há um comprometimento com a visão simplista, generalista e homogeneizante do que atualmente se traduz como “território”. No momento, o território é apresentado em diversas ciências e nos discursos provenientes do senso comum, como equivalente ao espaço e ao lugar. Contrariamente a essa visão, concorda-se com Raffestin (1993) e Corrêa (1994) quando dizem que espaço e território não são termos sinônimos, já que carregam consigo diferentes significações.

Uma segunda proposição fundamental é de que a escolha conceitual básica não obedece a um “modismo” temporal de valorização do conceito de território em trabalhos acadêmicos. Tal preocupação foi enfatizada por Souza (2009), ao apontar a possibilidade de no futuro haver desgaste e desinteresse desse conceito, em virtude de uma exploração infundável e de adequações de inúmeras pesquisas nas ciências humanas e sociais seguindo esse frenesi momentâneo.

Milton Santos, em *O retorno do território* (2005), traz uma importante discussão sobre como o território pode ser apropriado nos diferentes estudos das ciências humanas e sociais. Para o autor, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (1994, p.15), e por isso carece de constantes revisões históricas. Ainda nessa concepção, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano” (ibidem, p.16).

Uma das correntes de pensamento referentes aos estudos territoriais considera que o espaço é anterior ao território, já que o segundo se forma a partir da apropriação abstrata ou concreta do primeiro. Raffestin diz que “o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.” (1993, p.144) Acrescenta-se o que Souza (2007) diz quando se refere a uma primeira aproximação conceitual. Para ele, “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2007, p.78).

Muitos outros autores encontram no poder e nas suas relações os elementos fundamentais e unificadores na discussão do conceito. Neves aponta que “os territórios são espaços de ação e de poderes” (1994, p.271). Parafraseando esse mesmo autor, o poder aparece como “capacidade de decisão” exercida sobre fragmentos territoriais que se adaptam às contradições circunstanciais no tempo e no espaço. Corroborando a ideia de poder inerente a uma abordagem territorial, temos o que propõe Sack, que diz que os territórios diferentes de lugares comuns “requerem esforços constantes para estabelecê-los e mantê-los ... resultam de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações” (2011, p.76).

Para Corrêa, o território carrega intrinsecamente a ideia de apropriação em dois significados: o primeiro em apropriação de fato (controle territorial) e o segundo como uma apropriação “que assume uma dimensão afetiva”. Considerando, assim, o território como “um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas.” (1994, p.251)

Levando em consideração especialmente essa apropriação afetiva do territó-

rio descrita por Corrêa (1994), além das demais abordagens apresentadas referentes ao conceito, torna-se pertinente discorrer o que se entende por territorialidades humanas. Essa abordagem se faz necessária na medida em que as desapropriações provenientes da construção do complexo, coordenadas inicialmente pela CODIN e atualmente também pelo Grupo EBX, têm destruído e negligenciado violentamente a história dos lugares, as relações sociais históricas construídas entre os indivíduos e as territorialidades pretéritas.

Esse cenário de (des)construção do local, em virtude de demandas corporativas específicas, tem obrigado os antigos residentes de Pipeiras a construir novas territorialidades no local de reassentamento fornecido e gerido pelo grupo corporativo em questão. E mesmo os que tiveram, por meio das indenizações, possibilidade de escolha de realocação em outras áreas do município, vivenciam o mesmo processo de construção de novas territorialidades.

O conceito em questão foi pouco discutido durante anos nas ciências humanas justamente por sua gênese. O estudo da territorialidade humana advém das ciências naturais, quando o foco era averiguar como os animais se apropriavam de uma fração de área para ser seu *habitat* e realizarem suas atividades. Por décadas, pensou-se que esse conceito não poderia ser aplicado aos seres humanos, por terem a capacidade plena do raciocínio e não agirem instintivamente como os demais animais. No entanto, muitos autores desenvolvem conceitos e noções do que seria territorialidade humana, buscando apontar de que forma cada ação antrópica é territorializada, mesmo sem que o próprio ser humano a perceba.

A territorialidade é entendida por Soja (1971) como um fenômeno comportamental de organização espacial (esferas de influência ou de demarcação de territórios) por seus ocupantes ou por agentes que assim a definam. Complementa-se a definição com questões referentes à temporalidade, considerando-se um importante fator a ser observado. Silveira (2011), em um detalhado trabalho de revisão conceitual referente às territorialidades, descreve o desafio de repensar os conceitos em cada período histórico, já que, por conta das diversas mudanças, esses necessitam de constantes readaptações. A autora entende territorialidade da seguinte maneira:

Se podemos entender o território como a extensão apropriada e usada, a territorialidade pode ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. É um sentimento de exclusividade e limite que alcança também animais, quando se considera a área de vivência e reprodução.

(Silveira, 2011, p.39)

Raffestin (1993) considera que a territorialidade vai muito além de uma simples relação homem-território, sendo complementada com as relações entre seres humanos mediatizadas no território. Em outras palavras, a territorialidade implica necessariamente relações sociais engendradas e construídas territorialmente. Dessa forma, as territorialidades seriam “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (ibidem, p.160).

Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos nessa relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as “mais estáveis às mais instáveis”. Raffestin parte da ideia de que:

É urgente abandonar as analogias animais da territorialidade humana. ... Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores.

(1993, p.161)

Para Sack (2011), a territorialidade é um comportamento humano espacial, uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana de uso social do espaço, abarcando escalas do nível individual ao internacional. O mesmo autor admite que o território é um espaço sob o controle de uma autoridade (não necessariamente institucional), o que já era apontado por Souza (2007) e Soja (1971) ao considerarem o território como um espaço organizado politicamente.

Sack (2011) evidencia ainda a questão da acessibilidade a recursos como uma propriedade da territorialidade, descrita como “uma estratégia para estabelecer diferentes níveis de acesso a pessoas, coisas e relações” (p.78). A territorialidade se manifesta, então, como um tipo de delimitação espacial, em que vigora uma forma de comunicação que evidencia controle de acesso, tanto ao conteúdo interno quanto ao externo.

Por isso, o autor defende a hipótese de que a territorialidade não pode ser considerada apenas como controle de área, pois se constituiria em uma definição “reduzida”. O conceito e define: “Territorialidade será definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica.” (Sack, 2011, p.76) Por último, destaca-se uma importante contribuição: “O espaço social é multifacetado, e o território (a territorialidade) é uma dessas facetas.” (Souza, 2009, p.68)

Elucidando a questão em Vila da Terra

Vila da Terra consiste em um conjunto de 33 casas construídas, até o momento, padronizadas em lotes de dois hectares de comprimento por dois hectares de largura (figura 1, a seguir). Dispostas em duas ruas asfaltadas principais, as casas foram construídas para alocar uma parcela dos desapropriados de terras a serem utilizadas para a construção do Complexo Industrial do Superporto do Açú, no município de São João da Barra. Além dessa, existem ainda três outras construções semelhantes, não destinadas à moradia, mas com funções administrativas: um centro de atendimento local da CODIN, uma base de segurança privada e uma casa destinada a auxílio técnico agrícola para os moradores.¹

Nas visitas feitas ao local em duas oportunidades, nos anos de 2012 e 2013, foram realizadas entrevistas com 16 famílias que vivenciaram o processo de desapropriação e reassentamento em Vila da Terra. As demais 17 unidades foram encontradas fechadas e, segundo relatos dos residentes, em muitos desses lotes, os reassentados tomaram posse, mas não residem no local efetivamente. A partir dessas entrevistas, portanto, foram aferidas impressões dessa realidade de realocação involuntária de população.

Com relação à infraestrutura, é notável que essas casas, apesar de recém-construídas, já apresentam problemas estruturais, como rachaduras nas paredes. Os terrenos são caracterizados por precária infraestrutura básica, de modo que os residentes não possuem água encanada, sendo a mesma proveniente de caminhões-pipa, e não há tratamento sanitário de esgoto. Além disso, os moradores possuem acesso limitado a serviços públicos fundamentais (escolas, hospitais e comércio), o que é agravado pela precária oferta de transporte público.

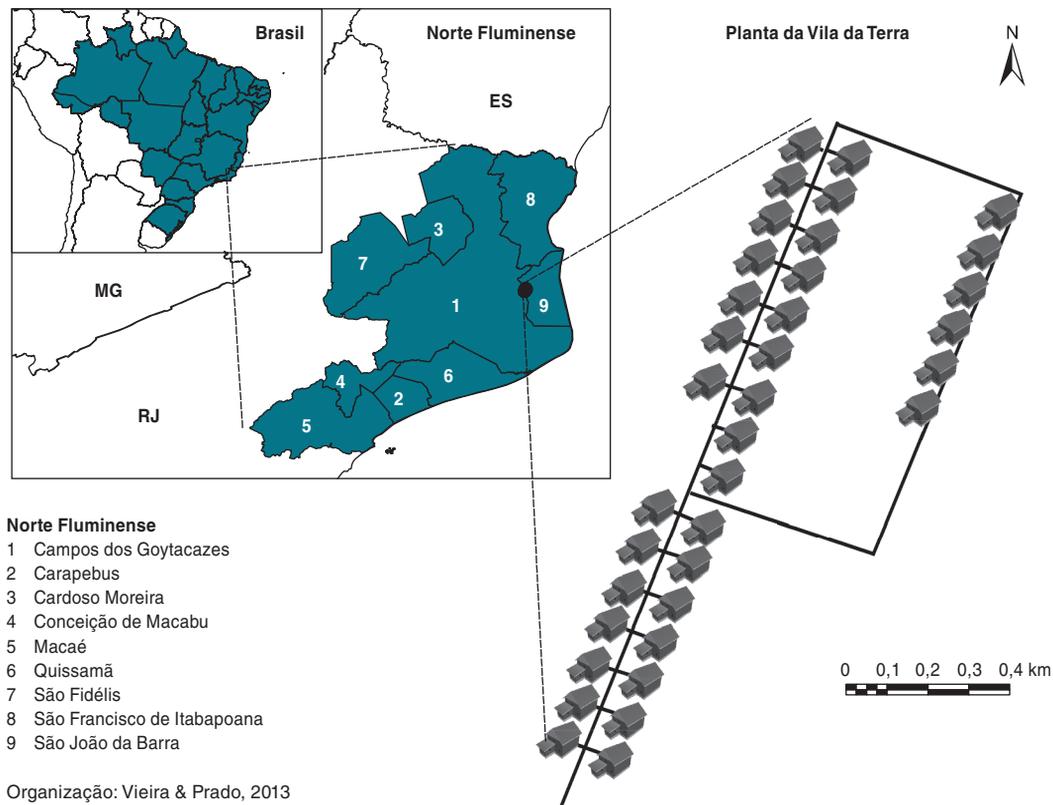
As casas são construções que remetem a espaços urbanos, o que se contrapõe, em parte, ao estilo de vida da população realocada, formada predominantemente por pequenos agricultores. Da mesma forma, os móveis fornecidos não correspondem às características encontradas nos espaços de origem e, por isso, são subaproveitados pelos moradores devido à falta de instrução e/ou a contato anterior com alguns tipos de eletrodomésticos (microcomputadores, aparelhos de DVD e máquinas de lavar). Além disso, alguns desses móveis, em menos de um ano de uso, estão apresentando sinais de baixa qualidade e, pela fraqueza do material, possivelmente já estão em desuso.

Ao analisar o perfil da população reassentada em Vila da Terra, percebeu-se que 9 dos 16 entrevistados pertencem a grupos etários mais envelhecidos, ou seja, com mais de 50 anos de idade ou idosos (60 anos ou mais) e, em geral, a composição familiar desses entrevistados era formada por um casal. Em geral, a população de Vila da Terra apresen-

¹ Durante as duas visitas realizadas, essa unidade não foi encontrada em funcionamento. Além disso, os moradores relataram que em nenhum momento receberam apoio técnico agrícola.

tou-se, em sua totalidade, com baixo ou nenhum nível de escolaridade, vivendo com o rendimento de aposentadorias referentes, em média, a um salário mínimo e, em alguns casos, recebendo um auxílio temporário com previsão de dois anos fornecido pela corporação em função do processo de desapropriação. Em relação à ocupação, antes da realocação, eles desenvolviam atividades relacionadas à pesca, à agricultura de pequena escala, à criação de animais e à administração de pequenos estabelecimentos comerciais.

1 Esquema representativo de Vila da Terra (São João da Barra – RJ)



Outro grupo populacional encontrado foi de jovens e adultos, entre 20 e 49 anos de idade (sete entrevistados), escolarizados no máximo até o nível Fundamental 1 – em geral, filhos de agricultores, que exerciam atividades similares e residiam na mesma propriedade da residência anterior dos pais. Nesse caso, trata-se de famílias conviventes – ou seja, pessoas que já tinham constituído família, mas ainda residiam com a família dos pais e que, no processo de desapropriação, receberam mais de um lote em Vila da Terra. Para esse grupo, a desapropriação foi relativamente mais positiva, na medida em que os benefícios conquistados compensaram, um pouco, as perdas materiais e imateriais.

A partir da caracterização apresentada, torna-se pertinente discorrer, mesmo que sem comprometimento histórico detalhado, sobre os últimos acontecimentos na vida dos atuais residentes de Vila da Terra. Foi possível detectar na fala da maioria dos entrevistados (11 dos 16) significativa insatisfação com o processo de desapropriação conduzido pela CODIN e pelo Grupo EBX. Essas pessoas relataram que preferiam viver nos locais em que residiam anteriormente, pois tinham suas ocupações e rendimentos já estabelecidos, acesso fácil a serviços, relações sociais construídas com a vizinhança e relações de proximidade e afinidade pautadas nos territórios.

Somada à dificuldade em lidar com a mudança, 13 dos 16 entrevistados relataram que durante a abordagem para a desapropriação houve pouca capacidade de negociação e muita pressão por parte dos responsáveis. Sendo assim, indiretamente o potencial de articulação e resistência da população envolvida foi consideravelmente reduzido, não restando opções de recusa, principalmente aos mais idosos.

De acordo com o relato de quatro moradores, essa abordagem contou com a visita de representantes fazendo medições nas propriedades, recenseando as famílias, inventariando as produções e conversando sobre a necessidade de desapropriação, sem, contudo, apresentar as reais intencionalidades. No âmbito do discurso, alegavam que haveria melhoria na qualidade de vida dos moradores, que eles ganhariam um imóvel mais confortável e mobiliado, seriam indenizados e contariam com outros benefícios.

No entanto, a partir dos sinais de insatisfação, antes mesmo da desapropriação dos moradores, a negociação ganhou novos contornos e passou a ser baseada em ameaças, com a possibilidade de uso policial para esvaziar os imóveis e derrubar as plantações. Assim, quatro entrevistados relataram o uso de violência e outros quatro, que não vivenciaram isso, foram pressionados pelas experiências dos vizinhos. O resultado de tais ações foi a instauração do medo coletivo, em virtude não só da violência, mas também da possibilidade de, ao resistirem, permanecerem isolados e não receberem as possíveis indenizações.

Realizada a mudança para a Vila da Terra, a insatisfação dos moradores aumentou em função da descoberta de informações não passadas anteriormente e do não cumprimento das promessas realizadas pelos responsáveis: a construção de um poço artesiano em cada propriedade para consumo e futura irrigação dos cultivos; o recebimento da indenização pela antiga propriedade; o benefício mensal de um salário mínimo prometido aos reassentados por dois anos; mudas, adubos e orientação técnica para o exercício da agricultura.

Em concordância com o cenário de insatisfação dos atuais residentes de Vila da Terra, existe a impossibilidade de construção de benfeitorias na propriedade cedida. Ou seja, não podem erguer nenhum cômodo de alvenaria, garagem ou plantações arbóreas. Essa impossibilidade está intimamente ligada ao fato de nenhum morador ter recebido ainda o título permanente de propriedade da terra, prometido para até seis meses após o reassentamento. Para agravar a situação, a Vila da Terra está situada na propriedade da antiga Fazenda Palacete, voltada, no passado, à produção de cana-de-açúcar e tomada pelo poder público. Atualmente, a fazenda se encontra em processo de litígio na Justiça, ou seja, está sendo contestada pelos antigos donos e, se esses ganharem a causa, os moradores podem ser novamente reassentados, o que certamente gerará maior insatisfação e novos conflitos.

Pontos de vista e conflitos

A partir das perspectivas conceituais e empíricas apresentadas para subsidiar o entendimento da construção de novas territorialidades em Vila da Terra, faz-se necessária uma discussão que considere minimamente o ponto de vista de duas partes diretamente envolvidas: a corporação – Grupo EBX – e a população atingida. Naturalmente, são visões antagônicas dos processos em curso. Seguindo a proposta desenvolvida por Sack (2011), em que a territorialidade se expressa na busca pelo controle e pela influência por parte de indivíduos ou grupos sobre uma área geográfica, os envolvidos têm promovido estratégias específicas, conscientes ou inconscientes, no sentido de se estabelecerem.

O que se coloca, portanto, é o desafio de enfrentar os problemas inerentes ao ordenamento territorial do município de São João da Barra, na medida em que o mesmo aparentemente vem sendo pautado por demandas/intencionalidades do Grupo EBX. Os entrevistados alegaram não terem tido a possibilidade de expor suas demandas e pontos de vista, sendo colocados em uma situação de total passividade frente às desapropriações. Com o reassentamento em Vila da Terra, emergem conflitos relacionados à

adaptação, à distância de parentes e antigos vizinhos, à carência de serviços básicos e à ruptura do exercício de atividades historicamente construídas. Já na ótica dos gestores, é alegado que tudo está em conformidade com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a legislação vigente (Plano Diretor Municipal de 2006, em processo de revisão atualmente), já que foram realizadas audiências públicas consultivas em diferentes partes do município e terem sido criadas condições de favorecimento à adaptabilidade dos desapropriados.

No início das ações de implantação do complexo industrial portuário, no intuito de *afetar* a população potencialmente atingida, o Grupo EBX iniciou sua abordagem oferecendo benefícios para facilitar a negociação com cada família. Isso porque, nos discursos aos desapropriados, mesmo para os que não aceitaram ir para Vila da Terra, os representantes afirmavam que a desapropriação não seria revogada. Quem aceitasse sair de seus lotes residenciais ou produtivos, portanto, teria direito a benefícios, tais como: indenização pela antiga propriedade; um lote com um imóvel novo e mobiliado; a possibilidade de plantar, incluindo a doação de mudas, insumos agrícolas e auxílio técnico agrícola; presença de serviços básicos; perfuração de um poço artesiano por lote; e um auxílio mensal no valor de um salário mínimo por dois anos, a partir da data de desapropriação. Tendo em vista a grande quantidade de pessoas idosas nas áreas de desapropriação, assim como na grande maioria das áreas rurais brasileiras, foi relativamente mais fácil para os gestores do grupo *influenciá-las*. Por isso, durante o levantamento dos dados primários, notou-se a predominância de grupos populacionais mais envelhecidos, com menor capacidade de articulação e resistência frente ao discurso da empresa.

Para além disso, as ações do Grupo EBX, no sentido de *afetar* a população, foram legitimadas pelo Estado, na medida em que ocorriam com auxílio da CODIN, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Sendo assim, nos casos de não aceitação, o processo foi pautado em um discurso mais opressivo e no uso da violência, o que acelerou as desapropriações. Muitos entrevistados em Vila da Terra relataram que aceitaram imediatamente a proposta dos representantes da empresa *influenciados* pelas violentas experiências transmitidas por seus vizinhos. Ainda segundo eles, a partir da desocupação dos lotes, outra estratégia praticada pela corporação foi a imediata e total destruição das antigas residências e produções, destituindo a história material de cada família. Nos lotes dos que resistiram ao processo e, conseqüentemente, não foram para Vila da Terra e nem foram indenizados, além da destruição, foi construída uma “vala” no perímetro do lote, dificultando o acesso. A partir desses indícios, pode-se afirmar que a condução do processo de desapropriação e o reassentamento das famílias consolidaram, em tempo presente, o *controle* do território pela corporação e suas demandas por espaço e poder.

No que concerne ao reassentamento, o grupo empresarial tenta estabelecer o *controle* em Vila da Terra através de ações, discursos e proibições que limitam o exercício pleno/involuntário da construção de novas territorialidades pelos moradores. Uma ação simbólica e comunicativa consiste na existência de placas informativas das obras do grupo em toda a extensão das duas principais vias na área de reassentamento e em todas as outras áreas já desapropriadas. Outra ação de *controle* em Vila da Terra consiste na presença constante de empresas de segurança terceirizadas e de rondas da Polícia Militar, implantadas sob o discurso de segurança pública, que mascara uma estratégia de manutenção da “ordem” no local. As proibições tornam-se mais evidentes no contrato da empresa com os reassentados, em que muitas cláusulas dizem respeito à restrição de plantar, criar animais, construir benfeitorias de alvenaria e vender o lote.

Essa forma de *controle* contratual vem perdendo força no último ano, não se configurando mais como um fator limitante de ação para os reassentados. Os residentes mais antigos, já em Vila da Terra há dois anos, majoritariamente insatisfeitos, não aceitam mais as proibições que os impedem de exercer as atividades relativas à sua re-

produção social. Sendo assim, desrespeitando as cláusulas do contrato com a empresa, alguns lotes já contam com um pequeno número de animais e plantações incipientes, o que se constitui em uma estratégia dessa população de se impor e usar efetivamente o lote. E, dessa forma, estabelecem, ainda que de maneira inconsciente, um *controle* do território, que se materializa em uma tentativa embrionária de construção de uma territorialidade no novo local.

A mudança de postura dos reassentados pode ser atribuída ao fato de eles não terem recebido ainda o título de propriedade do lote, prometido para até seis meses após a mudança. Outro fator que pode ser atribuído a essa mudança de postura é que o ano de 2013 marca o fim do auxílio financeiro da empresa aos moradores mais antigos, que estão ficando sem nenhum rendimento mensal ou vivendo somente com aposentadorias e/ou auxílios governamentais. Essa postura é ratificada na medida em que, nas áreas de origem, muitas dessas pessoas eram consideradas pluriativas, ou seja, desenvolviam atividades agrícolas e não agrícolas que complementavam à renda. A inviabilidade dessas atividades em Vila da Terra se dá em virtude do isolamento da área em relação aos serviços de consumo, da baixa oferta de transporte público, da pouca interação entre os moradores e, principalmente, da baixa qualidade do solo, não permitindo que certos cultivos cheguem à fase de maturação e colheita.

A questão da redução da produtividade agrícola em solos de antigas áreas destinadas à atividade canavieira, como é o caso de Vila da Terra, está intrinsecamente ligada à contaminação do solo e dos recursos hídricos pelo vinhoto e à exaustão física por exercício repetido de uma mesma atividade. No caso de São João da Barra, como em toda a região Norte Fluminense, essa questão é agravada por se tratar de uma atividade historicamente exercida desde o Brasil Colônia. Houve relatos de que a água no local é perigosa para consumo humano e que não é possível irrigar nenhuma plantação, pois, segundo os reassentados, trata-se de “água contaminada”.

No ponto de vista da corporação, entretanto, todos os discursos e ações elencados se deram de maneira legítima, pacífica e satisfatória a todos os desapropriados. No entanto, como foi possível observar, os casos de satisfação foram pouquíssimos perto dos inúmeros casos de desaprovação com a chegada do empreendimento ao município e com a forma de ação da empresa. Além disso, todas as aferições apresentadas são negligenciadas pelo Estado e pelo empresariado que, embasados no discurso do desenvolvimento local, regional e nacional com a chegada do empreendimento, afirmam ter havido um significativo ganho para a região como um todo, fundamentado na geração de emprego e de renda e na melhoria na qualidade de vida da população. Mediante a comprovada insatisfação da população atingida, afinal, o desenvolvimento em questão atenderá a quem de fato?

Considerações finais

As mudanças de uso nos espaços da atividade canavieira e a emergência de novas territorialidades em São João da Barra são resultados das transformações em curso na região, especialmente a partir da decadência do setor sucroalcooleiro e da chegada de empreendimentos de grande porte na última década. Isso porque transformações de tal magnitude, sob o discurso do “desenvolvimento regional” ditado pelos atores hegemônicos, geram significativas implicações na organização espacial e na relação da população com os territórios. Os que estão à margem dos processos decisórios, não por escolha, mas por imposição, obrigatoriamente tem de se adaptar às demandas do capital.

Nesse sentido, o conflito territorial em curso em Vila da Terra é bastante elucidativo da realidade exposta na medida em que se constitui em uma situação de alteração de uso de um espaço pretérito de produção de cana-de-açúcar, usado agora como área de reassentamento de parte da população desapropriada para a instalação do Complexo Industrial do Superporto do Açú. Essa população, ao ser retirada de seu local de moradia anterior, teve sua história invadida e negligenciada pelo Estado e pela corporação e,

ao ser reassentada de maneira impositiva, sofre constante processo de adaptação à nova organização do espaço e de construção de novas relações sociais mediatizadas nos territórios. Este capítulo procurou expressar, portanto, algumas das demandas, estratégias, ações e discursos utilizados tanto pelos responsáveis do empreendimento, ancorados no poder público, quanto pela população deslocada, no sentido de construir, voluntária ou involuntariamente, relações com o território do conflito em questão.

O fator mais agravante dessa situação, contudo, é materializado por relatos proveinentes dos próprios reassentados de que a área em que foi construída a Vila da Terra está em processo de reintegração de posse por seus antigos donos. O desenvolvimento desse processo gerará, sem dúvidas, muitas outras questões e conflitos que precisarão ser explorados: como ficarão as famílias que estão atualmente residindo nessa localidade? Sofrerão novo processo de desapropriação e conseqüente nova realocação involuntária com todas as dificuldades inerentes? Quais são as possibilidades de articulação efetiva dos envolvidos, frente a essa nova possibilidade de desapropriação? Como se darão os processos de construção de novas territorialidades desses indivíduos? Sem respostas aparentes ou conclusões definitivas, a discussão encontra-se aberta e carente de novos estudos.

Referências

- Brasil**, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agroindústria Canavieira, Ementário nacional: compêndio histórico de normativos e documentos legais, Brasília: MAPA/ACS, 2009
- Roberto Lobato **Corrêa**, "Territorialidade e corporação: um exemplo", in: Milton Santos, Maria Adélia Souza & Maria Laura Silveira (organização), *Territórios, globalização e fragmentação*, São Paulo: Hucitec, 1994, p.251-256
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, **Banco Multidimensional de Estatísticas (BME)**, *Censo demográfico de 2010*, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>, acesso em 24 de janeiro de 2013
- Gervásio Rodrigo **Neves**, "Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)", in: Milton Santos, Maria Adélia Souza & Maria Laura Silveira (organização), *Territórios, globalização e fragmentação*, São Paulo: Hucitec, 1994, p.270-283
- Claude **Raffestin**, *Por uma geografia do poder*, São Paulo: Ática, 1993
- Robert David **Sack**, "O significado da territorialidade", in: Leila Christina Dias & Maristela Ferrari (organização), *Territorialidades humanas e redes sociais*, Florianópolis: Insular, 2011, p.63-90
- Milton **Santos**, *O retorno do território*, OSAL: Observatorio Social de América Latina, año 6, n.16, Buenos Aires, 2005, disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>, acesso em 27 de janeiro de 2013
- María Laura **Silveira**, "Novos acontecimentos, novas territorialidades", in: Leila Christina Dias & Maristela Ferrari (organização), *Territorialidades humanas e redes sociais*, Florianópolis: Insular, 2011, p.39-62
- Edward William **Soja**, *The political organization of space*, Washington, DC: AAG Commission on College Geography, 1971

Marcelo Lopes de **Souza**, “O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, in: Iná Elias de Castro, Paulo César Gomes & Roberto Lobato Corrêa (organização), *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.77–116

–, “‘Território’ da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental”, in: Marcos Aurélio Saquet & Eliseu Savério Sposito (organização), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, 1ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.57–72

Camila da Silva Vieira é bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é mestranda do programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFRJ. camilavieira.ufrj@gmail.com

Fellipe Silva Prado é bacharel em Geografia pela UFRJ. Atualmente é mestrando do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). pradosfellipe@gmail.com

O trabalhador na atividade canavieira do Norte Fluminense: uma categoria em transformação

Importantes mudanças estão em curso na estrutura socioespacial do Norte Fluminense: paralelo ao aporte de grandes projetos logísticos e portuários, vem ocorrendo acentuado declínio da mão de obra tradicionalmente vinculada ao cultivo da cana-de-açúcar, resultado do processo de decadência do setor sucroalcooleiro regional. Nesse contexto, estão sendo gestadas novas configurações econômicas, sociais, demográficas e espaciais, com reflexos na reorganização do mercado de trabalho, na mobilidade ocupacional e espacial da força de trabalho.

Para ilustrar e sintetizar tais mudanças, utiliza-se a imagem trazida por Passos (2013) sobre o imaginário da população, a qual se expressa a partir de três noções da região onde habita: a “região do passado”, tradicionalmente vinculada às atividades da cana, do açúcar e do álcool e polarizada pelo município de Campos dos Goytacazes; a “região do presente”, ligada às atividades de produção e extração de petróleo e gás da Bacia de Campos, tendo Macaé como seu polo dinamizador; e uma terceira, em construção, a “região do futuro”, decorrente das maciças intervenções infraestruturais recentes, representadas pela instalação dos complexos do porto do Açú (CLIPA) e do Farol / Barra do Furado (CFBF), tendo como foco os municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e Quissamã (Cruz, 2011).

A antiga região rural da cana, economicamente estagnada, detentora de um mercado de trabalho cada vez mais restrito e com trabalhadores de baixa escolaridade e remuneração, precisa agora conviver (ou se adaptar) com as demandas de mão de obra mais qualificada da “região do futuro”, com atividades de perfil mais urbano e moderno. Entretanto, uma relativa modernização já vem ocorrendo no setor sucroalcooleiro, propiciada pela legislação ambiental, que, ao delimitar os prazos para o fim da queimada, induz a uma crescente mecanização do corte da cana com reflexos diretos no desemprego dos trabalhadores.

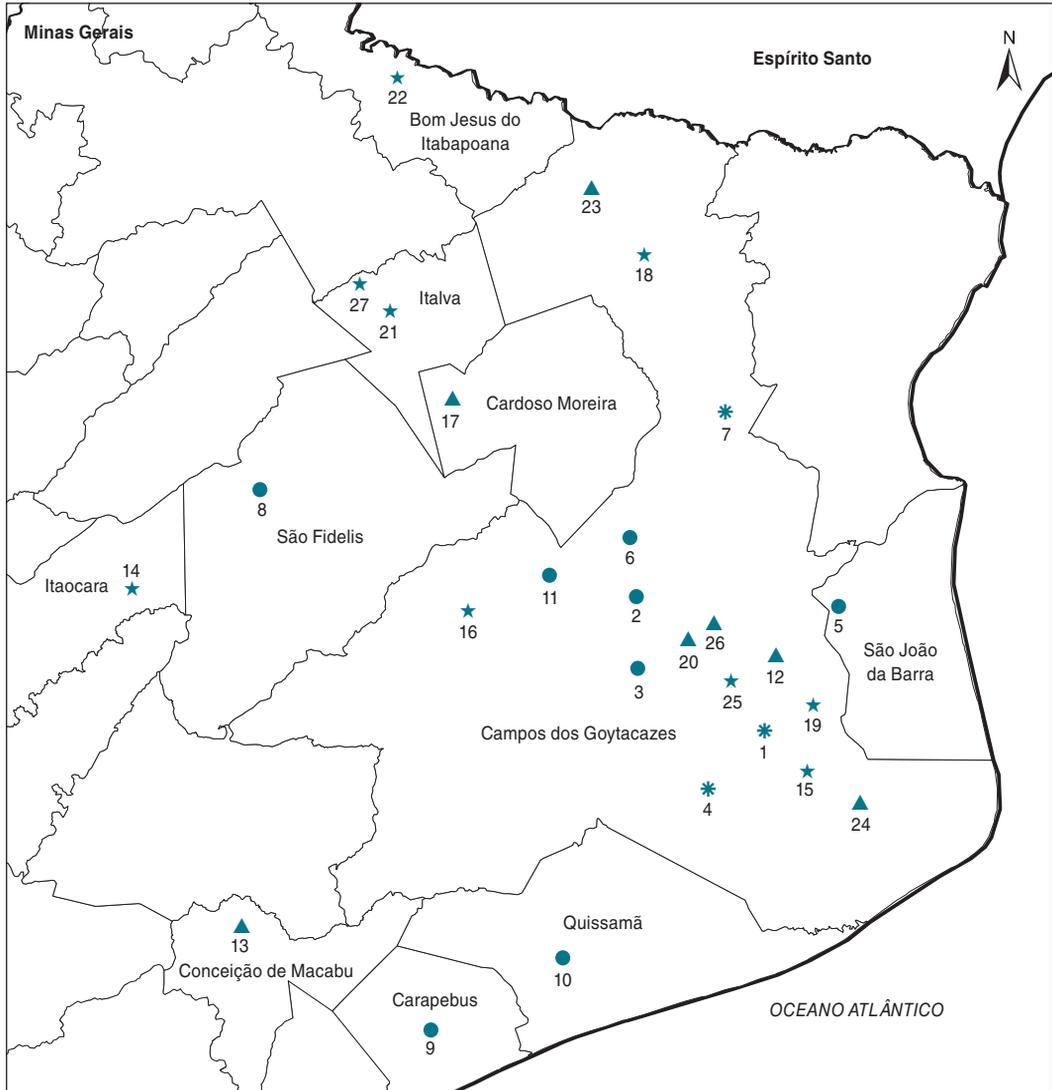
Em função das mudanças recentes, as perspectivas de reorganização para a região assumem várias dimensões. Este capítulo, porém, se propõe a identificar apenas algumas características e tendências de um segmento específico da força de trabalho regional – o trabalhador da atividade canavieira –, tradicionalmente conhecido como “volante” ou “boia-fria”, considerando suas imbricações com a “região do passado” e a “região do futuro”. Para tal, o presente texto foi estruturado em três seções: a primeira tece um breve panorama do declínio e das perspectivas da mão de obra no setor da cana-de-açúcar no Norte Fluminense; a segunda descreve a espacialidade e a mobilidade do trabalhador neste setor; enquanto a terceira busca entender as metamorfoses ocorridas nas relações de trabalho e os esforços governamentais para promover o diálogo tripartite (governo, empresas e trabalhadores) com vistas ao aperfeiçoamento das condições de trabalho no corte da cana.

Contexto dos recursos humanos no setor canavieiro

Os recursos humanos, ao lado dos recursos físicos e técnicos, são os componentes que, quando combinados, configuram a capacidade produtiva do trabalho, fundamental à vigência de um processo produtivo.

Presentes no território, considerando-se sua dimensão social, conformam, se-

1 Panorama espaço temporal das usinas de cana no Norte Fluminense

**Usinas (nome, ano de encerramento)**

1	COAGRO, ativa	14	Laranjeira, 1972
2	CBAA, 2008	15	Mineiros, 1974
3	CUPIM, 2007	16	Novo Horizonte, 1985
4	Paraíso, ativa	17	Outeiro, 1993
5	Barcelos, 2009	18	Pedra Lisa, 1949
6	Sapucaia, 2010	19	Poço Gordo, 1972
7	Canabrava, ativa	20	Queimado, 1995
8	Pureza, 2010	21	Santa Ana, 1960
9	Carapebus, 2002	22	Santa Izabel, 1973
10	Quissamã, 2003	23	Santa Maria, 1990
11	Santa Cruz, 2010	24	Santo Amaro, 1996
12	Cambahyba, 1996	25	Santo Antônio, 1974
13	Conceição, 1992	26	São João, 1996
		27	São Pedro, 1975

* Usinas ainda em atividade

★ Usinas que fecharam até a década de 1980

▲ Usinas que fecharam na década de 1990

● Usinas que fecharam nos anos 2000

8 4 0 8 16 24 km



gundo Sánchez (1991), aqueles de seus membros que podem desenvolver autonomamente uma atividade encaminhada à consecução de um bem ou serviço. Além disso, somente adquirem o *status* de recursos humanos ativos quando lhes é atribuído um valor de uso, podendo variar, assim, em sua definição de sociedade para sociedade. Esse valor de uso dos recursos humanos, segundo Santos, relaciona-se ao fato de que:

... nenhum recurso tem, por si mesmo, um valor absoluto, seja ele um estoque de produtos, de população, de empregos ou de inovações, ou uma soma em dinheiro. O valor real de cada um não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtêm ao participar de um lugar.
(1996, p.132)

Dentro dessa última perspectiva, Raffestin (1993) define recurso enquanto uma função, não sendo propriamente uma pessoa, uma coisa ou uma substância. Seria, portanto, um meio para atingir um fim. Logo, à medida que muda esse último, os recursos também mudam.

Desse modo, os recursos humanos têm o atributo de poderem ser mobilizados intersetorialmente (entre setores de atividade) e espacialmente (através de migrações e deslocamentos pendulares) de acordo com as necessidades do capital materializadas através das diferentes demandas dos processos produtivos ao longo do território.

Baseando-se nessas considerações teóricas, identificou-se a categoria dos trabalhadores volantes na atividade canavieira enquanto importante segmento dos recursos humanos do setor sucroalcooleiro. Buscar-se-á caracterizá-la segundo sua situação e suas tendências face ao atual processo de reorganização produtiva e espacial do Norte Fluminense, a partir de uma breve contextualização do declínio dessa atividade.

O parque sucroalcooleiro Norte Fluminense, diante do agravamento da crise que o envolve, encontrou-se reduzido a apenas três usinas, em 2013, de um total de 23, cujo processo de encerramento gradativo foi iniciado em 1949 (com a falência da usina Pedra Lisa, em Campos dos Goytacazes, seguida pela usina Santa Ana, em Itálva, em 1960), tendo se estendido ao longo de quatro décadas, com o fechamento de seis usinas nos anos 1970, uma em 1985, sete na década de 1990 e oito nos anos 2000 (mapa 1, p.78).¹

Tal conjuntura de decadência do setor canavieiro foi acompanhada por um cenário de crescente encolhimento do seu mercado de trabalho (gráfico 1, p.84). Conforme registro do Caderno Norte Fluminense, do jornal *O Globo* (publicação de 25 de junho de 2011),² enquanto nos anos 1980, no auge do PROÁLCOOL, 9 milhões de toneladas de cana eram processadas empregando 65.000 trabalhadores, no ano de 1997 essa produção se reduziu a 3,9 milhões de toneladas, chegando a 2,3 milhões de toneladas em 2010.

Em relação à última década, dados censitários (BME/IBGE) atestaram que o número de trabalhadores do cultivo e corte da cana no Norte Fluminense passou de 7.195, em 2000, para 1.932 em 2010 (gráfico 1), tendo os municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana – principais *locus* desses trabalhadores – apresentado um crescimento relativo negativo no período, ou seja, -73% e -58%, respectivamente.

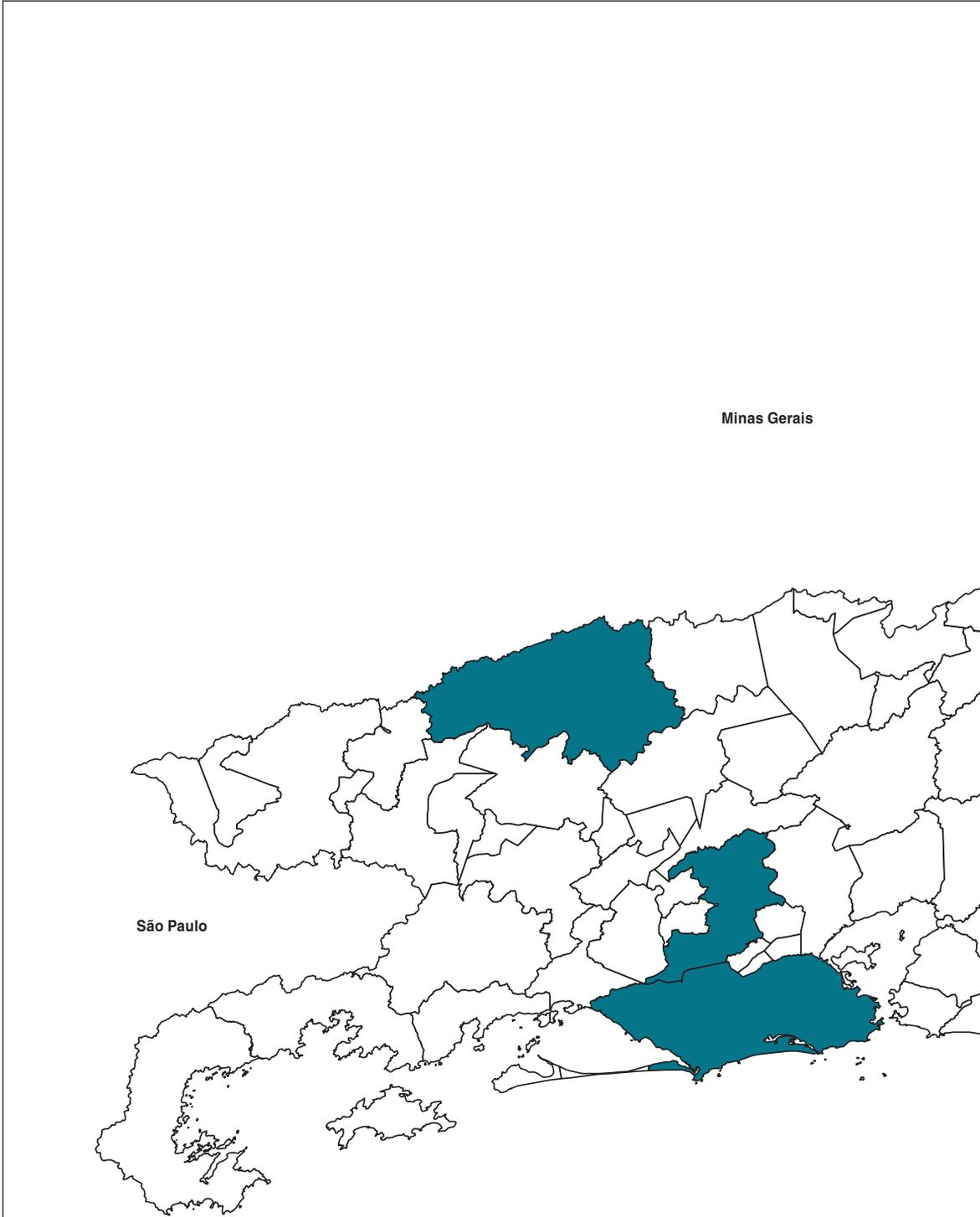
Ao se espacializar esse crescimento relativo dos trabalhadores da cana para o estado como um todo (mapa 3, p.82-83), fica evidente a crise do setor para o Norte Fluminense. Apesar desse significativo decréscimo, convém destacar que esses municípios ainda são os maiores detentores dessa categoria da força de trabalho no estado (mapa 2, a seguir). Quanto ao caráter temporário do emprego, dados primários fornecidos pelas três usinas ativas em Campos dos Goytacazes registraram um montante de 3.450 trabalhadores temporários para a safra de 2012, contra 1.320 empregados permanentes.

Dados da RAIS/MT para 2005, trabalhados por Moraes (2007), permitem constatar a fraca representatividade do setor sucroalcooleiro do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional, para o qual contribui com apenas 2%, quando considerados os empre-

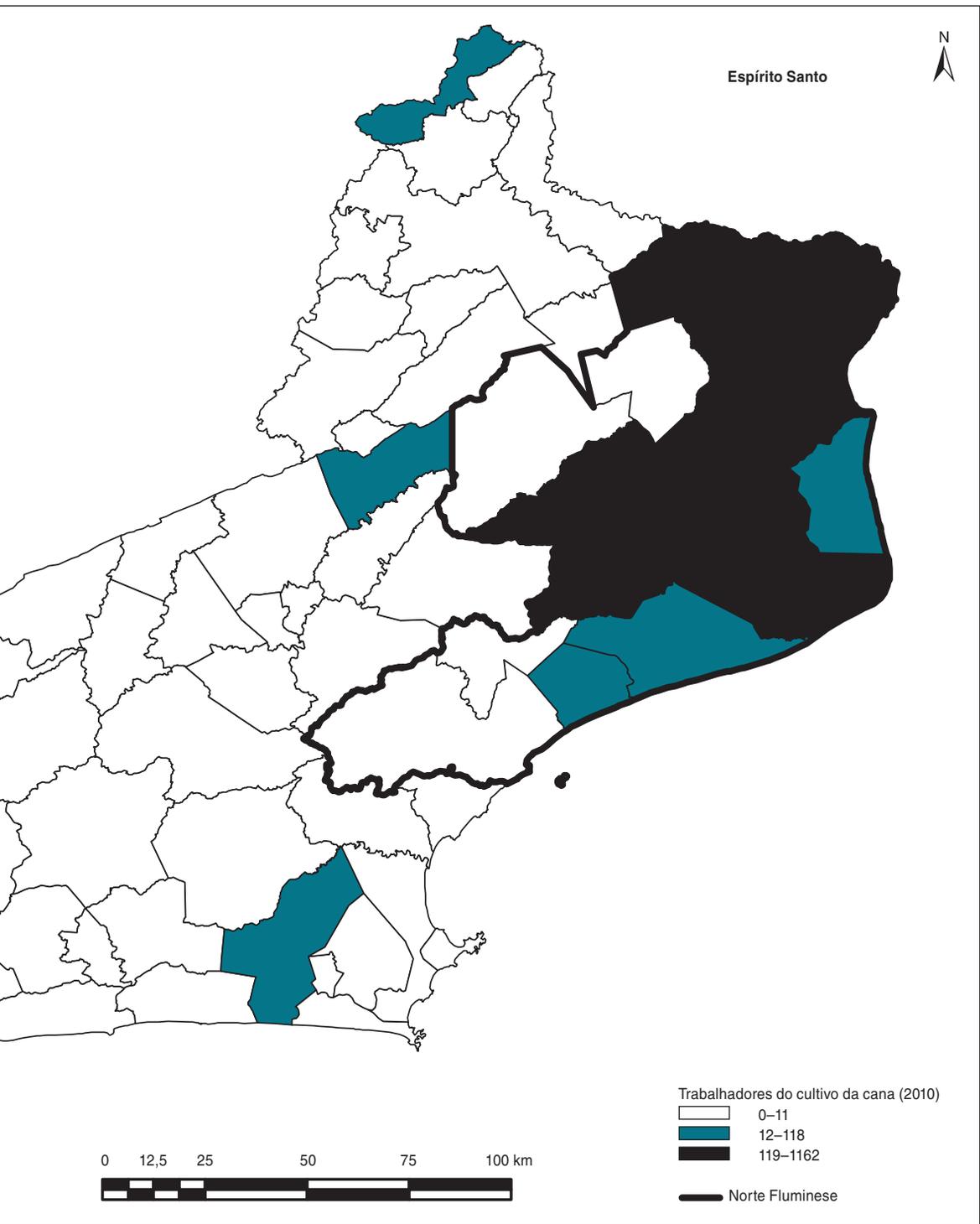
1 Na década de 1970, seis usinas foram fechadas: usina Laranjeiras, em Itaocara, e usina Poço Gordo, em Campos dos Goytacazes (1972); Santa Isabel, em Bom Jesus de Itabapoana (1973); usinas Mineiros e Santo Antônio, em Campos (1974), e usina São Pedro, em Itálva (1975). Nos anos 1980, apenas a usina Novo Horizonte (1985) fechou em Campos. Na década de 1990, fecharam sete usinas: Santa Maria (1990), Queimado (1995), Cambahyba, Santo Amaro e São João (1996), todas em Campos; Outeiro (1993), em Cardoso Moreira, e Conceição (1992) em Conceição de Macabu. Já nos anos 2000, nove usinas encerraram suas atividades: Carapebus (2002) e Quissamã (2003), nos municípios de mesmo nome; Cupim (2007), CBPA (2008), Barcelos (2009), Sapucaia e Santa Cruz (2010) no município de Campos, e a Usina Pureza (2010) em São Fidélis.

2 Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/boia-friano-canavial-globo-reencontra-14-anos-depois-cortador-de-cana-que-continua-com-rotina-de-trabalho-extenuante-em-campos-2757579>

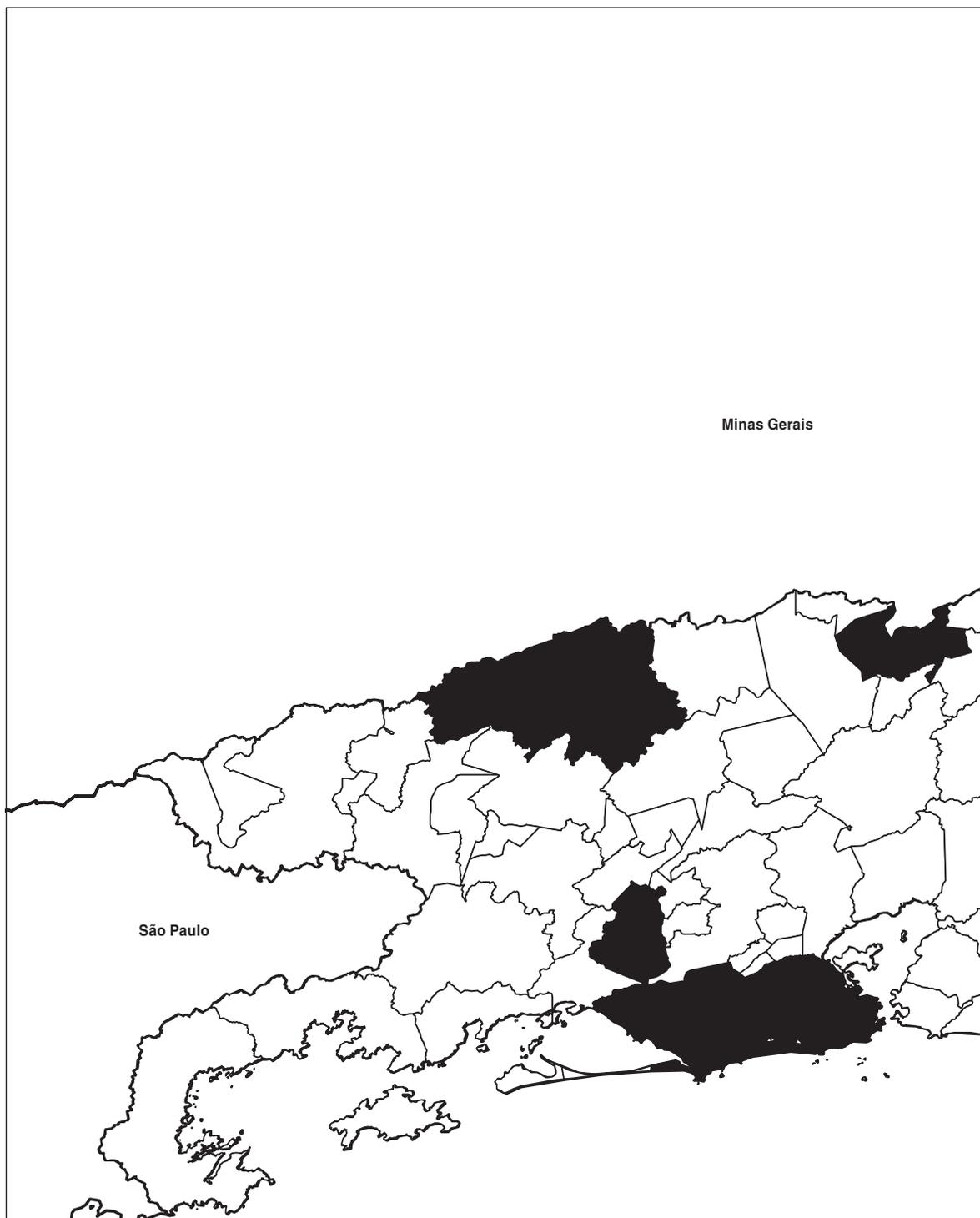
2 Total de trabalhadores vinculados ao cultivo da cana (2010), segundo municípios do estado do Rio de Janeiro

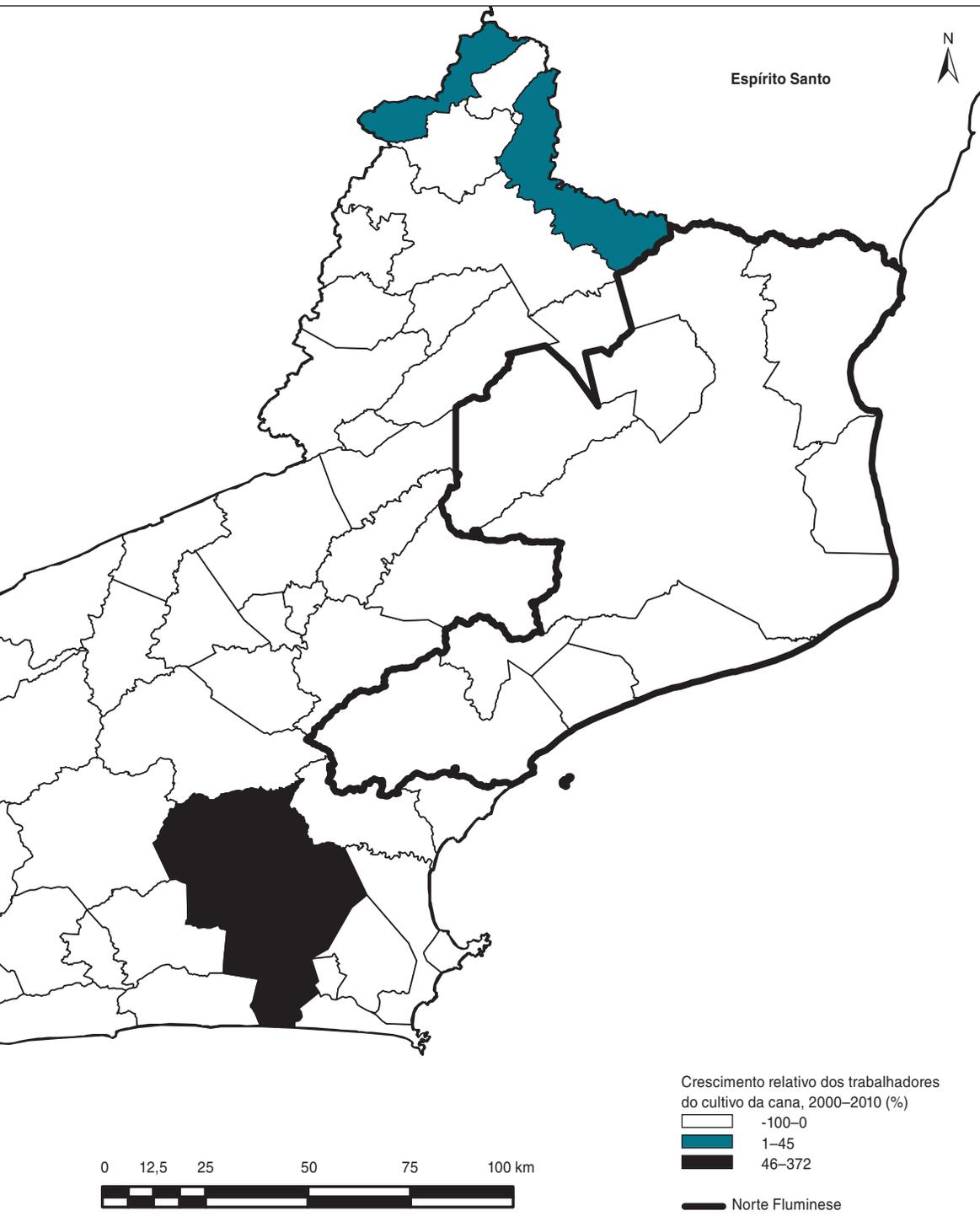


Fonte: BME/IBGE. Dados brutos do Censo Demográfico (2010)
Organização: Farias/GEPOP (2013)



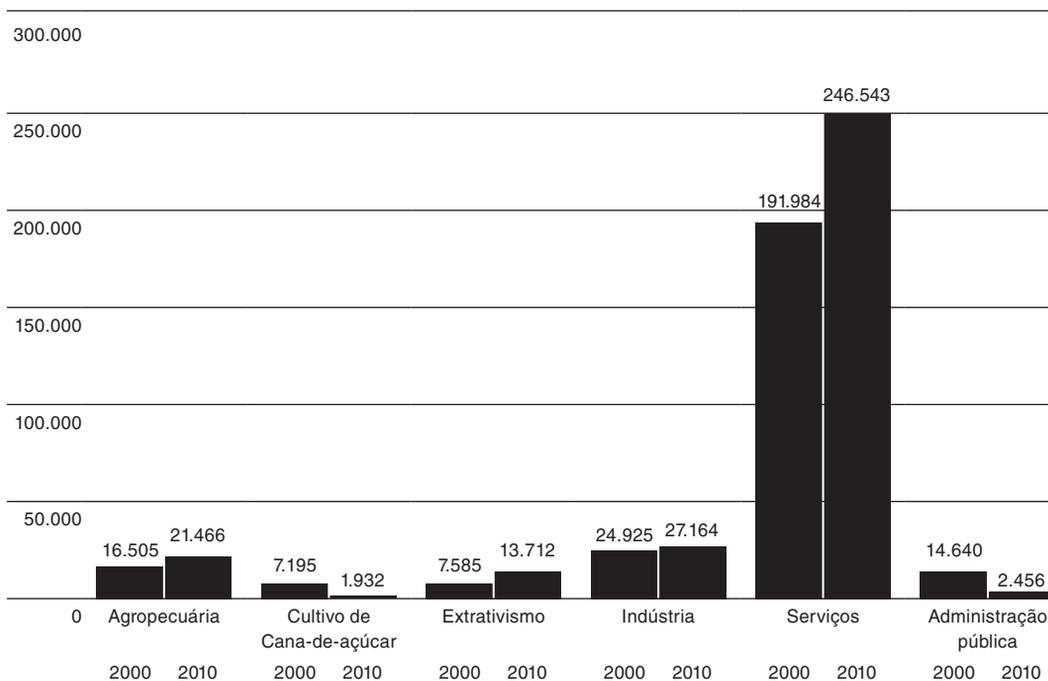
**3 Crescimento relativo dos trabalhadores vinculados ao cultivo da cana (2000–2010)
segundo municípios do Estado do Rio de Janeiro**





gados formais envolvidos de forma agregada para os três setores (produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool). Confirmando essa tendência, dados de 2007 (PNAD/IBGE) indicaram um montante de 86.647 pessoas para a população total ocupada no RJ, MG e ES, o que representa cerca de 0,5% do setor no total nacional.

1 Número de trabalhadores por setores de atividade no Norte Fluminense (2000–2010)



3 Informações obtidas em trabalho de campo desenvolvido pelo Grupo de Estudos Espaço e População – GEPOP/UFRJ, em abril de 2012 e fevereiro de 2013.

4 Entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2013.

5 Trechos de depoimento de A S, integrante da administração da usina Paraíso, concedida em 4 de fevereiro de 2013.

6 Entrevista realizada em 15 de fevereiro de 2012.

Fica então a pergunta: para onde foi esse contingente setorial da força de trabalho? Deslocou-se espacial ou intersetorialmente? A partir de pesquisa de campo³ e utilizando entrevistas realizadas em tradicionais redutos de trabalhadores da cana (como o distrito de Travessão e a Vila de Ururai no município de Campos dos Goytacazes – RJ), pôde-se inferir que houve migração desses trabalhadores para outros setores de atividade, especialmente para o de serviços.

Relatos de atores locais sobre a situação atual do trabalhador da cana relacionam a crescente escassez dessa mão de obra com a sua ida para os canteiros de obras do porto do Açú. No que tange aos postos de trabalho que exigem menor qualificação (corte da cana, moagem etc), afirmam que existe concorrência com outros setores de atividades em expansão na região: “Enfrentamos um grande problema para ocupar postos de trabalho, já que boa parte dos jovens e os mais qualificados estão sendo absorvidos pelo setor petrolífero da Bacia de Campos e pelas obras do porto do Açú em São João da Barra.” (Associação dos Plantadores de Cana do Norte Fluminense – ASFLUCAN)⁴

Para alguns dirigentes de usina, a causa do desemprego estaria na baixa qualificação dos trabalhadores do setor, “a mão de obra está escondida atrás da ineficiência ... não sobreviverá sem a modernização”, apontando que “os filhos não querem seguir os pais, não querem ser cortadores de cana”.⁵ Um depoimento de uma antiga trabalhadora de canavial, moradora do bairro Parque Santuário, em Campos dos Goytacazes, ratifica tal afirmativa: “Tive cinco filhos e todos saíram dos canaviais. Trabalham na construção civil em Campos dos Goytacazes”.⁶

7 Entrevista realizada em 15 de abril de 2012.

Outros apontam o fato de essa mão de obra possuir um razoável montante de trabalhadores mais velhos e menos produtivos. Um ex-cortador de cana, também morador de Parque Santuário, afirmou: “Estamos sem emprego ... as poucas empresas que ainda contratam não querem mais contratar os velhos. Também, quem produziu pouco na última safra, nesta não foi chamado.”⁷ Segundo Novaes (2009), os usineiros querem jovens e migrantes, porque são mais produtivos, mais fortes, não se sindicalizam e o trabalho nos eitos se mistura com a vontade de ser alguém na vida.

8 Entrevista realizada em 15 de abril de 2012.

Um morador do bairro Travessão, em Campos dos Goytacazes, declarou: “Há seis anos larguei o corte da cana para trabalhar nas obras de infraestrutura da concessionária Autopista Fluminense”,⁸ fazendo questão de dizer que as condições de trabalho e remuneração foram muito melhores em relação às que possuía no corte da cana. Quanto à questão das “políticas públicas” para o setor, reconhecem que não há programa que os incorpore: são clientes da assistência social do governo (programa BPC, programa PET, Cheque Cidadão, Bolsa Família, Restaurante Popular, Passagem R\$ 1,00 etc).

Considera-se ainda que uma importante questão para reflexão é a baixa qualificação dos trabalhadores da atividade canavieira (escolaridade até um ano de estudo para grande parcela), fator que vem dificultando e impedindo a reabsorção de significativo contingente ameaçado de desemprego pela crescente mecanização do setor. Mesmo assim, os trabalhadores acreditam que “o trabalho no corte da cana pode diminuir, mas não acabar”. Na visão dos empresários, constitui-se em uma mão de obra “que migra e deixa para trás os piores na terra”.

A espacialidade do trabalhador da cana-de-açúcar

Importa nesta seção entender a localização da moradia dos trabalhadores da cana (os *fluxos*) relacionada ao seu deslocamento casa-trabalho (os *fluxos*), utilizando-se para tal a terminologia de Santos (1996). Estima-se que possíveis mudanças nesses padrões espaciais são decorrentes tanto do histórico processo de decadência do setor sucroalcooleiro regional quanto das mudanças advindas do aporte de grandes projetos logísticos. Nesse sentido, buscou-se identificar os atuais redutos desses trabalhadores e seus vínculos aos “espaços de pobreza” no município de Campos dos Goytacazes (RJ).

A partir de informações fornecidas por entidades ligadas à produção da cana (ASFLUCAN, COAGRO e usina Paraíso), foi possível identificar as principais áreas de moradia desse segmento de trabalhadores. Ao seu lado, dados censitários (BME/IBGE) para 2010 permitiram uma leitura do número de trabalhadores da atividade canavieira, segundo “localidades e distritos de moradia” (tabela 2, a seguir) e sua espacialização no município de Campos dos Goytacazes (mapa 4, p.87). Constatou-se que de um total de 729 trabalhadores (em 2010), aproximadamente 37,5% residiam no distrito sede (periferia urbana); 27,3% no distrito de Travessão (localizado próximo à cidade e ao longo da BR-101); 13,4% no distrito de Tocos (entorno da usina Paraíso); além de 11,5% em localidades do distrito de São Sebastião de Campos e 10,3% no distrito de Santo Amaro de Campos.

O tradicional padrão de concentração do *habitat* dos trabalhadores do cultivo da cana nas áreas das usinas parece ter se modificado ao longo das décadas com a decadência da atividade sucroalcooleira, que promoveu um progressivo esvaziamento das áreas rurais e uma fixação desses contingentes de mão de obra rural nos entornos urbanos. Os resultados dessas transformações se fez sentir também na paisagem:

... algumas décadas atrás, havia nos enormes canaviais das usinas, entre as grandes “quadras” de cana-de-açúcar, famílias e grupos de cortadores vivendo em casas esporadicamente localizadas. Eram pessoas que trabalhavam no corte, não possuíam terras, mas não eram expulsas pelos proprietários, pois ajudavam a “cuidar” da fazenda. Muitas casas continuam existindo, mas já não são habitadas ... essa população se inclui no enorme contingente de pessoas que migra

para a periferia das cidades ou para as vilas, na tentativa de arranjar outros tipos de serviços, inclusive em atividades tipicamente urbanas.

(Barbosa, 2003, p.137)

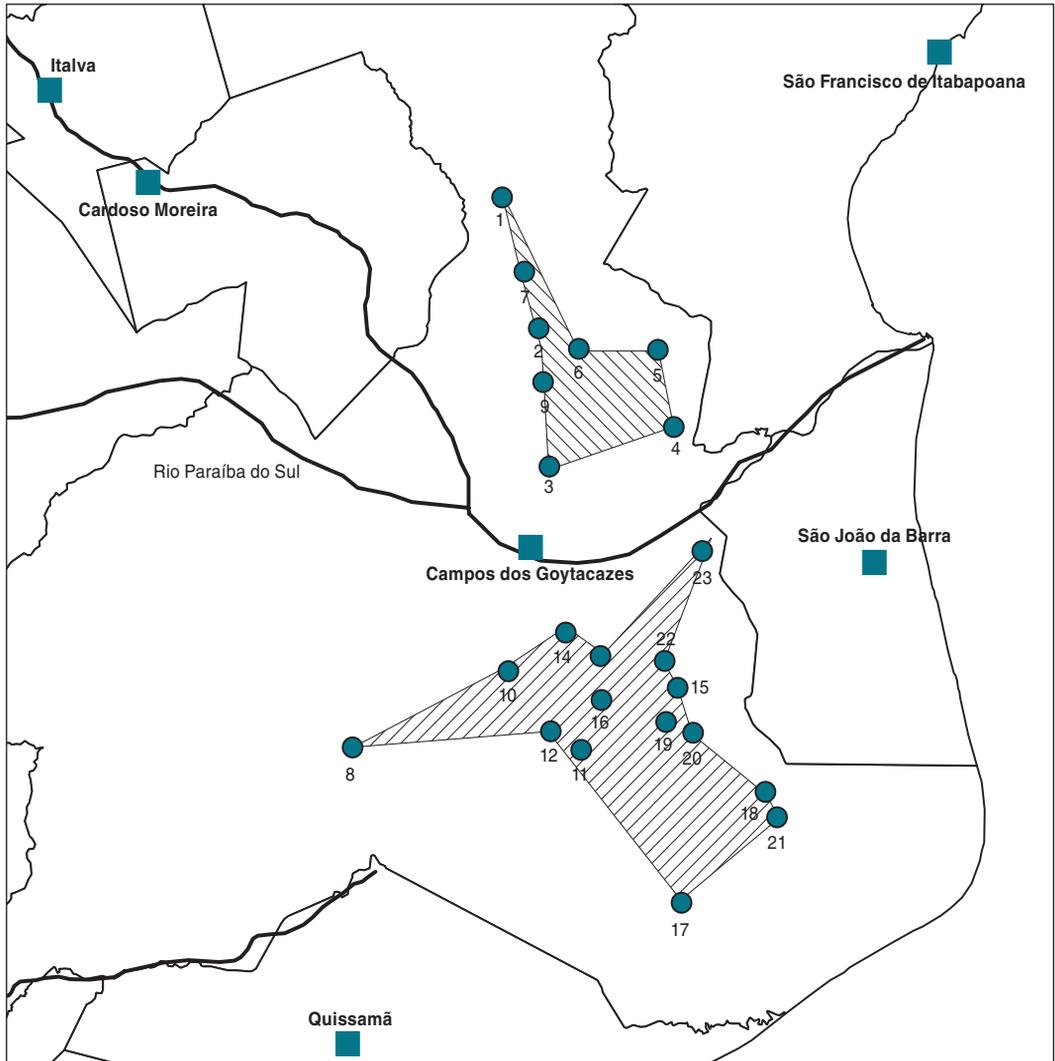
2 Trabalhadores do cultivo da cana por localidade de moradia segundo distritos do município de Campos dos Goytacazes (2010)

Distrito	Nome da localidade	Nº de trabalhadores do cultivo da cana
1º Distrito sede (Campos dos Goytacazes)	Goytacazes Saturnino Braga Mineiros Lisboa Donana	273
Dores de Macabu	Guriri	0
Ibitioca	-	0
Morangaba	-	0
Morro do Coco	-	0
Mussurepe	Mussurepe	0
Santa Maria	-	0
Santo Amaro de Campos	Marcelo Baixa Grande	78
Santo Eduardo	-	0
Serrinha	-	0
São Sebastião de Campos	Campo Novo São Sebastião de Campos Poço Gordo	83
Tocos	Coqueiros Caxias Tocos Lisboa	97
Travessão	Travessão Balança Rangel Santana Guandu Campelo Km 13 – BR-101	198
Vila Nova de Campos	Conselheiro Josino	0
Total	-	729

Fonte: BME/IBGE, dados brutos do censo demográfico 2010, e informações da ASFLUCAN (2013)
Organização: Farias/GEPOP (2013)

Quanto à localização atual dos trabalhadores da cana, foi possível identificar duas principais regiões de concentração da mão de obra (mapa 4, a seguir): a Baixada Campista e a margem esquerda do rio Paraíba do Sul (essa última estendendo-se em direção a São Francisco de Itabapoana). A primeira região compreende um polígono formado por localidades da periferia urbana da cidade de Campos (Goytacazes, Donana, Lisboa, Mineiros e Saturnino Braga), localidades do distrito de São Sebastião (Campo

4 Redutos dos trabalhadores cortadores de cana no Norte Fluminense (Campos dos Goytacazes) em 2013



Localidades e distritos de origem

- 1 Conselheiro Josino, Vila Nova
- 2 Travessão, Travessão
- 3 Parque Aeroporto, 1º Distrito Sede
- 4 Campelo, Travessão
- 5 Santana, Travessão
- 6 Balança Rangel, Travessão
- 7 Guandu, Travessão
- 8 Guriri, Dolores de Macabu
- 9 Km 13 (BR-101), Travessão
- 10 Lisboa, 1º Distrito Sede
- 11 Tocos, Tocos
- 12 Coqueiros, Tocos
- 13 Goytacazes, 1º Distrito Sede
- 14 Donana, 1º Distrito Sede
- 15 São Sebastião de Campos, São Sebastião

- 16 Caxias, Tocos
- 17 Marcelo, St Amaro de Campos
- 18 Mussurepe, Mussurepe
- 19 Mineiros, 1º Distrito Sede
- 20 Saturnino Braga, 1º Distrito Sede
- 21 Baixa Grande, St Amaro de Campos
- 22 Poço Gordo, São Sebastião
- 23 Campo Novo, São Sebastião
- 27 São Pedro, 1975

- Rio Paraíba do Sul
- ▨ Reduto trab. cort. de cana (Margem esquerda)
- ▩ Reduto trab. cort. de cana (Baixada Campista)

Fonte: GEPOP (2013)



Novo e São Sebastião de Campos), do distrito de Tocos (Caxias, Coqueiros e Tocos) e de Santo Amaro de Campos (Marcelo e Baixa Grande). Já os principais redutos da segunda região integram um polígono que se estende desde o Parque Aeroporto (distrito sede), englobando várias localidades do distrito de Travessão (Campelo, Santana, Balança Rangel, Guandu, Travessão e Km 13 da BR-101). Pode-se deduzir que houve a formação de “bolsões de mão de obra” localizados na periferia sudeste da cidade de Campos dos Goytacazes e ao longo do traçado norte da BR-101, no trecho mais próximo à cidade.

Na tentativa de caracterizar do ponto de vista socioeconômico esses redutos de mão de obra volante, foi feito um levantamento (tabela 3, abaixo) da porcentagem de população pobre (auferindo rendimentos até um e até dois salários mínimos) segundo as localidades com maior concentração de trabalhadores, acima identificadas. Concluiu-se, então, pela quase total superposição desses redutos com as áreas mais pobres do município: distrito sede (36,3% de população com até dois salários mínimos), São Sebastião de Campos (34,2%), Tocos (30,5%) e Travessão (28,6%), todos com porcentagens acima da média de pobreza municipal (27,9%).

A precariedade dessa categoria pode ainda ser constatada ao se comparar a idade média dos trabalhadores da atividade canavieira (52 anos) com a dos empregados no setor de obras de infraestrutura de grande escala (28 anos) no município de São João da Barra, onde se instala o complexo do porto do Açú. Torna-se, assim, explícita a situação de vulnerabilidade desse segmento da força de trabalho no Norte Fluminense.

3 Porcentagem de população pobre segundo distritos de Campos dos Goytacazes (2010)

Distrito de Campos dos Goytacazes	População total	População pobre (0–1 SM)		População pobre (0–2 SM)	
		Absol.	(%)	Absol.	(%)
Campos dos Goytacazes	325.173	66.707	20,51	117.912	36,26
Dores de Macabu	5.489	891	16,23	943	17,18
Ibitioca	1.846	316	17,12	316	17,12
Morangaba	2.774	623	22,46	623	22,46
Morro do Coco	3.163	658	20,80	739	23,36
Mussurepe	8.027	2.297	28,62	2.592	32,29
Santa Maria	2.039	587	28,79	656	32,17
Santo Amaro de Campos	4.957	1.614	32,56	1.616	32,60
Santo Eduardo	2.491	745	29,91	745	29,91
Serrinha	306	79	25,82	79	25,82
São Sebastião de Campos	10.335	2.539	24,57	3.536	34,21
Tocos	5.595	1.247	22,29	1.706	30,49
Travessão	18.413	4.015	21,81	5.258	28,56
Vila Nova de Campos	4.357	1.202	27,59	1.202	27,59
Total município	394.965	83.520	24,22	117.912	27,85

Fonte: BME/IBGE, dados brutos do censo demográfico (2010)
Organização: Farias/GEPOP (2013)

Metamorfoses nas relações sociais de produção

Dois conceitos precisam ser considerados na discussão das condições atuais do trabalhador da atividade canavieira: modernização e mudanças nas relações de trabalho. O trabalho agrícola volante, enquanto “uma forma concreta de relação social de produção capitalista” (Gonzales & Bastos, 1977, p.25), se constitui em uma forma de trabalho assalariado puro (o trabalhador vive exclusivamente de sua força de trabalho), apresentando, porém, características diferenciadas de outras categorias.

9 *Minas Gerais*: decreto 39.792/98, regulamenta a lei estadual 10.312/98;

Mato Grosso do Sul: lei 3.357, de 9 de janeiro de 2007, estipula que a eliminação da queimada deve acontecer em um prazo de 20 anos;

Goias: lei 15.834, de 23 de novembro de 2006, estipula que deve haver redução gradativa da queimada até 2028;

São Paulo: lei estadual 10.547, de 2 de maio de 2000, e lei 11.241, de setembro de 2002, modificadas em 2007 pela assinatura de um Protocolo Ambiental de cooperação entre o Governo do Estado de São Paulo e a União da Agroindústria de São Paulo (UNICA), que visam à antecipação da eliminação da queima no estado. Assim, as usinas e os produtores que aderirem ao protocolo deverão antecipar a eliminação da queima de 2021 para 2014 (nos terrenos com declividade até 12%) e, nos terrenos com declividade acima de 12%, o prazo final é 2017. (Compilado de Moraes, 2007; e de Kokol & Misailidis, 2013)

10 No caso dos municípios do Norte Fluminense, existe acordo entre as usinas e o INEA, sendo a ASFLUCAN o órgão responsável pelo cadastramento das queimadas.

Mesmo admitindo o *salariato* como principal característica da relação de trabalho volante, não se pode descartar alguns dados empíricos que embora não lhe confirmem especificidade, identificam o volante numa primeira observação. São eles o *local de residência* (fora da propriedade agrícola), o *deslocamento quase sempre diário* para o local de trabalho e a *temporiedade do trabalho*, quase sempre do emprego. Apontam-se ainda como características do volante o *transporte em caminhão sem segurança* (sujeitando-se o trabalhador a acidentes com instrumentos de trabalho no percurso), a presença de um *intermediário* e o *pagamento por tempo, tarefa ou empreitada*.

(Barros, 1978, p.53, grifos nossos)

No caso, os volantes da cana podem ser considerados trabalhadores *rurbanos*, já que se deslocam de um ponto urbano (onde residem) para desempenhar tarefas em área rural (canaviais), sendo ao mesmo tempo trabalhadores urbanos e rurais. Outra característica a destacar é a sua temporiedade (trabalho por safra), à qual está vinculada uma intensa mobilidade geográfica e ocupacional.

Quanto à *modernização*, pode ser percebida enquanto “processo ligado ao aumento de produtividade do trabalho, fundamentalmente ao aumento da valorização do capital ... sempre ligada à questão da subordinação real do trabalho ao capital ... No caso do corte da cana, a forma encontrada pelos proprietários para manter a subordinação do trabalhador é através do trabalho por produção.” (Alves, 1994, p.19) Com a substituição do cortador de cana pela máquina, é introduzido um novo processo produtivo, “e aí, o cortador passa a ser o que assessora a máquina, ou o trabalhador que vai cortar a cana onde a máquina não consegue” (ibidem, p.20).

A questão referente à mudança nas *relações de trabalho* (forma pela qual os trabalhadores são incorporados ao processo de produção) pode ter diferentes leituras. Para Alves (1994), não houve mudança nas relações de trabalho, isto é, o trabalhador da cana é tão assalariado quanto era antes, a única diferença é que ele pode ter ou não a carteira assinada. Essa passagem da informalidade para a formalidade na contratação do cortador de cana, em verdade, responde a pressões governamentais (mudanças institucionais nos âmbitos ambiental e social) com vistas ao aumento da produtividade do setor e a melhorias nas condições de trabalho no corte da cana-de-açúcar, podendo, entretanto, levar a interpretações variadas quanto aos impactos a serem produzidos.

Em relação à influência dos aspectos institucionais sobre o setor, duas grandes mudanças devem ser registradas: a primeira se refere à proibição da queima da cana (com prazos cada vez menores) e, a segunda, às novas normas regulamentadoras do mercado de trabalho agrícola (trazendo a obrigatoriedade da carteira assinada também para os cortadores de cana).

As normas que regem a questão da proibição da queima da cana-de-açúcar como método de *despalha* (Moraes, 2007) – com origem no decreto federal 2.661, de 8 de julho de 1998, que estabelece a eliminação gradual da queima de cana – têm apresentado desdobramentos tanto ao nível de estados⁹ quanto de municípios,¹⁰ induzindo a impactos negativos para a força de trabalho, como a redução do número de empregados na lavoura canavieira e a alteração no perfil do trabalhador requerido para as novas ocupações mais qualificadas.

A questão que emerge é que a mecanização da colheita altera o perfil do empregado: cria oportunidades para tratoristas, motoristas, mecânico, condutores de colheitadeiras, técnicos em eletrônica, dentre outros, e reduz, em maior proporção, a demanda dos empregados de baixa escolaridade, expulsando-os da atividade. Uma colheitadeira substitui ao redor de 80 cortadores de cana.

(Moraes, 2007, p.609)

A outra dimensão a ser considerada refere-se às metamorfoses ocorridas nas relações sociais de produção do contexto sucroalcooleiro, acreditando-se que não tenham ocorrido mudanças radicais na condição de assalariamento, mas tentativas governamentais de promover melhorias nas condições de trabalho. Nesse sentido, merece citação o Compromisso Nacional, resultado de diálogo e negociação nacional tripartite (firmado em 2009 entre empresários, trabalhadores e Governo Federal), com vistas ao aperfeiçoamento das condições de trabalho na atividade canavieira.

Registrou-se a obrigatoriedade da carteira assinada na contratação do trabalhador pela empresa – com reflexos visíveis nos dados censitários do IBGE de 2010 (gráfico 2, ao lado) –, bem como de melhorias nas condições de trabalho na lavoura (Equipamentos de Proteção Individual – EPI –, água gelada, transporte seguro etc). Outra consequência foi o “aparente” desaparecimento (ou uma forma de legalização) da figura tradicional do agenciador de mão de obra, conhecido como “turmeiro”, “gato”, “empreiteiro” ou “atravessador”, intermediário entre o cortador e o encarregado da usina (ou do fornecedor). Em verdade, ocorreu uma adaptação às novas exigências do Ministério do Trabalho: o intermediário deve levar o ônibus e os trabalhadores para a usina, que fica responsável pela contratação e pela fiscalização das condições de trabalho, sendo multada se não seguir as normas de proteção do trabalhador.

Essas mudanças, entretanto, não garantem a permanência do trabalhador no setor. Nas palavras de um dirigente de usina, “sabemos que as condições de trabalho deles é muito ruim, o serviço é bem sacrificante ... Mesmo com tudo que fazemos, é ruim. Além disso, não poderão ocupar nenhum cargo depois da mecanização total; não sabem ler nem escrever e não conseguem operar as máquinas totalmente mecanizadas e computadorizadas.”¹¹

A destruição progressiva do trabalho manual de corte da cana na formalização do mercado de trabalho do complexo sucroalcooleiro é destacada por Dedecca & Mendes:

... o fato novo emergente remete-se à muito provável destruição do principal segmento ocupacional do complexo, aquele vinculado ao corte da cana-de-açúcar. Os acordos recentes entre governo e entidades de representação sinalizam que essa forma de trabalho deverá se tornar residual no final da próxima década.

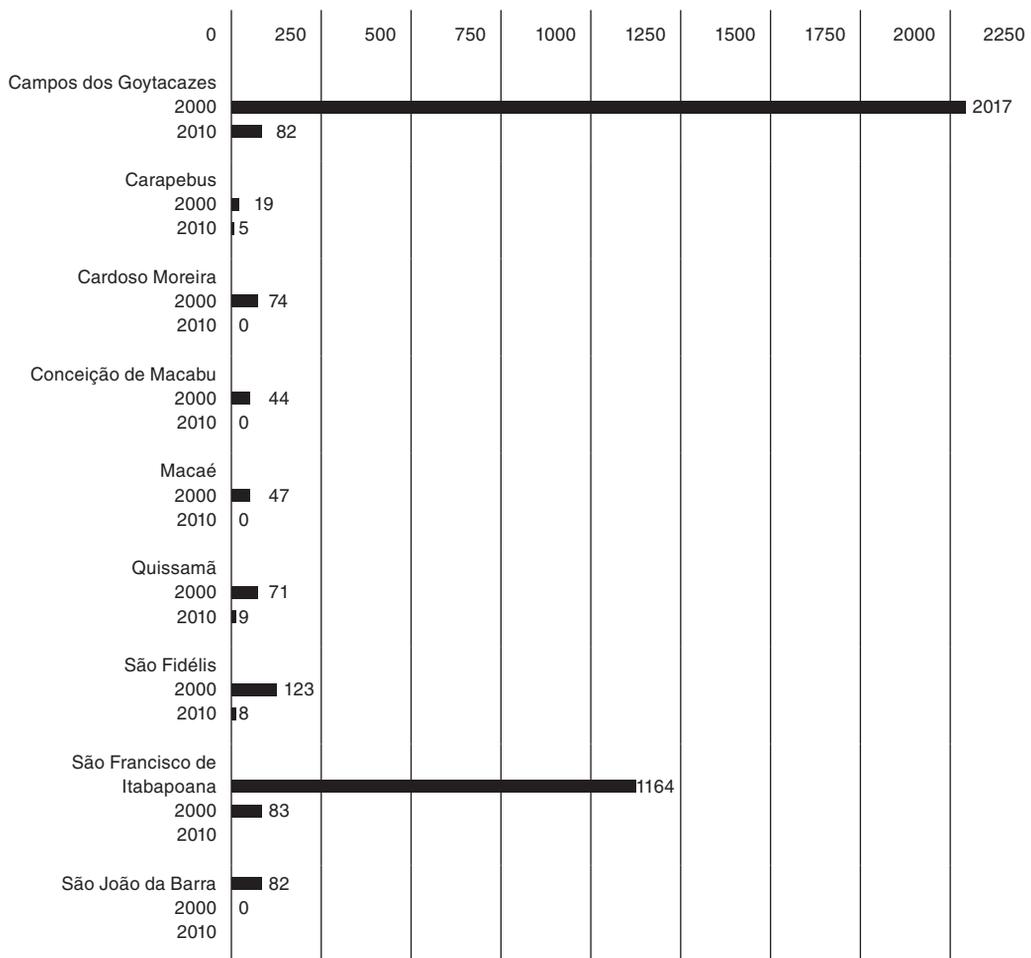
(2009, p.224)

À guisa de conclusões

Em decorrência da nova organização produtiva e espacial em curso no Norte Fluminense, caracterizada por forte potencial de impactos territoriais, econômicos e sociais, entende-se que venha ocorrendo certa ruptura com os ordenamentos anteriores, levando a novos processos de integração e exclusão, com reflexos na reorganização do mercado de trabalho e na mobilidade espacial e ocupacional da sua força de trabalho. Ao mesmo tempo em que esse modelo combinado de progressiva decadência do setor sucroalcooleiro e implantação de megainvestimentos logísticos (CLIPA e CPBF) abre perspectivas de empregos mais qualificados para novos setores, tende a deflagrar movimentos de refluxo da mão de obra, acentuando a produção de um excedente relativo de trabalhadores do corte da cana-de-açúcar, caracterizados por sua temporariedade (trabalhador volante) e instabilidade de emprego.

11 Entrevista realizada em 1 de fevereiro de 2013.

2 Número de trabalhadores elementares agrícolas do cultivo da cana-de-açúcar sem carteira assinada no Norte Fluminense (2000–2010)



Fonte: BME/IBGE, dados brutos dos censos demográficos de 2000 e de 2010
Organização: Farias/GEPOP (2013)

Em relação à situação e às tendências dos recursos humanos no setor canavieiro do Norte Fluminense, registra-se a existência de uma força de trabalho precária (pobre, envelhecida e com baixa escolaridade), que apresenta elevado grau de vulnerabilidade face às exigências de qualificação previstas pela mecanização crescente do setor. Da mesma forma, o desemprego maciço que a mecanização desencadeará levanta a discussão do agravamento das questões sociais para uma população com fraca mobilidade ocupacional/setorial e com tendência à ampliação dos seus redutos de pobreza nas periferias urbanas, criando desafios para a implantação de políticas públicas voltadas à qualificação e à reabsorção desses trabalhadores.

Referências

- F J C **Alves**, “Mudanças nas relações de trabalho”, *Setor Canavieiro Hoje: Dinâmica e Perspectivas*, Salvador, CESE/CEDI/OXFAM, p.19–26, 1994
- Pedro Paulo Biazzo de Castro **Barbosa**, “A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na região Norte Fluminense”, in: Glaucio Marafon & Miguel Ângelo Ribeiro (organização), *Revisitando o território fluminense I*, Rio de Janeiro: NEGEF, 2003, p.111–148
- , “Revisitando as paisagens fluminenses: imaginações geográficas, representações do espaço e disputas de identidade”, in: Glaucio Marafon & Miguel Ângelo Ribeiro (organização), *Revisitando o território fluminense II*, Rio de Janeiro: FAPERJ, Gramma, 2008, p.41–61
- E C **Barros**, “Trabalho volante e capitalismo no campo”, *Revista IPARDES*, Curitiba, v.1, p.51–57, 1978
- CEFET**, “A evolução do emprego formal na região Norte Fluminense: um enfoque sobre Campos e Macaé”, *Boletim técnico: observatório econômico da região Norte Fluminense*, Campos dos Goytacazes: CEFET, n.1, março, p.5–18, 2001
- José Luis Vianna da **Cruz**, “Grandes investimentos e a reestruturação do espaço regional no Norte Fluminense”, *Anais do 1º Circuito de Debates Acadêmicos*, Brasília: IPEA, 2011
- Cláudio Salvadori **Dedecca** & Marcus Menezes **Mendes**, “O sistema de Justiça, a regulação pública do trabalho e a formalização do mercado de trabalho no complexo sucroalcooleiro”, *Revista Tribunal Regional do Trabalho*, 3ª região, Belo Horizonte, v.50(80), p.207–225, julho/dezembro de 2009
- Elbio **Gonzales** & Maria Ines **Bastos**, “O trabalhador volante na agricultura brasileira”, in: Paul Singer, *Capital e trabalho no campo*, São Paulo: Hucitec, 1977, p.25–47
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Banco Multidimensional de Estatísticas**, Amostra dos Censos Demográficos de 2000 e 2010
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Programa Nacional de Amostra por Domicílio, 2007
- Awdrey Frederico **Kokol** & Mirta Lerena **Misailidis**, “Direitos dos trabalhadores rurais num contexto de desenvolvimento sustentável”, *Estudos Avançados*, IEA/USP, 27(77), p.161–179, 2013
- Márcia Azanha Ferraz Dias de **Moraes**, “O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades”, *Economia Aplicada*, São Paulo, v.11(4), p.605–619, outubro/dezembro de 2007
- José Roberto Pereira **Novaes**, “Trabalho nos canaviais: jovens entre a enxada e o facão”, *Revista Ruris*, Campinas, v.3(1), p.103–27, janeiro/março de 2009
- W S **Passos**, “Amargo presente da cana, doce passado do açúcar: a sobrevivência do discurso canavieiro nos programas de Governo dos candidatos à Prefeitura de Campos dos Goytacazes nas eleições de 2012”, *Anais ENAMPUR*, Recife, 2013
- Claude **Raffestin**, *Por uma geografia do poder*, São Paulo: Ática, 1993
- Joan Eugeni **Sánchez**, “Actividad económica y accion territorializadora”, *Espacio, economia y sociedad*, Barcelona: Siglo Veintiuno de España Editores, 1991
- Milton **Santos**, *A natureza do espaço*, São Paulo: Hucitec, 1996
- Secretaria Geral da Presidência da República**, *Termo de compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar*, Brasília, 2009, disponível em <http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaoocadeacucar.pdf>, acesso em 14 de junho de 2013
- Luiz Gustavo **Schmitt**, “Boia-fria no canavial: O Globo reencontra 14 anos depois cortador de cana, que continua com rotina de trabalho extenuante em Campos”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 de junho de 2011, disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/boia-fria-no-canavial-globo-reencontra-14-anos-depois-cortador-de-cana-que-continua-com-rotina-de-trabalho-extenuante-em-campos-2757579>

Olga Maria Schild Becker é professora adjunta do Departamento de Geografia da UFRJ, onde atua no programa de Pós-Graduação (PPGG), dedicando-se em especial ao tema da mobilidade e imobilidade espacial da população. É mestre em Geografia (USP), mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) e PhD em Geografia pela London School of Economics and Political Science (LSE). Coordena o Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP) no IGEO/UFRJ. olgasb@uol.com.br

Certa vez, já exausto do trabalho da roça e do estudo à lamparina, comecei a cochilar e sobre esta, sem sentir, encostei o rosto, o bastante para queimar um chumaço de cabelo, os cílios e sobrancelhas. Nesse dia, meu velho, com aquele olhar piedoso e bondoso de sempre, disse-me:

– Meu filho, desse jeito você vai ficar doído de tanto estudar!

Geraldo Ananias Pinheiro, *Foi assim...*

Lamparina do esp. *lmparilla* s.f. **1** Pequena lâmpada **2** Pequeno recipiente com um líquido iluminante (óleo, querosene etc) no qual se mergulha um pequeno disco de madeira, de cortiça ou de metal traspasado por um pavio que, aceso, fornece luz atenuada

Novo Aurélio – O dicionário da língua portuguesa

Esta obra foi composta em Miller, Helvetica e Bureau Grotisque
e impressa em papel Chambriil 90 g/m² e cartão Lux Star 250 g/m²
pela Vozes para a Lamparina editora em fevereiro de 2014

A Lamparina sugere

Espaço e energia:

mudanças no paradigma sucroenergético

Júlia Adão Bernardes (organização)

Catia Antonia da Silva (organização)

Roberta Carvalho Arruzzo (organização)

Percurso geográfico

Maria do Carmo Corrêa Galvão

Gisela Aquino Pires do Rio (edição)

Maria Célia Nunes Coelho (edição)

Território, territórios:

ensaios sobre o ordenamento territorial

Vários autores

Território e ação social:

sentidos da apropriação urbana

Catia Antonia da Silva (organização)

O Brasil, a América Latina e o mundo:

espacialidades contemporâneas (2 volumes)

Aureanice de Mello Corrêa (organização)

Márcio Piñon de Oliveira (organização)

Maria Célia Nunes Coelho (organização)

150 anos de subúrbio carioca

Márcio Piñon de Oliveira (organização)

Nelson da Nóbrega Fernandes (organização)

Cartografia da ação social e movimentos da sociedade:

desafios das experiências urbanas

Ana Clara Torres Ribeiro (organização)

Andreilino de Oliveira Campos (organização)

Catia Antonia da Silva (organização)

A duração das cidades:

sustentabilidade e risco nas políticas urbanas

Henri Acselrad (organização)

Capitalismo globalizado e recursos territoriais:

fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo

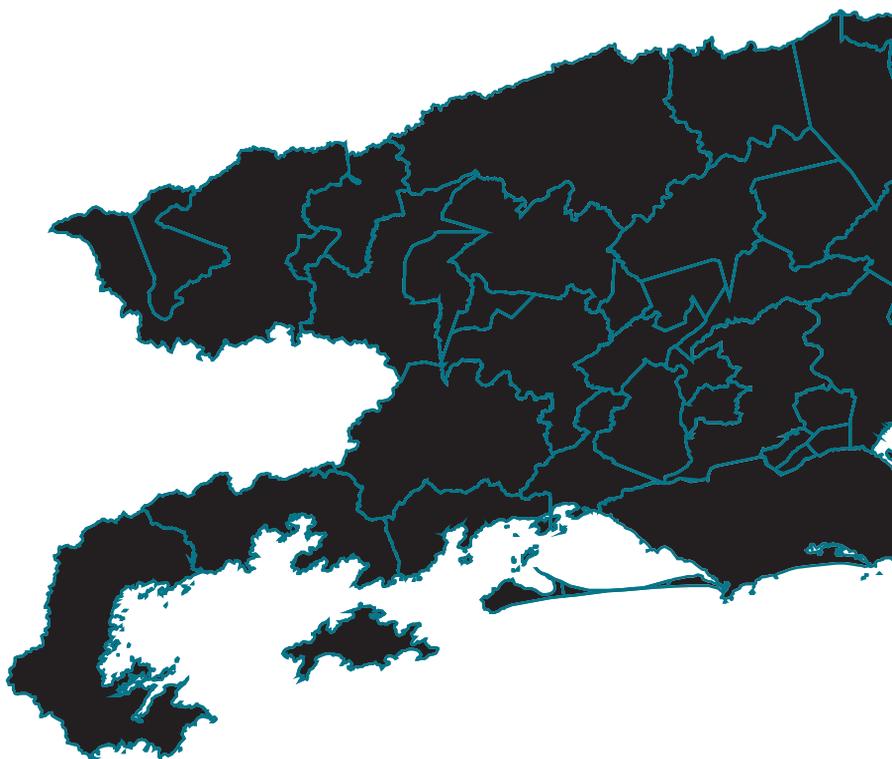
Vários autores

O Norte Fluminense é uma das regiões do estado do Rio de Janeiro mais fortemente marcadas por contradições e desigualdades. Ao mesmo tempo que tem alguns dos piores indicadores sociais do estado, é uma das mais ricas quando se considera o Produto Interno Bruto (PIB), arrecadação e *royalties* do petróleo.

Ao traçar um panorama das transformações espaciais em curso no Norte Fluminense – com foco na crise do setor sucroalcooleiro e na emergência de novos usos do território no contexto da modernização –, o livro, organizado pelas geógrafas Júlia Adão Bernardes & Catia Antonia da Silva, contribui para a compreensão das velhas e novas contradições que marcam essa importante região do estado do Rio de Janeiro, e também para lançar luz sobre o conjunto dos espaços que sofrem a nova onda de modernização no território brasileiro. As profundas contradições que marcam o Norte Fluminense fazem dele uma das regiões mais violentas do estado, com histórico de coronelismo, jagunçagem, pistolagem, trabalho escravo e até, como recentemente revelado, incineração de corpos de presos políticos da Ditadura em fornos de usinas de açúcar e álcool. ...

Ao apontar para as novas contradições engendradas pelo processo de modernização em curso na região, este livro oferece ao leitor elementos para pensar de maneira crítica o caráter geograficamente desigual e combinado do neodesenvolvimento que se ancora em grandes obras e empreendimentos presentes hoje no território fluminense e brasileiro.

(do “Prefácio”, de Paulo Roberto Raposo Alentejano)



ISBN 978 85 8316 004 5



9 788583 160045